

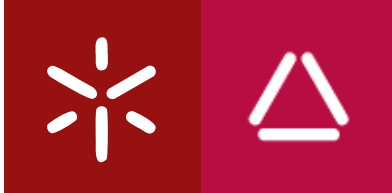


**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Inês Americano Lopes

**Análise e identificação dos discursos,  
práticas patrimoniais e *stakeholders* no  
Caminho Português da Costa para  
Santiago de Compostela.**





**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Inês Americano Lopes

**Análise e identificação dos discursos,  
práticas patrimoniais e *stakeholders* no  
Caminho Português da Costa para  
Santiago de Compostela.**

Dissertação de Mestrado em Património Cultural

Trabalho realizado sob a orientação do  
**Professor Doutor José Manuel Morais Lopes Cordeiro**  
e do  
**Professor Doutor Carlos Pazos-Justo**

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### ***Licença concedida aos utilizadores deste trabalho***



**Atribuição-NãoComercial-SemDerivações**  
**CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## **Agradecimentos**

A elaboração deste trabalho fez jus à expressão “o caminho faz-se caminhando”. Repleta de incertezas, dúvidas e ensinamentos, não teria sido possível sem o apoio e auxílio de diversas pessoas. A todas elas estou extremamente grata.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Professor Doutor Carlos Pazos-Justo, por todos os ensinamentos, paciência, disponibilidade e palavras de incentivo durante todo o processo, e ao Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro, por ter aceite, com entusiasmo, a orientação deste projeto.

Aos membros do Grupo GALABRA-UMinho, pela oportunidade de poder integrar este grupo de trabalho e, pela troca constante de conhecimentos.

À Mizé e à Eva, por se terem aventurado a percorrer o caminho comigo.

Às colegas de mestrado Joice e Graça, pelo espírito de parceria num trabalho tão solitário e também, pela troca constante de conhecimentos, amizade e carinho.

Um especial agradecimento à Cláudia e à Isabel pelo apoio incondicional e amizade. E, a todos aqueles que de alguma forma apoiaram e incentivaram esta “longa caminhada”.

Por último, à minha família, em especial ao meu irmão.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## Resumo

Análise e identificação dos discursos, práticas patrimoniais e *stakeholders* no Caminho Português da Costa para Santiago de Compostela

O Caminho de Santiago em Portugal usufrui atualmente da atenção das instituições governamentais, tendo sido aprovado e financiado no ano 2017, o projeto intermunicipal *Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa*. Numa altura em que a gestão, planificação e consequente sustentabilidade cultural noutros trajetos do Jacobeu, gera grandes preocupações, urge a necessidade de investigar e compreender quais as lógicas culturais presentes nesta ativação cultural.

A presente dissertação, enquadrada no Grupo GALABRA-UMinho, tem como objetivo identificar e analisar os *stakeholders*, interesses e discursos em torno do Caminho Português da Costa para Santiago de Compostela, em Portugal. Perspetivamos ainda, que este trabalho constitua um ponto de reflexão para investigações futuras, nomeadamente na área da gestão cultural dos Caminhos do Jacobeu. Conscientes da amplitude e transversalidade do objeto de estudo, esta investigação é temporalmente compreendida entre o ano 2010 e 2019 e, territorialmente circunscrita à área que envolve o trajeto suprarreferido. Recorrendo a uma metodologia mista, que combina abordagens qualitativa e quantitativas, identificamos 22 *stakeholders* distintos, que apesar de pertencerem maioritariamente ao domínio cultural, à dimensão local e setor público, têm desenvolvido, durante o período analisado, atividades e serviços no âmbito turístico. Posto isto, podemos afirmar que os interesses em torno do caminho litoral português são essencialmente turísticas.

**Palavras-Chave:** Caminho de Santiago; Caminho Português da Costa para Santiago de Compostela; Gestão dos caminhos do Jacobeu; Práticas e interesses patrimoniais;

## Abstract

Analysis and identification of speeches, heritage practices and stakeholders on the Portuguese Coastal Path to the Way of Saint James of Compostela

Currently, in Portugal, the Way of Saint James benefits from the attention of governmental entities, and, in 2017, the intermunicipal project *Valorização dos Caminhos de Santiago - Caminho Português da Costa* was approved and financed. In times when management, planning, and its subsequential cultural sustainability generate great concerns in other Jacobeu pathways, an urgent need to investigate and understand the cultural logics involved in this cultural activation, emerges.

The goal of this dissertation, inserted within the GALABRA-UMinho group activities, lies in the identification and analysis of the stakeholders, interests and speeches surrounding the Portuguese coastal path to the Way of Saint James of Compostela, inside Portugal. We also aim to construct a reflective perspective for future investigation, namely in the cultural management area of Jacobeu's Pathways. We are aware of the broadness and transversality surrounding the object of this study, thus, this investigation refers to the timeframe between the years of 2010 and 2019, and its territorially is limited to the area that involves the above-mentioned pathway. A combination of qualitative and quantitative approaches has been used as our method, and this way, we were able to identify twenty-two different stakeholders. Even though the majority of them belong to the cultural domain and to the local dimension within the public sector, they have, nonetheless, been developing some activities and services inside the scope of tourism in the aforementioned timeframe. Having stated this, we understand that the interests surrounding the Portuguese coastal pathway are essentially tourism related.

**Key words:** Way of Saint James; Portuguese Coastal Path to the Way of Saint James of Compostela; Management of the Jacobeu's pathways; Heritage practices and interests;



## Índice

<b>Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros.....</b>	<b>ii</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>iii</b>
<b>Declaração de integridade.....</b>	<b>iv</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>v</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>vi</b>
<b>Índice .....</b>	<b>vii</b>
<b>Índice de siglas/Acrónimos/ Abreviaturas .....</b>	<b>ix</b>
<b>Índice de Figuras .....</b>	<b>xi</b>
<b>Índice de Tabelas .....</b>	<b>xii</b>
<b>Índice de Gráficos .....</b>	<b>xiii</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>14</b>
<b>2. Estado da Arte.....</b>	<b>17</b>
<b>3. Enquadramento teórico .....</b>	<b>20</b>
3.1 Conceitos sobre património.....	20
3.2. Definições de Turismo cultural .....	23
3.3. Impactos do Turismo Cultural .....	25
3.4. Contextualização histórica e política do Caminho de Santiago.....	27
3.5. Peregrinação Jacobea em Portugal.....	31
3.6. O Caminho Português da Costa para Santiago de Compostela.....	33
3.7. Caracterização do traçado do CPCPSC .....	35
3.8. Dados estatísticos do CPCPSC.....	36
<b>4. Metodologia, fontes e procedimentos.....</b>	<b>41</b>
4.1. Fontes de pesquisa.....	43
4.2. Seleção da Amostra.....	44
4.4. Procedimentos .....	51

<b>5. Apresentação e interpretação de dados .....</b>	<b>60</b>
5.1. Identificação e caracterização dos <i>stakeholders</i> .....	60
5.2 Classificação dos <i>stakeholders</i> .....	65
5.3 Dimensão territorial e setorial .....	65
5.4 Domínios dos <i>stakeholders</i> .....	68
5.5. Análise quantitativa e qualitativa.....	69
5.6. Classificação qualitativa das atividades e serviços .....	73
<b>6. Considerações finais .....</b>	<b>79</b>
6.1. Limitações e dificuldades ao longo da pesquisa.....	79
6.2. Síntese conclusiva .....	80
<b>Referências .....</b>	<b>83</b>
Fontes primárias.....	83
Bibliografia .....	110
Webgrafia .....	115
Legislação Internacional.....	118
Legislação Nacional .....	118
<b>Anexos.....</b>	<b>119</b>
Anexo 1 - Compostela .....	119
<b>Apêndices .....</b>	<b>120</b>
Apêndice 1 - Recolha de dados Municipais .....	120
Apêndice 2 - Recolha de dados Não Municipais .....	128
Apêndice 3 - Classificação das atividades e/ou serviços Municipais .....	132
Apêndice 4 - Classificação das atividades e/ou serviços Não Municipais .....	137

## **Índice de siglas/Acrónimos/ Abreviaturas**

**AECT** - Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial - Galiza/Norte de Portugal

**AMT** - Área Metropolitana do Porto

**AEJ** - Associação Espaços Jacobeus

**ATLAS** - Associação Europeia para a Educação e Turismo

**APAAS** - Associação Portuguesa dos Amigos do Apóstolo de Santiago

**CCDR-N** - Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional da Região Norte

**CIM Alto Minho** - Comunidade Intermunicipal do Alto Minho

**CPCPSC** - Caminho Português da Costa para Santiago de Compostela

**CPPSC** - Caminho Português para Santiago de Compostela

**CS** - Caminho de Santiago

**DGPC** - Direção-Geral do Património Cultural

**DRCN** - Direção Regional da Cultura do Norte

**EPA** - Enlarged Partial Agreement.

**FCS** - Frame Cultural Statistics

**FICS** - Fraternidade Internacional del Camino de Santiago

**GOP** - Grandes Opções do Plano

**ICOM** – International council of Museums

**ICOMOS** – International Council on Monuments and sites

**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**OMT** - Organização Mundial do Turismo

**PE** - Planos Estratégicos

**PO** - Planos Operacionais

**RA** - Relatório de Atividades

**SNBCI** - Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja

**SA** - *Stakeholders* Ativos;

**SE** - *Stakeholders* Efetivos

**SP** - *Stakeholders* Possíveis

**TPNP** - Turismo Porto e Norte de Portugal

**UNESCO** - United Nations Educational, scientific and Cultural Organization

## Índice de Figuras

Figura 1 – Caminhos de Santiago na Europa. ....	28
Figura 2 - <i>Timeline</i> de alguns eventos que marcaram a <i>reiventio</i> .....	30
Figura 3 - Caminhos Portugueses no Medievo para Santiago de Compostela. ....	32
Figura 4 - Trajeto oficial do CPCPSC em Portugal. ....	34
Figura 5 - Tipificação dos <i>stakeholders</i> .....	54
Figura 6 - Classificação da utilização da cultura por domínios.....	57
Figura 7 - Compostela conferida à autora da presente dissertação, aquando a realização do CPCPSC, em setembro do ano 2018. ....	119

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Trajeto do CPCPSC por etapas. ....	36
Tabela 2 - Posição geral do CPCPSC ao longo dos anos. ....	39
Tabela 3 - Evolução do número de portugueses que caminham até Compostela. ....	39
Tabela 4 - Extensão do CPCPSC por município. ....	45
Tabela 5 - Valor total da amostra. ....	51
Tabela 6 - Identificação dos <i>stakeholders</i> de acordo com a contemplação nos documentos analisados. .	61
Tabela 7 - Identificação de <i>stakeholders</i> através das parcerias evidenciadas. ....	62
Tabela 8 - Dimensão territorial dos <i>stakeholders</i> . ....	66
Tabela 9 - Caraterização setorial dos <i>stakeholders</i> . ....	67
Tabela 10 - Recolha de dados municipais. ....	127
Tabela 11 - Recolha de dados Não Municipais . ....	131
Tabela 12 - Classificação das atividades e/ou atividades Municipais . ....	136
Tabela 13 - Classificação das atividades e/ou serviços Não Municipais. ....	139

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução do número de peregrinos no CPCPSC (2010 - 2019). .....	38
Gráfico 2 - Análise global da dimensão territorial e setorial dos <i>stakeholders</i> .....	68
Gráfico 3 - Classificação dos <i>stakeholders</i> por domínio. ....	69
Gráfico 4 - Número de atividades ou serviços relacionados com o CPPSC (2010-2019), no âmbito municipal. ....	71
Gráfico 5 - Número de atividades ou serviços relacionados com o CPCPSC (2010-2019), no âmbito Não Municipal. ....	72
Gráfico 6 - Caracterização das atividades e/ou serviços no âmbito Municipal. ....	74
Gráfico 7 - Domínios representados a nível Municipal. ....	75
Gráfico 8 - Categorização das atividades e/ou serviços no âmbito Não Municipal. ....	76
Gráfico 9 - Domínios representados no âmbito Não Municipal. ....	76
Gráfico 10 - Classificação qualitativa geral de todas as atividades e/ou serviços registados. ....	77
Gráfico 11 - Classificação geral de todas as atividades e/ou serviços registados, por domínio. ....	78

## 1. Introdução

Os caminhos de Santiago, com origem na Idade Média, constituem um dos principais e populares pontos de peregrinação mundial. Ao longo dos séculos proporcionaram um intercâmbio de pessoas, ideais filosóficos, políticos, teológicos, sociais, culturais, entre muitos outros (Silva, 2004). Assente na ideia de que «a Europa inteira fez-se caminhando a Compostela [...]» (Almeida et al. 2017. p.78), afirmação atribuída ao poeta alemão Johann Goethe, têm especial relevo no velho continente europeu, onde são considerados um pilar basilar da história, identidade e cristandade.

A popularidade deste fenómeno milenar variou consoante contextos internos e externos. Designadamente as conjunturas geopolíticas, filosóficas ou sanitárias. Os diversos estudos que se debruçam sobre a temática (Silva, 2004; Feijó, 2011. Pazos-Justo, Río & Samartim, 2019), permitem-nos afirmar que após o apogeu alcançado na Idade Média, influenciado pelo surgimento de novas correntes do pensamento, como o Iluminismo e sucessivas invasões francesas, este entrou num período de declínio. Uma tendência que se manteve até os anos 80, altura em que são alvo de uma reativação, impulsionada por diversos objetivos políticos, religiosos e, também económicos. Este renascimento é marcado pelo seu reconhecimento internacional, com sucessivas classificações que atestam o seu valor. Nomeadamente, a classificação como primeiro itinerário Cultural Europeu, pelo Conselho Europa (1987) e a entrada na lista do Património Mundial da Humanidade, com a classificação do Caminho Francês (1993), pela UNESCO. Um reconhecimento aproveitado pela Xunta da Galiza, que o identifica como uma solução para escapar à crise e proporcionar desenvolvimento, por via do turismo (Solla, 2006). Uma atuação que foi replicada um pouco por todas as regiões e países, pois como refere Catarina Nadais (2010)

[...] nos últimos anos, todos os territórios que podiam ter caminhos de Santiago acabaram por integrá-los numa oferta e quiseram dar-lhes importância a nível internacional. Se não existiam, foram criados. Isto porque tem sido considerado como uma estratégia ao desenvolvimento e a uma tentativa de escapatória à crise que parece assolar a maioria dos países (Nadais, 2010. p.61)

Os reconhecimentos internacionais juntamente com às estatísticas oficiais, demonstram um aparente e sólido êxito de visibilidade ou atratividade internacional deste património vivo. Com 2 482 000 de peregrinos previstos<sup>1</sup> entre o ano 2015 e o próximo Jacobeu, no ano 2021, a última

---

<sup>1</sup> Plan Diretor y Estratégico Del Camino de Santiago en Galicia 2015-2021. Mais informações em: [https://www.turismo.gal/osdam/filestore/1/6/1/9/7\\_ea6b4c1cd5c2132/16197\\_f55ecb4c0306bdd.pdf](https://www.turismo.gal/osdam/filestore/1/6/1/9/7_ea6b4c1cd5c2132/16197_f55ecb4c0306bdd.pdf).



década foi marcada pelos sucessivos recordes. De acordo com os dados divulgados pela Oficina de Acogida al Peregrino, existe um incremento de ano para ano. No ano 2010 (último Ano Santo<sup>2</sup>), registaram-se 272 135 peregrinos, um número consecutivamente ultrapassado desde o ano 2016 até 2019. Porém, a inserção das lógicas do turismo, uma das indústrias mais emergentes em todo o mundo, tem espoletado preocupações de que são testemunhos os novos processos e neologismos como *museomania*, *massificação*, *turistificação*, *gentrificação*, *turiperegrinos*, *bicigrinos*, entre outros. No caso concreto do Caminho de Santiago, vão sendo assinalados alguns indícios, de possíveis consequências de um turismo aparentemente desenfreado, como a alienação cultural e massificação, em especial nos últimos 100 km (Nadais 2010; Mendes 2010; Lester, 2015; Martín-Duque, 2017), que têm culminado em alguns alertas no âmbito associativo e académico. Apesar das distinções e reconhecimento, denota-se uma gestão em prol do benefício económico e turístico (Alonso-Ibáñez, 2017), que pode colocar em causa a génese e valor intrínseco deste bem cultural.

Em Portugal, atualmente verifica-se um interesse e envolvimento institucional na revitalização e dinamização dos caminhos do Jacobeu, como demonstra a recente aprovação e instituição da certificação dos caminhos de Santiago, pelo Decreto-Lei nº 51/2019, de abril do ano 2019. No caso concreto do Caminho Português da Costa, objeto de estudo da nossa investigação, foi apresentado no ano 2017 o Projeto Intermunicipal *“Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa”*. Aprovado pelo Norte 2020, trata-se de uma iniciativa liderada pelo município de Viana do Castelo, que agrega os municípios do Porto, Maia, Matosinhos, Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Esposende, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença. Tendo em conta as preocupações suprarreferidas, o presente trabalho, inserido no grupo de investigação Galabra-UMinho<sup>3</sup>, visa identificar e analisar os agentes, interesses e lógicas patrimoniais, presentes no Caminho Português da Costa para Santiago de Compostela (CPCPSC), em Portugal. Para o efeito, recorreremos a uma metodologia mista, analisando quantitativamente e qualitativamente um *corpus* constituído pelos planos do planeamento estratégico, compreendido entre o ano 2010 e 2019. Inicialmente e de forma complementar realizámos o caminho CPCPSC, cujo intuito foi obter um maior conhecimento sobre o objeto de estudo. Numa altura em que se aproxima outro ano

---

<sup>2</sup> O Ano Santo ou Ano Jacobeu, celebra-se sempre que o dia 25 de julho coincide com um domingo. Durante esse a Diocese de Santiago de Compostela concede indulgências, a todos os que visitem o Túmulo de Santiago; poder atribuído em 1122, pelo Papa Calixto II. Com a Porta Santa aberta todo o ano, como símbolo do perdão, é quando se regista um incremento do número de peregrinos. Mais informações em: <https://oficinadelperegrino.com/peregrinacion/ano-santo/>.

<sup>3</sup> Integrante da Rede GALABRA, agrega investigadores das mais diversas áreas científicas, oriundos da Galiza, Portugal e Brasil. O seu estudo foca-se essencialmente nos países lusófonos e nas temáticas do património linguístico cultural e turismo. Mais informações em: <http://cehum.ilch.uminho.pt/galabra>.

jubilante, este trabalho torna-se pertinente face à lacuna existente no seio académico, evidenciada ao longo da nossa pesquisa, podendo, ao mesmo tempo, servir como ponto de partida e reflexão para a sua gestão e investigações futuras.

Esta dissertação está dividida em seis capítulos: Introdução; Estado da Arte; Enquadramento teórico; Metodologia, fontes e procedimentos; Apresentação e interpretação de dados e Considerações finais.

Na Introdução tecemos uma breve contextualização da temática e do nosso objeto de estudo, culminando com a apresentação da estrutura do trabalho. No segundo capítulo, o Estado da Arte, aproximamos o leitor do estado do conhecimento relativo ao objeto de estudo. Segue-se o Enquadramento teórico, no qual aclaramos alguns conceitos, referentes ao património, turismo cultural e os seus impactos, bem como uma breve contextualização histórica e política do Caminho de Santiago. Conceitos e conhecimentos que consideramos essenciais para a boa compreensão da temática. O terceiro capítulo, tal como o nome indica, aborda a metodologia, fontes, procedimentos e decisões tomadas ao longo da investigação. De seguida, no capítulo Apresentação e Interpretação dos resultados, elencamos e expomos os resultados obtidos através da metodologia delineada. Por último, finalizamos com o capítulo das Considerações finais, onde são apresentadas as limitações e conclusões da presente dissertação, indicando possíveis orientações para investigações futuras. Acrescentamos ainda que, o presente trabalho possui um anexo, composto pela Compostela, obtida aquando a realização do trajeto, e os apêndices relativos à recolha e tratamento de dados.

## 2. Estado da Arte

A peregrinação a Santiago de Compostela trata-se de uma prática milenar e transnacional. Desde o Codex Calixtino<sup>4</sup> (século XII), considerado o guia mais antigo da rota jacobea, somam-se inúmeras correspondências e produções sobre a temática. A historiografia, a teologia, a cinematografia, a literatura de viagens, os guias turísticos, o *marketing*, a antropologia, são algumas das variadas áreas que se têm debruçado sobre o fenómeno. Neste capítulo, na impossibilidade de referir todas as produções em torno do objeto de estudo, cingimos-nos ao estado de conhecimento relacionado com as políticas, discursos e práticas patrimoniais, relacionadas com o caminho de Santiago, em Portugal.

No que concerne especificamente ao Caminho Português da Costa para Santiago de Compostela (CPCPSC), a literatura identificada demonstra algumas limitações. Desde logo, a inexistência no âmbito académico, de produção científica específica sobre este trajeto. A informação disponível resulta, essencialmente, das iniciativas no âmbito do projeto intermunicipal, aprovado pelo Norte 2020: *website* oficial, o guia turístico *Caminhos de Santiago: Caminho Português da Costa* e no livro *Caminho Português da Costa – Estudos* (2017). Este último, apresenta-se como o resultado da necessidade que «é fundamental estimular a investigação sobre o Caminho Português da Costa» (Campelo *et al.*, 2017, pp. 5 e 23), pois, como denotam, apesar do trajeto não ser novo, o seu estudo, definição e organização são. Reunindo seis estudos diferentes, este expõe perspetivas patrimoniais, antropológicas, históricas e turísticas, apontando que este traçado pode constituir uma solução para o massificado Caminho Francês (pp. 23 e 147). De referir também, a contemplação do CPSPSC na inventariação e contextualização dos trajetos do jacobeu no Norte de Portugal, realizado por Hidria (2015)<sup>5</sup>, no qual é indicado como um itinerário em crescimento; e no levantamento realizado por Naturbarroso (2015)<sup>6</sup>, sobre a sinalética, pontos de apoio e serviços existentes nos traçados do norte de Portugal. Neste último, constata-se que o caminho do litoral português, era dos caminhos que registava maior heterogenia na sinalética; pontos de apoio e serviços; bem como nas distâncias entre etapas. Problemas que

---

<sup>4</sup> ou *Liber Sancti Jacobi*, é um manuscrito constituído por 5 livros onde estão reunidas narrativas litúrgicas e milagres de Santiago; a evangelização e transladação do apóstolo; sermões; conselhos; descrição dos trajetos e, ainda usos e costumes das populações atravessadas pelo itinerário.

<sup>5</sup>“*Estudo do Traçado do Caminho Português*” incluído no Projeto de Cooperação Transfronteiriça “Euroregión 2020”, cofinanciado pelo POCTEP 2007- 2013.

<sup>6</sup>“*Estudo de caracterização e justificação Histórica do traçado do caminho de Santiago na Região Trasmontana e das necessidades de investimento no caminho de Santiago no Norte de Portugal*”, cofinanciado pelo Programa INTERREG V A Espanha – Portugal.

são atribuídos à falta de coordenação entre os diferentes intervenientes, como municípios, freguesias e associações, na marcação e gestão do caminho (p.378).

No entanto e apesar da lacuna e falta de interesse académico em redor do fenómeno jacobeu em Portugal, foi possível identificar alguma produção científica sobre outros traçados, nomeadamente no âmbito da antropologia (Gomes, 2012, 2017; Gonçalves, 2012; Mendes, 2009); da historiografia (Marques, 2006; Silva, 2004; Moreno 1986); do turismo cultural e religioso (Alves, 2012; Duarte, 2016; Martinho, 2014; Nadais, 2010); do *marketing* (Antunes, 2016; Sousa, Casais, Malheiro, & Simões, 2017); da Geologia e Geoconservação (Bastos, 2012); do Empreendedorismo e Cultura (Silva, 2017) e, Português Língua não Materna (Freitas, 2018). À exceção deste último, que versa sobre os impactos do Caminho na cidade de Chaves e, apesar do aumento de produção científica e interesse gradativo do seu estudo ao longo do tempo maioria tem como finalidade apresentar propostas para a criação de rotas interpretativas, centros interpretativos e *touring* cultural; focam-se por isso, de forma mais incisiva sobre o seu aspeto iconográfico, motivações, perceções, perfil do peregrino e condições dos caminhos.

Pela proximidade temática ao nosso estudo e conclusões tecidas, merecem destaque as investigações de Leandro Gomes (2012 e 2017) e de Joana Silva (2017), ambas circunscritas ao Caminho Central português. Numa ótica antropológica, Gomes, em dois trabalhos complementares aborda a perceção, motivação e os processos de *patrimonialização* presentes no caminho central português. Com o recurso a entrevistas intenta perceber o propósito das associações e dos atores conectados a este trajeto, bem como as suas relações políticas. Em 2012, verifica linhas de pensamento distintas sobre o mesmo, uma a favor de uma rota tradicional e religiosa, outra onde impera uma visão em prol do desenvolvimento económico, social e cultural das localidades, através do seu aproveitamento turístico e cultural (2012, p.98). Sucessivamente, no ano 2017, nas entrevistas realizadas aos presidentes das Associações dos Espaços Jacobeus e da Associação Via Lusitana, nota-se que ambos coincidem na opinião que o interesse dos municípios e outras entidades se devem aos apoios comunitários e interesses económicos (Gomes, 2017, pp.251, 252 e 259). Sendo que, o primeiro frisa, a preocupação perante a possibilidade da massificação dos mesmos, considerando, que no caminho central se vão notando alguns sinais.

Por sua vez, o estudo de Joana Silva, «*Caminho Português de Santiago: Perspetivas sobre a gestão e valorização e patrimonialização: do Porto a Valença do Minho*» (2017), com objetivos

similares aos nossos, difere na metodologia e traçado analisado. Através de uma metodologia mista, baseada na observação participante, inquéritos online e entrevistas aos responsáveis de algumas organizações com responsabilidade na sua gestão, procura identificar agentes e práticas de valorização do trajeto suprarreferido. Neste constata que existe uma aposta no Caminho Português da Costa, em detrimento do Caminho Central, alertando para a falta de gestão eficaz e sustentável do seu património e a necessidade de aplicar medidas eficazes, particularmente na sua proteção legal (Silva, p.75).

Face à lacuna identificada no estudo das políticas culturais e gestão vinculadas aos caminhos, em especial do CPCPSC, estas investigações constituem um valioso contributo e ponto de reflexão para a nossa investigação. Pois, identificam um interesse latente nos trajetos do jacobeu, mais evidente no caminho do litoral e possivelmente motivado pelo retorno económico, atestando assim a premência e pertinência da realização deste estudo.

### 3. Enquadramento teórico

Ao longo deste capítulo, versamos sobre alguns conceitos que consideramos necessários para a compreensão e enquadramento da temática, bem como dos caminhos *à posteriori* delineados. Com o intuito de contextualizarmos as tensões decorrentes entre turismo cultural e património, iniciámos com uma breve clarificação de conceitos e definições do património cultural, seguida pelo turismo cultural e algumas reflexões sobre a relação destas duas áreas distintas. Por último, realizamos uma breve contextualização genérica sobre o Caminho de Santiago (CS), seguida da especificação do caminho Jacobeu em Portugal, mais concretamente do CPCPSC.

#### 3.1 Conceitos sobre património

A origem da área disciplinar do Património Cultural perde-se no tempo, não sendo possível datar com exatidão quando e como surgiu. Porém, este terá emergido na sequência da democratização da cultura, da melhoria das condições de vida, do aumento do conhecimento e desenvolvimento da sociedade; bem como da emergência de novos fenómenos, tais como a industrialização, globalização, mas, principalmente, e ainda que de forma antagónica, com a sua destruição. Associado ao romantismo e nacionalismo, começa a ter expressão no século XIX, porém, assume especial relevo a partir dos conflitos bélicos mundiais (especialmente após a II guerra mundial). Desde então, evidenciou-se um aumento exponencial do número de ativações e de processos de patrimonialização (Pérez, 2001; Martins, 2020). É também neste período, pós-guerra, que surgem algumas das mais reconhecidas entidades internacionais, responsáveis por tutelar e regular o *mundos* cultural patrimonial; de que são exemplo, o Conselho da Europa<sup>7</sup> (1945), a ICOM<sup>8</sup> (1946), a UNESCO<sup>9</sup> (1946) e, um pouco mais tarde, a ICOMOS<sup>10</sup> (1964). Estas instituições intentam estabelecer códigos metodológicos e universais para a perceção e gestão do

---

<sup>7</sup> Considera uma das instituições mais antigas da Europa, tem como missão a defesa dos direitos humanos; da estabilidade política e social; bem como a criação de uma identidade cultural europeia. Neste contexto, destaca-se a Convenção Cultural Europeia de 1954, onde está patente a ideia de um património cultural comum e, conseqüentemente a importância do desenvolvimento e implementação de atividades culturais para a instituição dos valores culturais europeus. No qual, posteriormente estão relacionadas diversas iniciativas eurocéntricas, como a celebração das Jornadas Europeias e o Programa dos Itinerários Culturais Europeus, entre outros.

<sup>8</sup> Organização Internacional dos Museus e dos seus colaboradores, dedica-se à preservação e divulgação do património cultural mundial, almejando dar resposta aos desafios e necessidades na área da museologia.

<sup>9</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura tem como objetivo contribuir para a paz em todo o mundo. Entre as variadas funções que desenvolve, esta promove a diversidade cultural, através da implementação de acordões e formação de sinergias, para a preservação do Património e cultura, em todas as suas vertentes e extensão.

<sup>10</sup> Conselho Internacional dos Monumentos e sítios é responsável pela promoção, proteção e conservação dos monumentos, conjuntos e sítios. Em consonância com a UNESCO, desempenha um papel consultivo do Comité do Património Mundial para a implementação do Património Mundial.

património cultural, através da elaboração, produção e publicação de convenções, cartas, acórdãos e/ou protocolos, que os países, normalmente, adotam em forma de legislação.

O termo património, com origem na palavra latina *patrimonium*, remete-nos para o conceito de legado ou herança. No âmbito disciplinar patrimonial e cultural, de um modo geral, pode-se afirmar que é um passado que se conecta com o presente. Um bem (material ou imaterial), de valor inigualável, em risco de desaparecer e que urge preservar para as gerações futuras. No entanto, inserido no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, o património cultural possui um carácter mutável, vivo e ativo que obriga a uma constante atualização, debate e definição. Sendo que, a sua conceção pode assumir diversos contornos, dependendo do seu contexto jurídico, antropológico, social, económico, histórico, entre muitos outros e, de acordo «com critérios de seleção e valorização determinantes em cada época» (Pérez, 2001. p.232). Esta complexidade pode ser comprovada, por exemplo, pelas inúmeras tentativas de o limitar e definir, presentes nas sucessivas cartas e/ou protocolos produzidos pelas organizações suprarreferidas, ao longo do tempo.

Inicialmente, limitado a elementos materiais, como os edifícios monumentais e à arquitetura vernacular, o seu conceito foi paulatinamente ampliado aos mais diversos domínios. E, apesar de ser comumente entendido como algo do passado, atualmente engloba a «memória viva, seja ela monumentos, sítios, tradições (...) acervos de museus, bibliotecas, arquivos, bem como línguas e dialetos, a natureza ou a paisagem e a comunicação digital.» (Martins, 2020, p. 33). À medida que aumentou o seu espectro de ação, aumentaram também os seus desafios. Assistiu-se, entre outras coisas, ao que os autores Filipa Fernandes e Xerardo Pereiro (2018), denominaram como paranoia cultural, na qual se denota uma ânsia para etiquetar, musealizar, classificar e preservar tudo. Algo que, naturalmente, não é viável, pois dessa forma, a sociedade e a cultura de um modo geral, correriam o risco de permanecer estáticas (Martins, 2020; Pérez, 2001. Durand 2005). Alguns investigadores justificam este fenómeno como uma reação contrária à globalização e conseqüente homogeneização, outros, no entanto, apontam o recente reconhecimento do valor económico do património, especialmente pela via do turismo cultural, como o principal impulso. O facto é, que nos últimos anos, a forma como a área patrimonial e cultural é concebida e tratada, alterou-se.

Inserido no setor terciário, com a sua génese associada e orientada para alcançar objetivos sociais, como a preservação e produção de valores identitários, educacionais, culturais, históricos

e outros, foi secularmente catalogado como algo incapaz de produzir riqueza. Contudo, recentemente tem assumido um papel preponderante nas políticas e estratégias de desenvolvimento económico regional. Uma mudança cada vez mais evidente, um pouco por toda a região eurocêntrica. Muito embora o património tenha possuído sempre valor de mercado (nem sempre bem aceite), como se pode verificar na compra e venda milenar de obras de arte, a correlação entre património cultural e desenvolvimento económico e social, foi referenciada e reconhecida pela primeira vez somente no ano 1972, na Mesa Redonda sobre Museologia, no Chile (Fernandes & Pereiro, 2018). A aproximação desta área com a esfera económica está longe de ter consenso, dentro e fora da comunidade científica. Trata-se de uma relação propícia a gerar diversas hesitações e debates, pois insere novas lógicas e preocupações nos processos de patrimonialização, já bastante complexos. Tendo em conta que estes, como evidência Pérez (2001), atribuem aos bens identificados e/ou classificados um novo significado, valor e utilidade. Sendo, por isso, necessário pensar não só como preservar, mas para quem, para quê e em que moldes.

Face ao exposto, denota-se que a tarefa de definir, limitar e identificar o que pode ou não integrar esta área multidisciplinar é cada vez mais difícil. Desta forma, considerando que não existe uma definição unânime e universal do conceito de património, no contexto da presente dissertação, seguimos e consideramos a perspetiva do antropólogo Llorenç Prats (1988 *apud* Pérez, 2001) e do autor Peter Howard (2003). Com linhas de pensamentos, na nossa perspetiva complementares, o primeiro defende que o património cultural se trata de uma construção social, tendo em contra critérios e exigências de determinadas épocas e grupos sociais, através dos quais se identificam, valorizam e legitimam certos bens patrimoniais e não outros. Enquanto que Howard (2003) afirma que o património não existe até que seja reconhecido e classificado como tal. Porém, quando este reconhecimento é realizado única e exclusivamente pelo seu valor enquanto recurso económico ou de desenvolvimento, colocando o seu objetivo social em segundo plano, este não deve ser encarado como património (Howard, 2003, p. 9). Em suma, constitui património tudo aquilo que é reconhecido como algo de valor inigualável, que urge preservar para as gerações vindouras, perante necessidade e exigências de determinadas épocas específicas. Todavia, quando essas exigências ou objetivos forem maioritariamente do foro económico, não se trata de património.



### 3.2. Definições de Turismo cultural

No final do século XX, por volta do ano 1980, denotou-se um expoente desenvolvimento desta nova indústria que é o turismo. Este crescimento, sentido um pouco em todas as suas vertentes, culminou numa procura acentuada dos bens culturais e patrimoniais por parte do turista. O que paulatinamente fez com que o turismo cultural fosse considerado e utilizado como uma ferramenta para o desenvolvimento (OECD, 2009 *apud* Richards, 2010). Ao mesmo tempo, surgiu a necessidade de encontrar um referencial teórico e conceptual capaz de o definir. Desde então, são diversas as áreas disciplinares que se têm debruçado sobre o seu estudo, tentando delinear um conceito que permita obter dados concretos para o avaliar, testar e otimizar (Köhler & Durand, 2008; Marujo, 2015).

À semelhança do que ocorre com a área patrimonial e cultural, a sua natureza multidisciplinar não facilita a sua definição e limitação (Donaire, 2012; Du Cros & Mckercher, 2015; Köhler & Durand, 2008; Marujo, 2015; Richards, 2003, 2018). Desde logo, porque o turismo cultural resulta da junção de dois conceitos mutáveis, polissémicos e muitas das vezes antagónicos. Sendo possível, como denotam Hillary Du Cros e Mckercher (2015, p.6), encontrar tantas definições como turistas. O que, de acordo com estes autores é bastante problemático pois, sem uma definição objetiva, este é suscetível de ser definido de acordo com os interesses num determinado momento.

Esta preocupação, tem despertado o interesse de diversas organizações internacionais, relacionadas com o turismo e património, que têm intentado encontrar conceitos e/ou referenciais teóricos. A ICOMOS<sup>11</sup>, no ano 1976, definiu o turismo cultural como «uma forma de turismo cujo objetivo, entre outros, é o conhecimento de monumentos e sítios históricos e artísticos». Uma proposta que foi retificada no ano 1999<sup>12</sup>, no qual este deixa de estar circunscrito ao lugares e sítios históricos e inclui qualquer tipo de turismo que envolva interação com o património cultural. Por outro lado, a Organização Mundial de Turismo (OMT), mais recentemente, na 22<sup>a</sup> Sessão da Assembleia Geral (China, 2017), adotou uma nova definição. Baseando-se na motivação do visitante, apresenta-o como «*um tipo de turismo em que a motivação essencial do visitante é aprender, descobrir, experienciar e consumir atrações/ produtos culturais, num destino turístico*».<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> ICOMOS, Cultural Tourism, 1976. Disponível em: [https://www.icomos.org/charters/tourism\\_e.pdf](https://www.icomos.org/charters/tourism_e.pdf).

<sup>12</sup> ICOMOS, International Cultural Tourism, 1999.

<sup>13</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Mais informações em: <https://www.unwto.org/es/tourism-and-culture?fbclid=IwAR1bwrHko6k3rOLbqjyCqskhyLgIRJ190MbPiTeROnE4e1fqWGrzVTub0>.

Apesar das tentativas das citadas anteriormente, estes intentos são, na nossa perspectiva, demasiado amplos e indefinidos.

Para o autor José Donaire (2012, pp. 16 e 29), a sua definição depende do ponto de vista da sua análise. O geógrafo afirma que, quando analisado sob a ótica do turismo, este constitui uma forma de turismo na qual os visitantes procuram manifestações culturais; mas sob o prisma da cultura, pode ser encarado e constituir ele próprio uma manifestação cultural. Outros autores e investigadores que se debruçaram sobre a temática, como MacCannel (1976;1988), Ory (1993) e Tom Wolfe (1984), citados por Xerardo Pereira e Filipa Fernandes (2018), chegam mesmo a equacionar que este pode constituir uma espécie de laicização da relação do homem com o sagrado, como se de uma nova peregrinação se tratasse.

A pletera de definições existentes é analisada por vários académicos, como é o caso Greg Richards (2003). Em *What is cultural tourism? este expõe* a multiplicidade de definições que o turismo cultural pode assumir. Entre elas, a definição por ele proposta, no ano 1996, baseada nas motivações dos turistas e conseqüentemente adaptada pela Associação Europeia para a Educação e Turismo (ATLAS), no qual o turismo cultural é «o movimento de pessoas em direção a atrações culturais fora do seu local de residência habitual, com intuito de satisfazer as suas necessidades culturais»<sup>14</sup>. De acordo com este autor, trata-se de um tipo de turismo que os políticos parecem apostar e gostar, sustentando-se na ideia que se trata de um “turismo bom”; com poucos impactos e com retorno económico, apesar das vozes contrárias que começam a surgir. Acrescenta ainda que, a União Europeia tem utilizado a cultura, entre outros aspetos, pelo seu valor enquanto recurso e capacidade de criar trabalho, constituindo o centro das políticas culturais de desenvolvimento económico regional financiadas. Ainda neste contexto, importa referir o recente estudo *Tourism and Cultural Synergies* (2018), sobre as tendências do turismo, elaborado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), onde se conclui que esta forma de turismo é um fenómeno sólido em diversos destinos turísticos e com tendência para permanecer.

Através desta breve reflexão constatamos a subjetividade e, de certo modo, a hibridez que o turismo cultural pode assumir. Para a realização e discussão levada a cabo na presente investigação, consideramos a proposta de Du Cros e Mckercher (2015, p.6). Estes defendem que o turismo cultural é o resultado e conjugação de quatro elementos distintos: turismo; utilização de bens culturais; consumo de experiências e produtos; e o turista. Ou seja, uma forma de turismo

---

<sup>14</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação.

(como outra qualquer), que utiliza e se serve dos bens culturais de um destino turístico e os transforma em produtos para serem consumidos. Uma definição sob o ponto de vista consumista e mercantil, que nos permite incidir e expor os possíveis conflitos entre turismo cultural e o património cultural, objeto de estudo do nosso trabalho. Pois, tal como refere Xerardo Pereiro e Filipa Fernandes (2018, p.295), neste prisma, a cultura é utilizada como um recurso económico e político, podendo produzir impactos positivos ou negativos.

### **3.3. Impactos do Turismo Cultural**

A complexidade do turismo cultural vai além da sua definição, sendo que é uma área suscetível de gerar sentimentos dispares, nomeadamente no que refere aos seus efeitos. Procurado por muitos territórios, em contraponto com o turismo massificado, pouco regulado, especialmente o intitulado *Sun, Sea and Sand (SSS)*, o turismo cultural tende a usufruir de uma conotação positiva (Richards, 2003; Timothy & Nyaupane, 2009). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), no ano 2009, elaborou um relatório sobre o impacto da cultura no turismo, com o intuito de analisar e identificar estratégias e políticas que propiciassem a maximização da atração dos locais para viver, trabalhar, investir e como destino turístico. Baseado em casos de estudo de 13 países, entre eles Portugal, defende uma relação simbiótica entre turismo e cultura; indicando que a cultura pode constituir um elemento importante do produto turístico e, por sua vez, o turismo proporcionar um retorno económico, beneficiando o património e produção cultural. Porém, esta não é uma posição unânime, existindo opiniões contrárias motivadas pela afetação negativa que o turismo pode exercer na cultura. Uma preocupação oficializada nas tentativas das instâncias internacionais em legislar e regulamentar a dinâmica entre as duas áreas. Nomeadamente, as Cartas Internacionais da ICOMOS (1976, 1999), referidas anteriormente e que tratam exclusivamente a relação entre turismo e o património cultural.

Considerando que o turismo cultural articula dois mundos que se gerem e movem por princípios distintos, as tensões são expetáveis. Contudo, e apesar da literatura no âmbito das Ciências Sociais e Humanas incidir maioritariamente nos seus aspetos negativos, os seus impactos podem ser positivos ou negativos (Timothy & Nyaupane, 2009; Donaire, 2012; Du Cros & Mckercher 2015; Pereiro & Fernandes, 2018). Através do turismo, muitos locais podem

beneficiar de uma vitalidade social, impulsão da economia, promoção e instituição do sentimento de pertença e legitimidade nacional (Palmer *apud* Du Cros & Mckercher, 2015). No âmbito económico, este pode servir de estímulo para a criação de emprego e atrair investimento, entre muitos outros. Por seu turno, a massificação, *gentrificação*, *turistificação*, poluição, barulho, são alguns exemplos dos efeitos indesejáveis, que também podem ocorrer. Dentro dos possíveis impactos negativos, são vários os investigadores que salientam os perigos da inserção de uma lógica de mercado (Du Cros & Mckercher, 2015; Timothy & Nyaupane, 2009). Pois, de certa forma, torna a comercialização e *packaging* inevitáveis, arriscando que a gestão cultural, sucesso e importância patrimonial, seja baseada em análises quantitativas, menosprezando o seu papel social e, conseqüentemente o seu principal objetivo (Pereiro & Fernandes, 2018, p. 346).

Os académicos Dallen Timothy e Gyan Nyaupane (2009) e Xerardo Pereiro e Filipa Fernandes (2018), elencam alguns dos efeitos possíveis do turismo cultural, agrupando-os em 3 categorias distintas: económicos, físicos e ambientais e socioculturais.

Os económicos constituem os efeitos mais evidentes e normalmente mais fáceis de medir e gerir. São representados pelo aumento de receitas; desenvolvimento de bens, infraestruturas e serviços; emprego; empreendedorismo, aumento de investimentos, entre outros. Porém, indicam que, no caso de ocorrer uma dependência acentuada do turismo, pode-se registar inflação, instabilidade, empregos com baixos salários, sendo que, por vezes os nativos podem inclusive perder os recursos que dispunham (Timothy & Nyaupane, 2009). Os efeitos físicos e ambientais referem-se a todas as modificações espaciais e no meio ambiente. Podem-se fazer notar positivamente, por exemplo, pela conservação e restauro de centros históricos patrimoniais, bairros urbanos ou zonas e tecidos urbanos marginalizadas. Por outro lado, a afetação dos recursos naturais, como a poluição, erosão ou destruição de artefactos ou estruturas históricas provocadas pelo uso excessivo ou inadequado dos bens culturais, constituem alguns dos aspetos negativos. Por último, referidos pelos supracitados, como os mais complexos e difíceis de analisar, os socioculturais. O turismo pode servir de impulsionador ou justificação para a permanência de algumas práticas culturais, conferindo-lhes uma “segunda vida”; porém, a inserção do mercado e as suas lógicas, propiciam uma comercialização da cultura, podendo acelerar drasticamente os processos de mudanças culturais. A sua mercantilização pode desprover o lugar da sua simbologia, bem como a alteração da sua normal dinâmica e consecutiva expulsão dos nativos.

Desta feita, é premente conseguir estabelecer um equilíbrio entre os aspetos negativos e positivos, de forma a instituir uma gestão e desenvolvimento sustentável. Mas, para que tal seja possível, como frisam Hillary Du Cros e Bob Mckercher (2015), é necessário compreender que o turismo cultural antes de mais é uma forma de turismo e não um tipo de gestão cultural. E que só é possível instituir uma gestão sustentável através de uma gestão clara, participativa, objetiva e proativa; concebida com a definição de objetivos concretos e capazes de satisfazer os interesses e necessidades dos diferentes *stakeholders* e acima de tudo do bem cultural. Sobre os caminhos apontados pelos autores, a identificação, definição e consulta dos *stakeholders* é apresentada como uma das estratégias fundamentais. Pois, só dessa forma é possível estabelecer prioridades (Du Cros and Lee 2007 *apud* Du Cros & Mckercher 2015), compreender o significado e os interesses de cada um em relação a um determinado bem patrimonial.

#### **3.4. Contextualização histórica e política do Caminho de Santiago**

Os caminhos de Santiago constituem um fenómeno milenar transnacional. As diversas classificações e distinções internacionais, bem como os recordes registados nos últimos anos do número de peregrinos que rumam até Compostela atestam o seu valor e perenidade no tempo. Contudo, este património vivo, e, um dos principais centros de peregrinação ocidental, não usufruiu sempre da mesma visibilidade e reconhecimento nacional e internacional. A sua história funde-se com a do velho continente europeu e, como refere Marques (2017), é um sobrevivente e testemunho dos diversos momentos históricos da Humanidade e resultado das mudanças da e na sociedade.

As diversas fontes bibliográficas que se debruçaram sob a temática (Feijó, 2011; Mendes, 2009; Pazos-Justo, Río, & Samartim, 2019; Silva, 2004; Solla, 2006; entre outros), coincidem na identificação de dois momentos cruciais, naquilo que foram as oscilações, discursos e interesses no já longo percurso do Jacobeu. De acordo com autores, estes podem ser divididos na *inventio* (*descoberta*) e no que Pazos-Justo, Río & Samartim (2019) designaram de *reiventio* (*redescoberta*).

A *inventio*, corresponde à sua origem, no século IX, com a descoberta do sepulcro de Santiago, na Galiza. De acordo com a crença cristã, os restos mortais de São Tiago Maior, um dos primeiros apóstolos de Jesus Cristo e responsável pela divulgação da fé cristã no Noroeste da Península Ibérica, foram trasladados e sepultados (após o seu assassinato em Jerusalém), no

local onde hoje se encontra a Catedral de Santiago. A descoberta (*inventio*), proclamada e reconhecida por Afonso III, ocorre numa altura marcada pela *reconquista* da Península, transformando-se desde logo num símbolo da cristandade e num dos principais centros de peregrinação ocidental (Silva, 2004; Marques, 2017). Entre o século XI e XII, em plena Idade Média, atinge o seu apogeu, havendo uma proliferação de peregrinos e caminhos que rumam até santiago, bem como a criação de apoios e infraestruturas, um pouco por toda a Europa. Multiplicidade comprovada pelos inúmeros caminhos que sobreviveram e chegaram até à contemporaneidade, como podemos verificar na figura seguinte.



**Figura 1 – Caminhos de Santiago na Europa.**

Fonte: Credencial do Peregrino.

Com o fim do Medievo e emergência de novas correntes do pensamento, como o Iluminismo, os diversos episódios bélicos à escala mundial, as revoluções industriais, entre muitos outros fatores, fizeram com que o caminho entrasse num período de decadência. Este esquecimento dura sensivelmente até à segunda metade do século XX, quando a nível nacional é

utilizado como um baluarte da propaganda do regime ditatorial franquista e propósitos nacionalistas (Mendes, 2009; Pazos-Justo et al., 2019; Solla, 2006). Porém, é a partir do ano 1980, que experimenta a *reiventio*, na qual se sucedem um conjunto de acontecimentos, com discursos confluentes, que os Caminhos são revitalizados, restabelecendo (quicá, ultrapassando) a visibilidade medieval.

Um dos momentos cruciais para o seu impulsionamento foram as visitas papais (1982 e 1989) a Santiago de Compostela, nas quais João Paulo II adota um discurso europeísta. Naquilo que Elias Feijó (2011) classifica como uma proposta política e espiritual, o Pontífice, associou a peregrinação compostelana à história europeia e ao cristianismo. Dessa forma, incitava à construção de uma nova Europa, consciente da sua história, com fé, valores, respeito, tolerância e união. Esta ideologia é reiterada pelo Conselho da Europa que a 23 de outubro do ano 1987 classifica o Caminho de Santiago como o primeiro Itinerário Cultural Europeu, criando ao mesmo tempo o programa transnacional Itinerários Culturais Europeus. Neste propõe a revitalização do «caminho, com elevada simbologia no processo da unificação europeia, que servirá como referência e exemplo para projetos futuros», declarando que os valores que este itinerário incorpora devem servir para a criação de uma nova sociedade, baseada na tolerância, liberdade, respeito e solidariedade. É um período marcado também pela entrada na lista do Património Mundial da Humanidade pela UNESCO; primeiro, com a classificação do centro histórico da cidade de Santiago (1985) e no ano 1993 do Caminho Francês. Estas classificações permitiram que o CS e os locais por ele atravessados, usufruissem de uma maior visibilidade por parte das organizações nacionais, internacionais e da sociedade de modo geral.

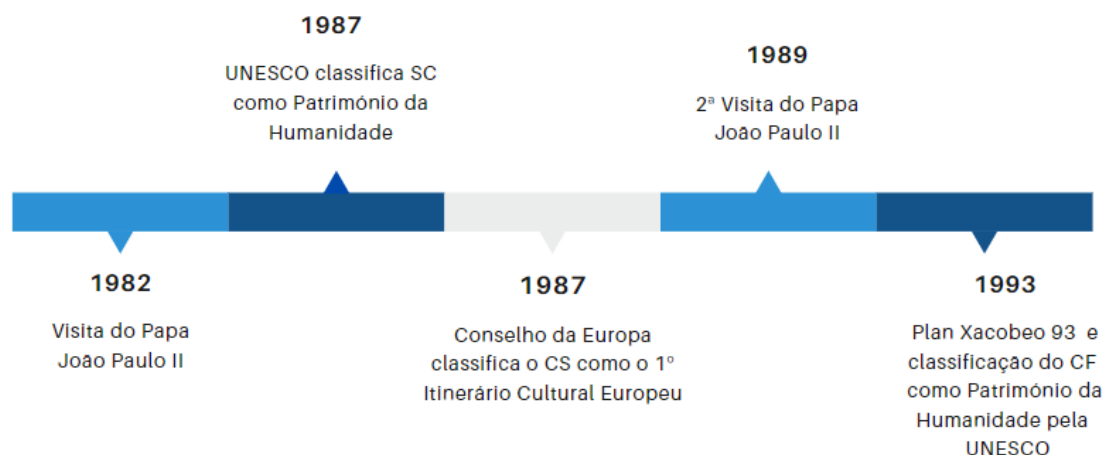
Consecutivamente, esta visibilidade e importância conferida ao Jacobeu é aproveitada pela Comunidade autónoma da Galiza, que o identifica como uma fórmula para combater a crise e proporcionar desenvolvimento na região, através da transformação dos caminhos num produto turístico (Solla, 2006). Para o efeito, cria o órgão S.A. Xacobeo, com o propósito de divulgar, gerir, equipar os caminhos, implementando o Plan Xacobeo, no ano 1993. Um organismo que a Fraternidade Internacional del Camino de Santiago (FICS, 2016)<sup>15</sup>, afirma ter transformado o caminho num *brand* turístico-cultural para venda, agudizado pela imposição da Compostela<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> A Fraternidade del Camino del Camino de Santiago de Compostela (FICS), constituída por peregrinos e especialistas de áreas e países distintos, tem como objetivo garantir a conservação e salvaguarda dos valores do caminho para as gerações futuras. Mais informações em: <https://www.ficscaminodesantiago.com/>.

<sup>16</sup> Documento emitido pelas entidades eclesíásticas, entregue na Oficina de Acogida al peregrino mediante a apresentação da Credencial do peregrino, que comprove que o peregrino percorreu, pelo menos os últimos 100 km do caminho ou, no caso dos que o executam a cavalo ou de bicicleta, os últimos 200 km que comprova a conclusão do caminho (remeter Anexo 1).

Como consequência desta política registou-se um incremento constante de visitantes e peregrinos, com especial incidência nos anos santos (1993, 1999, 2004 e 2010).



**Figura 2 - Timeline de alguns eventos que marcaram a *reiventio*.**

Fonte: elaboração própria baseada e adaptada da proposta de Pazos-Justo et al., 2019

A correlação entre turismo e o caminho não é exclusiva da Xunta da Galiza. O Conselho da Europa, no ano 2010, estabeleceu o Enlarged Partial Agreement (EPA)<sup>17</sup>, para impulsionar, promover e alargar as certificações dos Itinerários Culturais. Este, para além da criação de uma identidade europeia, através da consciência de um património comum, perspetiva também «[...] contribuir para o desenvolvimento e promoção do conceito de rotas culturais em todas as suas formas, de forma a aumentar a consciencialização global da Europa como um destino turístico de valor e qualidade únicos»<sup>18</sup>.

Porém, esta lógica inserida pela via do turismo tem espoletado preocupação no seio académico, das organizações internacionais e de diversas associações que se ocupam da preservação e divulgação dos caminhos de Santiago. Estes denotam a existência de uma massificação e *turistificação* nos últimos troços do caminho (Lester, 2015; Silva, 2017; Martín-Duque, 2019; Nadais 2016; Pombo, 2018), bem como uma gestão em prol de objetivos económicos e turísticos, sem perspetivas a longo prazo (Alonso-Ibáñez, 2017).

<sup>17</sup> Mais informações em: <https://rm.coe.int/16805cdb50>.

<sup>18</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Article 1, Resolution CM/RES (2010)53, Establishing an Enlarged Partial Agreement on Cultural Routes. Mais informações em: <https://rm.coe.int/16805cdb50>.



A este respeito, no ano 2008, a ICOMOS, na *Carta de Itinerários Culturais*<sup>19</sup>, alerta que estes não são apenas vias históricas de comunicação e, que apesar de estes serem suscetíveis de despertar o interesse turístico e poderem desempenhar um papel na coesão territorial e desenvolvimento, a sua finalidade não é o turismo. Sendo, por isso necessário evitar a «[...] confusão conceptual entre rotas turísticas, mesmo as de interesse cultural e os itinerários culturais»<sup>20</sup>.

Tendo isto presente, podemos afirmar que desde a sua origem, o caminho de Santiago não se esgota no aspeto espiritual e religioso, tendo uma componente política, social, cultural e económica. As várias fases vividas pelo caminho, inevitavelmente, moldam e modificam as peregrinações, o seu significado, número de peregrinos e até à forma como se peregrina. Posto isto, permite-nos indagar quais são os interesses presentes no CPCPSC e colocar a hipótese de esta ativação responder apenas ou sobre tudo a lógicas turísticas.

### **3.5. Peregrinação Jacobea em Portugal**

À semelhança do que ocorreu um pouco por todo o Ocidente, após a descoberta do sepulcro, também por terras lusas se caminhou até Compostela. Entre diversos peregrinos anónimos, encontram-se registos de avultadas doações em nome do Apóstolo e relatos de peregrinações da nobreza portuguesa, como é o caso da Rainha Santa Isabel e de D. Manuel I, entre outros (Marques, 2006). Esta presença comprova-se também pelos diversos vestígios toponímicos, iconográficos, arqueológicos, mitológicos, teológicos ou cartográficos (Almeida, 2017) e no culto que nalguns casos perdura até aos dias de hoje.

Apesar dos dois países ibéricos partilharem uma grande extensão de fronteira terrestre, identificar em Portugal quais os caminhos que rumavam ao santuário é tarefa complexa, como constata José Marques (2006) e Humberto Baquero Moreno (1986). Pois, ainda não há «[...]um estudo conjunto que nos esclareça sobre as principais vias que através de Portugal serviam de percurso aos peregrinos que se dirigiam ao santuário. Apenas se conhecem alguns percursos» (Moreno, 1986, p. 77). Como frisam diversos investigadores que se debruçam sobre a temática, seria expectável que houvesse uma multiplicidade de caminhos, pois a peregrinação começa na

---

<sup>19</sup> Perante o caráter dinâmico, transnacional e as alterações em redor do património, a ICOMOS (2008), propõe conceitos conceptuais e metodológicos de investigação, valorização, preservação, uso e gestão dos itinerários culturais.

<sup>20</sup> ICOMOS (2008). Carta dos Itinerários Culturais. Disponível em: [http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/Carta\\_Itinerarios\\_Culturais\\_2008.pdf](http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/Carta_Itinerarios_Culturais_2008.pdf) .

porta dos que encetam a jornada. Todavia, aquando a escolha do trajeto, pesava naturalmente a existência de infraestruturas e apoio. Designadamente, a existência de albergarias, fontes, igrejas, comida e segurança; o que fez com que alguns troços tivessem uma maior procura e se consolidassem como um caminho jacobeu (Marques, 2006, p. 247).

Através do contributo do historiador Humberto Baquero Moreno (1986), que identifica algumas das vias existentes no Medievo em Portugal, constatamos que existiam caminhos de Norte a Sul do país, como podemos observar na Figura 3. Resultantes do aproveitamento da rede viária pré-existente, ainda de acordo com o autor, as peregrinações e número de caminhos terão sido mais intensas, na zona do Douro e Minho, em contraponto com a região de Trás-os-Montes, Centro e Sul, onde «[...] os raros peregrinos que desde o Algarve demandavam a Santiago optavam normalmente pela via marítima que os podia conduzir diretamente à Galiza ou levá-los a qualquer localidade portuária no Norte de Portugal [...]» (Moreno, 1986, p. 84).



**Figura 3 - Caminhos Portugueses no Medievo para Santiago de Compostela.**

Fonte: Humberto Baquero Moreno (1986, p.89)

Esta dificuldade e dispersão de informação pode ser justificada, em parte, pela falta de envolvimento institucional do Estado português. Pois, ao contrário, do que ocorreu em Espanha, aquando a *reiventio*, em Portugal, não se verificou uma articulação ou desenvolvimento de ações holísticas estatais para revitalizar, recuperar ou divulgar os trajetos. Talvez, pela coincidência no tempo do reconhecimento e consolidação do Santuário de Fátima, um dos santuários marianos mais frequentados no mundo. Não existindo, até ao momento, um órgão responsável pela gestão e promoção dos caminhos.

Tendo isto presente, numa primeira instância, a investigação, documentação, recuperação, marcação e divulgação dos caminhos portugueses para Santiago foram executados por associações, académicos, curiosos e voluntários (Hidria, 2015. p.79). Não obstante, nos últimos anos, vão-se registando alguns indícios de envolvimento estatal. Desde o ano 2011, Portugal está representado no Conselho da Europa, como membro do EPA<sup>21</sup>, pela Direção Geral do Património Cultural e, mais recentemente no ano 2019, o Estado Português institui a certificação e valorização dos Caminhos de Santiago (Dec-Lei n° 51/2019, 17 de abril de 2019). Proposto pelo Ministério da Cultura, este diploma, reconhece a importância e necessidade de salvaguardar e uniformizar os caminhos de Santiago em território português, através da sua certificação<sup>22</sup>.

### **3.6. O Caminho Português da Costa para Santiago de Compostela**

O Caminho Português da Costa, também apelidado como do litoral ou Atlântico, constitui o mais ocidental da região norte portuguesa. Com a sua origem atribuída à Baixa Idade Média, aquando as expedições marítimas e sucessivo desenvolvimento das zonas costeiras, trata-se, muito provavelmente, da via portuguesa mais recente (Hidria, 2015. Magalhães, 2017). Uma “velha nova rota”, com início na cidade do Porto, que Humberto Moreno (1986), descreve como a via «[...] menos desenvolvida, que acompanhava a orla marítima e cujo traçado seguia através

---

<sup>21</sup> Mais informações em: <https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/epa-member-states>.

<sup>22</sup> Institui critérios e procedimentos necessários para a certificação dos itinerários em Portugal e estipula, entre outras coisas, a criação de uma Comissão de Certificação e de um Conselho Consultivo. A primeira, constituída de forma equitativa por elementos da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e do Turismo, I.P., é responsável pela coordenação, a nível nacional, dos procedimentos de certificação dos itinerários do CS. Sendo que, compete à DGPC a salvaguarda do património inerente ao CS, enquanto que o Turismo, I.P., é responsável pela sua promoção, a nível nacional e internacional. O Conselho Consultivo serve de apoio e consulta à Comissão de Certificação e é composto, pelo menos, por 13 entidades distintas, seleccionadas de acordo com as competências e envolvimento com os itinerários, onde se destaca a presença da Sociedade Anónima de Xestión do Plan Xacobeo. A certificação resulta no reconhecimento do interesse público. (Art. 3º, 4º, 5º, 6º e 10º, Dec-Lei n°51/2019, de 17 de abril de 2019). Mais informações em: <https://dre.pt/home/-/dre/122124252/details/maximized>.

de Matosinhos, Mindelo, Azurara, Póvoa do Varzim, Esposende, Viana Foz do Lima, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença» (p.78).

Tal como os restantes caminhos calcorreados até Santiago, também este perdeu popularidade com o surgimento de novas ideias do pensamento. E, apesar do esforço associativo galego e português, de que são exemplo a Asociación Amigos de los Pazos e a Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo, pelo seu trabalho na sinalização, estudo, proteção e dinamização, este não possuiu visibilidade até o ano 2017. Ano marcado pela apresentação do projeto intermunicipal «*Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa*». Este último, trata-se de um projeto intermunicipal dos 10 municípios que pertencem à dimensão territorial do CPCPSC, nomeadamente Porto, Maia, Matosinhos, Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Esposende, Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença, ilustrados no mapa seguinte.



**Figura 4 - Trajeto oficial do CPCPSC em Portugal.**

Fonte: <http://www.caminhoportuguesdacosta.com/pt/a-iniciativa/apresentacao>

Aprovado e financiado pelo Norte 2020<sup>23</sup>, constitui um investimento de 1,7 milhões de euros e é liderado pelo município de Viana do Castelo. Entre outros objetivos, o suprarreferido almeja o reconhecimento oficial da via como um itinerário de peregrinação jacobea; dinamização do potencial turístico e cultural e sucessivamente promover a sua classificação como Itinerário Cultural Europeu e Património da UNESCO. Até ao momento, permitiu uniformizar, sinalizar o traçado português; elaborar guias; construção e/ou revitalização de albergues; construção de uma imagem conjunta; criação de um *website* oficial<sup>24</sup> e aplicação *android*, para prestar auxílio e informação aos peregrinos; bem como, impulsionar a sua investigação e documentação, com o lançamento do livro *Caminho Português da Costa – Estudos* (2017).

### **3.7. Caracterização do traçado do CPCPSC**

O Caminho Português da Costa possui uma extensão, em solo português, de 149,5 km e dificuldade média-baixa. Pode ser dividido, de acordo com as indicações na aplicação *Android* para o peregrino, produzida no âmbito do projeto suprarreferido, em 8 etapas. A primeira, tem início na cidade do Porto em direção à Maia (11,6 km), desta segue até Vila do Conde (4,9 km). Daí parte em direção a Esposende (27,9 km), de Esposende a Viana do Castelo (21,39 km); de Viana do Castelo a Vila Praia de Âncora (26,5 km); Vila Praia de Âncora a Caminha (4,04 km); de Caminha a Vila Nova de Cerveira (17,40 km). A última etapa parte de Vila Nova de Cerveira para Valença (21,93 km), onde conflui com o Caminho Central Português e segue em direção a Espanha.

---

<sup>23</sup> Integrado no Acordo de Parceria "Portugal 2020", trata-se de um instrumento financeiro, gerido pela CCDR-N, de apoio ao desenvolvimento regional do Norte de Portugal. Mais informações em: <https://norte2020.pt/programa/enquadramento>.

<sup>24</sup> Mais informações em: <http://www.caminhoportuguesdacosta.com/pt/a-iniciativa/apresentacao>.

Etapa n°	Partida	Chegada	Extensão (km)
1	Porto	Maia	11,6
2	Maia	Vila do Conde	4,9
3	Vila do Conde	Esposende	27,9
4	Esposende	Viana do Castelo	21,39
5	Viana do Castelo	Vila Praia de Âncora	26,5
6	Vila Praia de Âncora	Caminha	4,04
7	Caminha	Vila Nova de Cerveira	17,4
8	Vila Nova de Cerveira	Valença	21,93

**Tabela 1 - Trajeto do CPCPSC por etapas.**

Fonte: elaboração própria baseada no guia da aplicação *Android* do CPCPSC.

### 3.8. Dados estatísticos do CPCPSC

Em Portugal, motivado pela conjectura abordada anteriormente, a informação estatística relativa ao CPCPSC está circunscrita a alguns pontos de apoio, como albergues e/ou postos de informação; sendo por isso escassa, imprecisa e insuficiente. Porém, a Oficina de Acogida al Peregrino<sup>25</sup>, sediada na cidade Compostelana, recolhe e divulga sistematicamente um conjunto de informações referentes às peregrinações. Designadamente, o número total de peregrinos; a forma como caminham (a pé, a cavalo ou bicicleta); o género e nacionalidade; ponto de partida e hierarquização dos caminhos, de acordo com a afluência de cada um. Apesar de não reunirem dados completamente absolutos, na medida em que só contabilizam os peregrinos que solicitam a Compostela, esta constitui o referencial, mais consensual, para conhecer e caracterizar a peregrinação Jacobina.

No caso concreto do CPCPSC, constatamos incongruências relativamente aos dados disponibilizados pela entidade. Na medida em que contrastam com a informação por nós recolhida, no ano 2019, aquando a realização do trabalho *Caminho Português da Costa para Santiago de Compostela (2010-2018): hipóteses de análise de um trabalho em curso*, apresentado no III Encontro Internacional da Rede GALABRA<sup>26</sup>. Ou seja, atualmente a mesma disponibiliza registos apenas referentes ao período compreendido entre o ano 2016 e 2019, porém, na altura recolhemos e verificámos a existência de dados desde o ano 2010 até 2018<sup>27</sup>. Procurando

<sup>25</sup> Trata-se de um organismo dependente da Catedral de Santiago de Compostela onde, perante o comprovativo da realização da peregrinação, se efetua a entrega da Compostela. Mais informações em: <https://oficinadelperegrino.com/>.

<sup>26</sup> Mais informações em: <https://redegalabra.org/>.

<sup>27</sup> Dados recolhidos: Ano 2010: 1 114 peregrinos; ano 2011: 243 peregrinos; ano 2012: 556 peregrinos; ano 2013: 746 peregrinos; ano 2014: 779 peregrinos; ano 2015: 1 474 peregrinos; ano 2016: 2 600 peregrinos; ano 2017: 7 329 peregrinos; ano 2018: 13 841 peregrinos.

encontrar uma justificação questionamos a entidade. Numa comunicação realizada via email, a mesma clarificou e justificou que só faculta registos referentes aos últimos quatro anos, pois só no ano 2016 a Xunta da Galiza reconheceu o Caminho Português da Costa, como um itinerário oficial de peregrinação. Desta forma, optámos por seguir a indicação da entidade e cingimos a nossa análise aos dados atualmente disponibilizados. De realçar ainda que, com isto, e recorrendo à página *web* oficial<sup>28</sup> do Xacobeo, constatamos ainda que o caminho reconhecido pela Xunta autónoma da Galiza difere da oficializada pelo projeto intermunicipal Português. Isto é, o primeiro oficializa o percurso que segue a via costeira galega, que parte da vila portuguesa de Caminha, em direção á localidade galega da Guarda, Oia, Baiona, Vigo e que se junta ao Caminho Português Central, na vila de Redondela. Por seu turno, o projeto intermunicipal português indica o caminho que segue de Caminha, em direção a Vila Nova de Cerveira e se reúne ao Caminho Português Central em Valença.

Apesar de dispormos de elementos estatísticos apenas nos últimos quatro anos, a oscilação e comportamento da evolução do número de peregrinos, entre o ano 2016 e o ano 2019, evidencia um crescimento exponencial. Com uma contabilização inicial, no ano 2016, de 2 600 peregrinos, verifica-se um crescimento superior a 100% no período homólogo do ano seguinte, com um total de 7 329 peregrinos. Uma tendência de crescimento que se mantém até o ano 2019 (ainda que em proporções diferentes), com um total de 13 841 peregrinos registados no ano 2018 e, em 2019 atinge o expressivo número de 22 292, como ilustra o gráfico seguinte.

---

<sup>28</sup> Mais informações em: <https://www.caminodesantiago.gal/pt/planifique/os-itinerarios/caminho-portugues-da-costa>.



**Gráfico 1 - Evolução do número de peregrinos no CPCPSC (2010 - 2019).**

Fonte: Elaboração própria através de dados fornecidos pela Oficina de Acogida al Peregrino

Numa análise global, podemos ainda afirmar que o CPCPSC acompanhou o aumento constante e contínuo do número total de peregrinos anuais, como podemos verificar na tabela que se segue. Todavia, merece destaque o seu crescimento exponencial. Note-se que, no primeiro ano em que é realizado o seu registo, este integra imediatamente os dez caminhos mais percorridos, ocupando o sétimo lugar. E, observando a oscilação da sua posição face aos restantes caminhos, verificamos que no breve período de um ano (entre 2018 e 2019), este ascende do sexto para o terceiro caminho mais percorrido; ultrapassado apenas, pelo Caminho Francês e pelo Caminho Português Central, que ocupam de forma constante e regular (desde a existência de registo) o primeiro e o segundo lugar, respetivamente.



Ano	Nº Total de Peregrinos	Nº total de Peregrinos no CPCPSC	(%) do CPCPSC em relação ao total	Posição Geral do CPCPSC
2016	277 854	2 600	0,94%	7º
2017	301 036	7 329	2,43%	7º
2018	327 377	13 841	4,32%	6º
2019	347 578	22 292	6,41%	3º

**Tabela 2 - Posição geral do CPCPSC ao longo dos anos.**

Fonte: elaboração própria através dos dados fornecidos pela Oficina de Acogida al Peregrino

Este crescimento exponencial não se regista no número de peregrinos portugueses que rumam a Compostela. Ao longo dos nove anos analisados, estes mantêm uma posição constante, oscilando entre a quarta e quintas nacionalidades mais representadas. Tendo o ano 2016 como referência, observa-se inclusive que existiu um decréscimo de um milhar entre o ano 2016 e 2017; seguindo-se nos anos subsequentes, um constante aumento, em consonância com o aumento generalizado do número de peregrinos. Estes dados, considerando que são dois os caminhos portugueses oficializados e reconhecidos pela Xunta da Galiza, que por sinal são dos mais percorridos, a seguir ao Francês, pode a nosso ver constituir dois significados. Por um lado, que os caminhos portugueses são maioritariamente percorridos por estrangeiros e, por outro, que a ativação do Caminho Português da Costa não impulsionou um aumento significativo interno.

Ano	Nº total de peregrinos	Nº de peregrinos portugueses	Posição Geral
2010	272 135	7 786	5º
2011	183 366	8 649	4º
2012	192 488	10 329	4º
2013	215 880	10 698	4º
2014	237 983	11 663	4º
2015	262 516	12 481	5º
2016	277 854	13 245	5º
2017	301 036	12 940	5º
2018	327 378	14 413	4º
2019	347 578	17 450	5º

**Tabela 3 - Evolução do número de portugueses que caminham até Compostela.**

Fonte: elaboração própria através dos dados fornecidos pela Oficina de Acogida al Peregrino

Em suma, face ao exposto, podemos constatar um recente envolvimento e interesse das entidades galegas no CPCPSC, bem como um aumento exponencial dos peregrinos que optam por calcorrear o caminho do litoral português. Este regista um crescimento rápido e expressivo, especialmente no ano 2019, em que se torna o terceiro caminho mais percorrido. Um conjunto de indícios que demonstram uma clara tendência (em condições geopolíticas, sociais, financeiras e sanitárias ditas normais), para o aumento do número de peregrinos neste trajeto, nos próximos anos. Caso esta inclinação se verifique e o trajeto mantenha a velocidade de crescimento, poderá possivelmente, num curto espaço de tempo, ultrapassar a visibilidade e afluência do reconhecido e mais percorrido caminho português, desde a Idade Média, o Caminho Português Central. Outros indicadores, que na nossa ótica, merecem destaque são a constância do lugar ocupado por peregrinos portugueses, que podem também indicar que os caminhos portugueses são procurados por estrangeiros.

#### 4. Metodologia, fontes e procedimentos

Neste capítulo expomos os objetivos que nortearam a elaboração deste trabalho, bem como do tipo de metodologia, fontes de pesquisa e procedimentos realizados ao longo da mesma. Métodos e caminhos delineados de acordo com o referencial teórico, versado anteriormente.

O Caminho de Santiago em território português usufruiu, da atenção das instituições governamentais, tendo sido aprovado no ano 2016, pelo Norte 2020, o projeto intermunicipal *Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa*. Numa altura em que a gestão, planificação e consequente sustentabilidade cultural noutros trajetos do Jacobeu, nomeadamente no Caminho Francês, geram grandes preocupações, urge a necessidade de investigar e compreender quais as lógicas culturais presentes nesta reativação cultural. Desta forma, o nosso intuito é i) identificar os diferentes *stakeholders* envolvidos na reativação do CPPSC; ii) conhecer a natureza dos interesses e discursos centrais na ativação iii) caracterizar e compreender o tipo de planificação estratégica e lógicas patrimoniais existentes no CPCPSC, em Portugal e, por último contribuir para uma planificação cultural e patrimonial sustentável dos caminhos de santiago.

Derivado à extensão e amplitude da temática que nos propomos analisar é, antes de mais, imprescindível estabelecer uma baliza temporal e espacial, no universo do nosso *corpus*. Assim sendo e, considerando que os nossos objetivos são restritos ao território português, circunscrevemos territorialmente a pesquisa ao território que agrega o itinerário CPCPSC, nomeadamente do Porto até Valença e, temporalmente entre o ano 2010 e 2019. Um período de 9 anos, que abrange o último Jacobeu, comumente denominado Ano Santo e que, normalmente, prima pelo aumento exponencial de afluência do número de peregrinos que ruma até ao sepulcro do apóstolo, até ao momento da pesquisa.

Procurando obter os objetivos propostos e desenvolver uma ampla compreensão e conhecimento do fenómeno, optámos por uma metodologia documental, recorrendo inicialmente de forma complementar, àquilo que Anguerra (1997) denomina como pesquisa observacional passiva, não controlada.

A pesquisa observacional passiva não controlada, de acordo com o autor, é uma pesquisa pouco estruturada, que se realiza sem uma ideia pré-concebida sobre o objeto de estudo ou quando se sabe pouco do assunto em questão. Pois, «(...) La ciencia comienza con la observación.

De la cual actualmente nadie puede dudar y menos aún dentro del ámbito de las Ciencias Humanas» (Anguerra, 1997, p.9). Esta, proporcionando a observação dos fenómenos tal como se apresentam, pode ter como objetivo a confirmação e/ou construção de uma ideia. Tendo isto presente e considerando que a observação é um dos métodos mais utilizados no âmbito das Ciências Sociais (Freitas e Prodonov, 2013, p.128), com o intuito de desenvolvermos um maior conhecimento e proximidade com o objeto de estudo, entre o dia 11 até o dia 21, do mês de setembro do ano 2018, realizamos o CPCPSC. Com início na cidade do Porto, deixámos o solo português na vila de Caminha, seguindo a via costeira galega e não em Valença, como seria ideal. Porém, consideramos que é uma consequência espectável do tipo de pesquisa delineada para o efeito, não colocando, por isso em causa o seu propósito que é a aproximação com o objeto de estudo. Posto isto, ao longo de 11 dias foi possível vivenciar as lógicas, dinâmicas e discursos implementados ao longo deste itinerário. Numa análise comparativa, entre a realidade portuguesa e galega, constatamos que existe uma grande discrepância. Apesar de considerarmos que a sinalética está em bom estado e ser relativamente suficiente, notámos que o número de albergues e pontos de apoio é bastante mais reduzido, bem como a dimensão comercial e turística em torno da peregrinação. Algo sistemático e mais evidente a partir da localidade galega de Redondela, onde esta variante se une com o Caminho Português Central; multiplicam-se o número de peregrinos, albergues, lojas de *souvenirs*, locais para carimbar a credencial do peregrino, bem como do número e tipo de serviços, tais como, o transporte de malas ou excursões.

Por sua vez, a análise documental é «(...) aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenómeno» (Kripka, Scheller & Danusa, 2015, p. 244). Semelhante à pesquisa bibliográfica, difere essencialmente no tipo de documentos e fontes de pesquisa que analisa; serve-se de materiais de diversos formatos, constituídas maioritariamente por fontes primárias que não receberam tratamento analítico (kripka et al.,2015; Prodanov & Freitas, 2013, p.128; Gil, 2002, p.88). Por constituir um tipo de metodologia estável, acessível, verificável, tendo em conta a dimensão territorial e amplitude da nossa investigação, bem como as nossas questões de investigação, optamos por esta via. Pela sua génese e informação que proporcionam, a análise documental é constituída pela análise dos Planos do Planeamento Estratégico, uma das ferramentas de gestão mais utilizadas em todo o mundo (Bain and company 2000 *apud* Santos 2011, p.10). Nomeadamente, os Planos Estratégicos (PE), os Planos Operacionais (PO) e os respetivos Relatórios de Atividades (RA).

#### **4.1. Fontes de pesquisa**

Para que seja possível compreender a escolha das nossas fontes de pesquisa, bem como a posterior análise é necessário, antes de mais, compreender uma série de conceitos, que de seguida aclaramos.

Os planos do planeamento estratégico são documentos que materializam, constituem e resultam do processo de planeamento estratégico de uma instituição, organização ou entidade (López, 2005; Santos, 2011; Leal, 2015). Consoante as suas características, como o tempo, dimensão geográfica, setores, entre outros, assumem designações diferentes.

O Plano Estratégico (PE), na ótica de Luíz Lopez (2005, p.127) é «(...) un guia para la acción e para informar a los demás qué somos y que queremos». Trata-se de um documento de planeamento de médio longo prazo, num horizonte temporal que pode oscilar entre os 3 a 10 anos, que serve de suporte para a elaboração dos Planos de Atividades e orçamentos da organização (Santos, 2011); estes, devem conter a missão, objetivos estratégicos, visão geral e diagnóstico da organização, formulação e delimitação das prioridades estratégicas para alcançar os objetivos traçados, um plano de ação, metas e a sua respetiva avaliação (López, 2005; Caldeira *apud* Leal 2015; Silva, Dabó, Cassam & Balde, 2012).

Por sua vez, o Plano Operacional (PO), corresponde a um período de tempo mais curto, normalmente de um ano, podendo, no entanto, ser trimestral ou semestral. Por norma, trata-se de um documento mais objetivo e detalhado do que o PE. Este deve ter discriminado objetivos, projetos, serviços, atividades, indicadores de avaliação, cronogramas, calendários de execução e atribuição de responsabilidades e orçamento (López, 2005). Sob esta designação, enquadram-se, por exemplo, os Planos de Ação, Planos Operacionais ou os Planos de Atividades (Santos, pp.15,18).

O Plano de Atividades (PA) constitui um subsetor dos Planos Operacionais, onde se programam atividades, projetos e se mobilizam os recursos humanos, materiais e financeiros necessários (Caldeira *apud* Leal, 2015, p.41). Em Portugal, este instrumento de gestão, juntamente com o Relatório de Atividades (RA), é obrigatório para todos os organismos e serviços da Administração Pública, tal como a sua apresentação e divulgação a todos os trabalhadores e a

eventual interessados (Art.1º e 4º, Decreto-Lei, nº 183/96 de 27 de setembro<sup>29</sup>). Para além da obrigatoriedade, este Diploma indica ainda um “modelo tipo”, no qual o PA, deve possuir uma nota introdutória, objetivos e estratégias, atividades e recursos (com horizontes temporais e com os respetivos programas e calendarização); enquanto que o RA deve conter nota introdutória, atividades desenvolvidas e recursos humanos, bem como uma avaliação final onde conste, entre outros, uma apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados. Ou seja, apesar de serem semelhantes e complementares, os PE, PA e RA, são documentos diferentes e por isso, quando coexistam na mesma organização, devem ser analisados em conjunto (Silva, 2011, p.18).

Considerando que a seleção da nossa amostra, como iremos abordar de seguida, é composta por entidades da Administração Pública Central, cujo planeamento estratégico, de acordo com Leal (2015, p.51), se traduz em três documentos i) Grandes Opções do Plano, ii) Planos Estratégicos e iii) Planos Anuais e cuja literatura analisada, refere que a análise destes últimos é deficiente sem o respetivo relatório, as nossas Fontes de pesquisa são constituídas por: Planos Estratégicos (PE); Planos de Atividades (PA) e Relatório de Atividades (RA).

## **4.2. Seleção da Amostra**

A amostra, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.99) é «(...) parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou plano. Refere-se ao subconjunto do universo ou da população, por meio do qual estabelecemos ou estimamos as características desse universo ou dessa população».

Considerando que os objetivos desta dissertação são conhecer e caracterizar os intervenientes, discursos e interesses públicos na reativação cultural do CPCPSC, a seleção da amostra substanciou-se na identificação e seleção das entidades da Administração Pública portuguesa<sup>30</sup>, que desempenham funções ou têm responsabilidade na elaboração e mediação de políticas culturais e/ou turísticas, na área territorial que abrange o troço analisado.

---

<sup>29</sup>Mais informações em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/213805/details/normal?q=Decreto-Lei+n.%C2%BA183%2F96%2C%20de+27+de+Setembro>.

<sup>30</sup> Administração Pública pode-se definir como um sistema de órgãos, serviços, agentes do Estado e outras entidades públicas, cujo objetivo é satisfazer as necessidades coletivas. Divide-se em: Administração Direta do Estado, Administração Indireta do Estado e Administração Autónoma. A Administração Direta do Estado são todos os serviços, órgãos, e agentes de pessoa coletiva, cuja atividade visa a satisfação de necessidades coletivas, de forma direta e imediata sob dependência hierárquica da Administração Central. A administração indireta do Estado são as entidades públicas, diferentes da pessoa coletiva do Estado, com personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira cujas atividades visam também satisfazer necessidades do Estado. Por último, a Administração autónoma, constituída pela Administração local e regional e Associações públicas, possuem a liberdade para definir, de forma autónoma a sua atividade e prosseguem interesses próprios das pessoas que as constituem. Mais informações em: <https://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=a5de6f93-bfb3-4bfc-87a2-4a7292719839&men=i>

O CPCPSC, com início na cidade do Porto e término no município de Valença, está inserido na dimensão Territorial da Região do Norte de Portugal (NUT II). Uma região fronteiriça do Norte de Portugal, com uma área de 21 178 km<sup>2</sup> e 86 concelhos, e que engloba os distritos de Viana do Castelo, Porto, Braga, Bragança, Vila Real, Guarda, Viseu e ainda o Norte do distrito de Aveiro.

Tendo isto em consideração, identificamos e reunimos uma amostra de 18 entidades públicas, que atuam na região Norte de Portugal. Para simplificar a pesquisa e a sua posterior análise, estas foram divididas em dois campos distintos: Municipal e Não Municipal. O campo Municipal é constituído pelos 10 municípios percorridos pelo CPCPSC e, que integram o projeto intermunicipal *Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa*. Representados na tabela que se segue, de acordo com a sua extensão no mesmo, são eles: o município do Porto (5,6 km), Matosinhos (6,05km), Maia (15,4 km), Vila do Conde (12,6 km), Póvoa do Varzim (28,2 km), Esposende (27km), Viana do Castelo (14,6 km), Caminha (16 km), Vila Nova de Cerveira (4,9 km) e Valença (19,5 km).

Entidades Municipais	Área de Superfície (km <sup>2</sup> )	Nº km no CPCPSC
Porto	42 km <sup>2</sup>	5,6 km
Matosinhos	62 km <sup>2</sup>	6,05 km
Maia	83km <sup>2</sup>	15,4 km
Vila do Conde	149 km <sup>2</sup>	12,6 km
Póvoa do Varzim	82 km <sup>2</sup>	28, 2km
Esposende	95 km <sup>2</sup>	27 km
Viana do Castelo	319 km <sup>2</sup>	14,6 km
Caminha	137 km <sup>2</sup>	16 km
Vila Nova de Cerveira	109 km <sup>2</sup>	4,9 km
Valença	117 km <sup>2</sup>	19,5 km

**Tabela 4 - Extensão do CPCPSC por município.**

Fonte: elaboração própria a partir de dados do PORDATA e *website* oficial do CPCPSC

<http://www.caminhoportuguesdacosta.com/pt>.

O campo Não Municipal é constituído pelas seguintes entidades: Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), Direção Regional da Cultura do Norte (DRCN), Turismo, I.P, Turismo Porto e Norte de Portugal (TPNP), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

(CCDR-N), Comissão Intermunicipal do Alto Minho, Comissão Intermunicipal do Cávado e a Área Metropolitana do Porto (AMP).

A DGPC é entidade responsável pela gestão do património cultural em Portugal continental. Com uma vasta área de atividade, compete-lhe o estudo, investigação e divulgação do Património edificado, arquitetónico e arqueológico; realização de obras de conservação nos grandes monumentos classificados como Património Mundial; coordenação da Rede Portuguesa de Museus; a inventariação e documentação do património; gestão de intervenções de conservação e restauro de peças do património móvel e integrado, em todo o território nacional.

A DRCN trata-se de um serviço periférico da administração direta do Estado, cujo objetivo é salvaguardar, preservar, restaurar e comunicar os valores da cultura material e imaterial existentes na Região Norte de Portugal, em constante articulação com os diferentes agentes do território.

Turismo, I.P, é um instituto público, integrado na administração indireta do estado, com autonomia administrativa financeira e património próprio (Art.1º, Dec-Lei 129/2012, de 22 de junho de 2012<sup>31</sup>). Integrado no Ministério da Economia é a autoridade turística a nível nacional, responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade turística

A TPNP<sup>32</sup> é uma Entidade de Turismo Regional, com atuação territorial na Região do Norte. A sua missão é a valorização e desenvolvimento das potencialidades turísticas de toda a Região; promoção interna e no mercado alargado dos destinos turísticos regionais; gestão integrada dos destinos no quadro de desenvolvimento turístico regional, em consonância com a política de turismo definida pelo Governo e nos Planos Plurianuais da administração central e dos Municípios que a integram.

A CCDR-N<sup>33</sup> é um serviço descentralizado do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, com autonomia administrativa e financeira. As suas funções passam pela execução de políticas de ambiente, ordenamento do território, de conservação da natureza e da biodiversidade; utilização sustentável de recursos naturais, requalificação urbana de planeamento

---

<sup>31</sup> Mais informações em:

[https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/114448795/202002171005/diploma?consolidacaoTag=Turismo&did=114466476&LegislacaoConsolidada\\_WAR\\_drefrontofficeportlet\\_rp=indice](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/114448795/202002171005/diploma?consolidacaoTag=Turismo&did=114466476&LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice).

<sup>32</sup> Art.1º e 3º do Despacho nº8792/2013, disponível em [http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/estatutostpnp\\_12658132358f6532a6018d.pdf](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/estatutostpnp_12658132358f6532a6018d.pdf).

<sup>33</sup> Art.1º, Decreto-Lei 104/2003, disponível em:

[http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/dgpc\\_enquadramento\\_legal/115\\_2012\\_dgpc.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/dgpc_enquadramento_legal/115_2012_dgpc.pdf).



estratégico regional, apoio às autarquias locais, as suas associações, em prol do desenvolvimento regional integrado, da região Norte de Portugal.

A Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, a Comunidade Intermunicipal do Cávado e a Área Metropolitana do Porto, são as entidades intermunicipais<sup>34</sup> que territorialmente englobam o caminho Português da Costa. Sendo que a primeira contempla 4 dos municípios integrantes do projeto intermunicipal, Caminha, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira e Valença do Minho; a segunda engloba Esposende; e, por último, a Área Metropolitana do Porto contempla os municípios do Porto, Matosinhos, Maia, Vila do Conde e Maia. Com incumbências semelhantes, as comunidades intermunicipais são livremente instituídas pelos municípios integrantes das áreas geográficas, previamente definidas no Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cujo objetivo é a realização de interesses comuns dos municípios que as integram. Têm como principais competências a promoção do planeamento e da gestão estratégica do desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional; e planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supramunicipal. Assegura a articulação entre municípios e os serviços da Administração Central em diversas áreas; entre as quais: promoção do desenvolvimento económico, social e cultural e rede de equipamentos culturais e desportivos.

A Área Metropolitana tem como atribuições, participar na elaboração de planos e programas de investimentos públicos; planear a atuação de entidades públicas de carácter metropolitano e articular os investimentos supramunicipais; participar na gestão de programas de desenvolvimento regional, participar na definição de redes de serviços e equipamentos metropolitanos; participar na definição de redes e serviços e equipamentos metropolitanos; participar em entidades públicas de âmbito metropolitano no domínio dos transportes, águas, energia e tratamento de resíduos sólidos; assegurar a articulação entre municípios e os serviços da administração central no que diz respeito ao saneamento básico; tratamento de águas residuais e resíduos urbanos; rede de equipamentos de saúde; rede de equipamentos culturais; desportivos e de lazer, entre outros.

---

<sup>34</sup> Entidades Intermunicipais são as Áreas metropolitana e/ou as Comunidades intermunicipais. (Art.63º,67º,80º e 81º, Decreto-Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/500023>).

Delineadas a metodologia, fontes de pesquisa e respetiva amostra, procedemos ao levantamento e recolha dos documentos. Este processo foi realizado através de uma pesquisa individual nas páginas eletrónicas oficiais de cada uma das 18 entidades, que constituem a nossa amostra. Realizada de forma individual e sistemática procurou-se identificar, para o período delimitado (2010-2019), o Plano Estratégico, os Plano de Atividades e os respetivo Relatório de Atividades. Quando tal não foi possível, procedemos á sua solicitação via email. Procedimento com o qual não obtivemos sucesso, visto que nenhuma das entidades contactadas nos forneceu ou indicou os elementos solicitados. Tendo isto presente e observando ao longo da nossa pesquisa que algumas entidades, por vezes, agregam o Plano de Atividades nas Grandes Opções do Plano (GOP) e o Relatório de Atividades nos Relatórios de gestão, quando tal se verifica, estes também foram contemplados. De referir ainda que foram excluídos outros planos de ação anuais, tais como os Planos de ação da Cultura ou Turismo, pois, por definição, compreendemos que estes contêm informação que deve estar referenciada nos Planos de Atividades gerais da instituição.

Na impossibilidade de agrupar de forma geral os documentos obtidos, de seguida, damos a conhecê-las de forma individual:

- Município do Porto: não identificámos nenhum plano do planeamento estratégico. Solicitação do PA e RA (2010-2019), via email, no dia 1 de janeiro de 2020, obtivemos resposta no dia 9 de janeiro de 2020, onde remetem a solicitação de informação sobre o CPCPSC à Câmara de Viana do Castelo (líder do projeto intermunicipal, referenciado anteriormente). Não nos foi disponibilizado os supracitados, nem informação quanto ao local onde os poderíamos aceder.
- Município de Matosinhos: identificámos o Plano de Atividades (2010-2019) e Relatório de Atividades (2010-2019), contudo, apesar de estar enunciado o Plano Estratégico Municipal (2014-2017), resulta ser apenas um mapa estratégico.

Município da Maia apesar dos planos do planeamento estratégico estarem enunciados no setor «Transparência Municipal», não se encontram disponíveis. Procedemos, no dia 14 de janeiro de 2020, à solicitação via email, sem resposta até ao momento da pesquisa. Consecutivamente, identificámos no setor «Informação Económica Financeira e Patrimonial», as GOP (2010-2019), onde constam o *Plano das Atividades Mais Relevantes*, bem como os Relatório de Gestão Anual (2010-2019). Identificámos, ainda a existência de um Plano Estratégico *Maia 2028*, porém, conseguimos aceder apenas à sua brochura.

- Município de Vila do Conde: identificámos os Relatórios de Atividade Municipal (2015-2018), que contrastam com os restantes por se tratar de relatórios trimestrais e não anuais, o que levou a um aumento significativo de documentos analisados nesta entidade. Por seu turno, não identificamos o PA, mas as GOP (2014-2018), bem como o *Plano Estratégico de Desenvolvimento e Marketing Turístico de Vila do Conde (2017)*.
- Município da Póvoa do Varzim: acedemos às GOP (2010-2019), e aos Relatórios de Gestão (2009-2018) e ainda a um Plano Estratégico referente ao ano 2001, portanto desatualizado. No dia 16 de dezembro do ano 2019, solicitámos, via email os documentos necessários, sem resposta até a data.
- Município de Esposende: não foi possível identificar nenhum PA, nem RA; tampouco alguma associação às GOP ou Relatórios de Gestão. Identificámos o *Programa de Ação para a Sustentabilidade, Crescimento e Competitividade do Turismo em Esposende (2018-2022)* e o *Plano Estratégico para o Turismo – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Esposende 2025*. Procedemos à solicitação dos elementos em falta, via email, no dia 10 de fevereiro de 2020, sem resposta até ao momento.
- Município de Viana do Castelo: identificámos e acedemos aos PA (2010-2019) e RA (2010-2018), bem como o *Plano Estratégico Viana do Castelo (2010-2020)*.
- Município de Caminha: apesar de referenciar no setor «Índice de Transparência de Gestão», o Plano Estratégico Municipal e o Relatório de Atividades do Município, não se encontram disponíveis. Solicitados via email, no dia 14 de janeiro de 2020, sem resposta até ao momento; não foi identificado outro documento suscetível de ser analisado.
- Município de Vila Nova de Cerveira: apesar de referenciados no setor «Transparência Municipal» os Planos e Relatórios municipais, somente os RA (2013-2019) estão acessíveis. À semelhança do que acontece no município de Vila do Conde, também estes são trimestrais, resultando num aumento significativo do número de documentos analisados. Conseguimos também aceder ao Plano Estratégico *Linhas estratégicas para um concelho com futuro no Horizonte 2030*. Perante o insucesso de encontrar o Plano de Atividades ou em alternativa as GOP, estes foram solicitados, via e-mail, no dia 14 de janeiro de 2020. Sem resposta até ao momento.
- Município de Valença: não identificámos planos do planeamento estratégico suscetíveis de serem analisados, pelo que procedemos, sem sucesso, à sua solicitação no dia 14 de janeiro de 2020.

- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC): identificámos na sua página oficial, em “Instrumentos de Gestão”, o PA (2013-2019) e o RA (2013-2018); no momento da pesquisa o Relatório de Atividades referente ao ano 2019 ainda não estava disponível. Apesar de haver uma referência à existência de um Plano Estratégico, não foi possível identificá-lo; perante a importância e funções atribuídas a esta entidade, no dia 13 de novembro do ano 2019, solicitámos o supracitado, mas até ao momento não obtivemos resposta.
- Direção Regional da Cultura do Norte (DRCN): identificámos na sua página oficial, em Instrumentos de Gestão, o PA (2015-2019) e o RA (2015-2018); no momento de pesquisa o RA 2019 não estava ainda disponível.
- Turismo de Portugal, I.P.: encontrámos na sua Página Oficial, em «Informação de Gestão», o PA (2012-2019), o RA (2012-2018) e o Planos Estratégico *Estratégia Turismo 2027*. Solicitámos ainda, via email, a 27 de novembro de 2019, o Plano de Atividades referente ao ano 2015, que apesar de referenciado, encontra-se indisponível, contudo, sem resposta até ao momento.
- TPNP: identificámos o PE *Estratégia de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal 2015-2020*, os PA (2016-2019) e os RA (2013-2017), exceto o RA relativo ao ano 2015. Apesar de estar referenciado não é possível consultar. Posto isto, a 9 de dezembro do ano 2019, solicitámos via email, ao Cuidado do Gabinete de Estudos e Projetos, o Relatório de Atividades referente ao ano 2015 e 2018, sem resposta até ao momento.
- CCDR-N: inserido no setor «Institucional», identificámos o PA (2014-2016) e o RA (2011-2015); apesar de encontrarmos uma referência a um Plano Estratégico entre o ano 2011-2013, não foi possível localizá-lo. Procedemos à sua solicitação, via email, no dia 12 de fevereiro de 2020, os RA e PA entre o ano 2010 e 2019; sem resposta até ao momento da pesquisa.
- Área Metropolitana do Porto (AMP): identificámos na sua página oficial apenas PE *Estratégia 2020*, procedendo à sua solicitação, via email, do PA e do RA, no dia 6 de dezembro de 2019, sem resposta até ao momento.
- CIM do Alto Minho: identificámos na página oficial, em documentos estratégicos, o PE *Alto Minho 2020*; inserido na Área Administrativa e Financeira, em Instrumentos de Gestão, encontrámos as Grandes Opções do Plano (2010-2019), no qual consta o Plano de Atividades e o Relatório de Gestão e Contas (2010-2018).

- CIM do Cávado: na sua página oficial identificámos o PE *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Cávado 2014-2020 (Relatório Final)*; os RA (2011-2016) e as GOP (2012-2018), nas quais estão anexados o respetivos PA.

Auscultadas as 18 entidades suprarreferidas, reunimos um total de 206 documentos. Que, de natureza diversa, variam entre PE, PA ou GOP, RA ou Relatório e Gestão de Contas, como evidenciamos na tabela que se segue.

Valor Total da Amostra				
Entidade		PA ou GOP	RA	PE
Municipal	Porto	-	-	-
	Matosinhos	9	9	-
	Maia	9	0	-
	Vila do Conde	5	20	1
	Póvoa do Varzim	8	9	-
	Esposende	-	-	2
	Viana do Castelo	9	8	1
	Caminha	-	-	-
	Vila Nova de Cerveira	-	31	1
	Valença	-	-	-
	Não Municipal	AMT	0	0
CIM do Cávado		7	6	1
CIM do Alto Minho		6	7	1
Turismo, I.P.		7	7	1
TPNP		4	5	1
CCDRN		3	5	0
DGPC		7	6	0
DRCN	4	5	0	
<b>Total =</b>				<b>206</b>

**Tabela 5 - Valor total da amostra.**

Fonte: elaboração própria.

#### 4.4. Procedimentos

Sucessivamente, tendo por base a literatura esplanada sobre as nossas fontes de pesquisa e tendo em consideração os objetivos desta investigação, procedemos à análise e levantamento dos seguintes elementos: atividades e/ou serviços (planeados e/ou realizados) referentes ao

CPPSC<sup>35</sup>; setor no qual se inserem; parcerias planeadas ou realizadas; objetivos e o ano correspondente.<sup>36</sup>

A seleção destes elementos justifica-se não só pela génese e informação que as nossas fontes de pesquisa proporcionam, mas também está em consonância com a informação necessária para a medição e conhecimento qualitativo dos processos de utilização cultural, indicado no Frame Cultural Statistics (FCS); isto é, um modelo proposto pela UNESCO, no ano 2009, que se apresenta como um resultado das alterações ocorridas no âmbito cultural. Designadamente, a importância que a cultura tem assumido nas políticas de desenvolvimento e os desafios que isso acarreta. Como é o caso das novas tecnologias e a necessidade de englobar a dimensão imaterial, que até ao momento não era contemplada. Tendo isto em consideração e perante a necessidade de formular políticas baseadas em evidências e na medição de possíveis impactos, um dos seus objetivos é produzir informação viável, através de uma metodologia conceptual comum, possibilitando a produção e difusão de estatísticas culturais, internacionalmente comparáveis e que englobe toda a extensão dos processos culturais. Na mesma, defendem que as atividades e/ou serviços integram o ciclo cultural e por isso devem ser consideradas para a classificação e conhecimento dos processos de utilização da cultura. Nesta ótica, explicam que um serviço desempenha um papel fundamental para a produção e distribuição de bens culturais, como por exemplo: a concessão de licenças, distribuição de audiovisuais, promoção de eventos culturais ou artes cénicas, serviços de informação cultural, preservação de livros ou elaboração de um protocolo ou metodologias, entre muitos outros serviços possíveis. Por outro lado, as atividades englobam ou transmitem expressões culturais, independentemente do seu objetivo (comercial ou não), podendo ser um fim em si mesmas ou contribuir para a produção de serviços ou bens culturais. A isto, associamos o significado que a atividade possui na ótica da gestão e do planeamento estratégico, no qual é identificada como um conjunto de ações, cujo propósito é a concretização de um plano estratégico (Santos, 2011, p.18; Asis, Gros, Lilo & Caro, p.20). Desta forma, uma atividade pode ser um Programa, na medida em que este é composto por um conjunto de atividades, realizadas para atingir uma determinada estratégia, através da utilização de determinados recursos humanos, materiais e financeiros; ou de um Projeto, que constituído por pequenas atividades que visam alcançar um objetivo concreto, contribuindo para

---

<sup>35</sup> Optamos por não limitar a nossa seleção apenas às atividades ou serviços relacionados especificamente com o CPCPSC, na medida em que todas as medidas que integrem o CPPSC, englobam, naturalmente o CPCPSC.

<sup>36</sup> Vide apêndice 1 e 2.

a execução de um determinado programa ou, de um modo gerar e no sentido lato da palavra, a concretização ou realização de uma ação.

Posto isto, em primeiro lugar procedemos à identificação dos *stakeholders*; seguida da sua tipificação e caracterização e, por último, com intuito de identificar e caracterização os interesses e discursos em torno do CPCPSC (2010-2019), recorremos a uma análise qualitativa e quantitativa das atividades e serviços relacionados com o mesmo.

Considerando que as nossas fontes de pesquisa são, por definição, um documento que norteia a entidade, identificando estipulando prioridades, caminhos e objetivos a seguir, associada ao facto de que os *stakeholders*<sup>37</sup>, são as “partes interessadas”, partimos do pressuposto que o facto de integrarem o Caminho Português para Santiago de Compostela (CPPSC), demonstra e materializa o seu interesse e envolvimento com o mesmo. Como tal, procedemos à identificação dos *stakeholders*, através da identificação e levantamento das entidades que realizaram ou planearam atividades ou serviços relacionados com o CPPSC, no período compreendido entre 2010 e 2019. Tendo em conta que o nosso objetivo não é identificar ou analisar quais as atividades que foram realizadas, mas sim entender e caracterizar o fenómeno, consideramos que o simples facto de estar previsto uma atividade ou serviço num documento do planeamento estratégico representa um indício relevante de interesse.

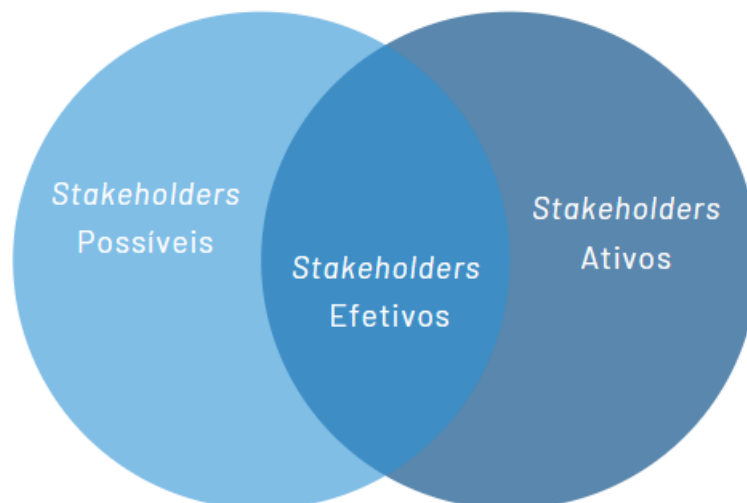
Ao longo da pesquisa, constatamos que através das parcerias estabelecidas é possível identificar outros agentes, para além dos que constituem a nossa amostra. A extensão e alcance da presente dissertação impossibilitam uma análise com a mesma profundidade que os elementos constituintes da nossa amostra. Porém, pelo seu contributo e relevância nesta e possíveis investigações futuras, procedemos igualmente à sua identificação, tipificação e caracterização. Apesar de ser possível afirmar que existiram outras parcerias, apenas foram consideradas as que são referidas de forma clara e objetiva pois, não dispomos de dados suficientes para as identificar. Como ocorre, por exemplo, no RA 2013, da TPNP, na qual enunciam parcerias «(...) com vários municípios portugueses e confrarias galegas» (RA2013, p.57) e, no caso do PA 2014 do Turismo,

---

<sup>37</sup> Frequentemente utilizado no âmbito da gestão empresarial, a sua origem remonta à década 60 (da Silva & Garcia, 2011), com o filósofo e professor americano e Robert Edward Freeman. Associado à Teoria dos *Stakeholders*, na ótica de Freeman e Mc Vea, citados por Silva e Garcia (2011), é uma teoria que assenta na área da sociologia; na política de interesses de grupos específicos e no comportamento organizacional, através do qual se prioriza a relação e gestão entre os diversos agentes que constituem um determinado universo empresarial, integrando e conjugando os diferentes interesses (Freeman, Mc Vea, 2010 apud Silva e Garcia 2011). Com a sua génese associada ao universo empresarial, esta teoria tem ganho destaque nos mundos patrimonial e cultural, nomeadamente na sua gestão e recente relação com o turismo. As “partes interessadas” ou envolvidas, numa determinada organização, instituição, empresa, ou neste caso bem patrimonial, dependendo do âmbito em que se inserem podem ser inúmeros e de natureza variada. O que, por conseguinte, deu origem a diversas propostas para a sua tipificação e caracterização.

I.P., no qual são referidos «(...) outros agentes turísticos» (PA, 2014, p.59). De referir ainda que quando não conseguimos identificar ou consultar nenhum plano do planeamento e a entidade não é identificada como parceira, consideramos que não possui interesse e por isso não constitui um agente interessado.

Posteriormente, tendo sido os *stakeholders* desvelados consoante a análise de documentos de natureza distinta, que de acordo com a literatura explanada indicam comportamentos/significado diferentes, procedemos à sua tipificação. Para o efeito recorreremos ao modelo adaptado de classificação de *stakeholders* ocultos das empresas, proposto por Mitchell, Agle, Wood (1997 *apud* Garcia & Silva 2010). Desta forma, estes foram classificados em 3 categorias distintas: *stakeholders* Possíveis, *stakeholders* Ativos e *stakeholders* Efetivos, como ilustra a figura seguinte.



**Figura 5 - Tipificação dos *stakeholders*.**

Fonte: elaboração própria baseada no modelo adaptado de classificação de *stakeholders* proposto por Mitchell, Agle, Wood (1997 *apud* Garcia & Silva 2010)

Os *Stakeholders* Possíveis (SP) são aqueles que contemplam CPPSC ou são contemplados como parceiros nos planos do planeamento estratégico ou GOP, demonstrando interesse, mas que não encontramos nos RA indicação de que tenham sido efetivamente implementadas/realizadas. Os *Stakeholders* Ativos (SA) são os que contemplam o CPPSC ou são contemplados como parceiros nos RA, mas que não encontramos evidências nos planos do planeamento estratégico, ou seja, que tenham sido planeadas.



Os *Stakeholders* Efetivos (SE), contemplam o CPPSC ou são contemplados como parceiros, nos planos do planeamento estratégico ou nas GOP e também nos respetivos relatórios de atividades ou relatórios de gestão e contas; isto é, demonstrando que estes agentes planearam e executaram alguma atividade ou serviço relacionado com o CPPSC.

Após a sua identificação e tipificação, procurando conhecer cada um dos elementos identificados, procedemos à sua caracterização no âmbito territorial, setorial e por domínio.

A dimensão territorial subdivide-se em 4 grupos distintos: local, regional, nacional e Internacional. Integram a categoria local, os atores cuja área de atuação ou competência está limitada à área de um concelho específico. As entidades que possuam uma competência territorial um pouco mais abrangente, mas limitada a uma determinada região, são consideradas entidades regionais. Por seu turno, são consideradas entidades nacionais as que possuem competência e atuação em toda a extensão do território nacional português. Na categoria internacional, enquadrámos todos aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores e cuja competência vai além do território nacional português.

A dimensão setorial subdivide-se em público e privado, dos quais ocupam a categoria dos públicos as entidades de personalidade coletiva do estado, que visam a satisfação regular e contínua das necessidades coletivas. São consideradas entidades privadas todas as entidades que possuem personalidade jurídica privada.

Subsequentemente, por considerarmos pertinente para a presente dissertação, enquadrámos cada agente num domínio específico. Procurando encontrar uma análise homogénea para todos, adotamos a proposta de Du Cros e Mckercher (p.179, 2015), aquando a criação de um produto turístico cultural, dividindo-os em dois grupos distintos: o domínio do turismo e o domínio da cultura. Desta forma, constituem o domínio do turismo, todas as entidades públicas ou privadas, locais, regionais ou nacionais, conectadas com a área do turismo, nomeadamente entidades governamentais de turismo, guias locais, operadores turísticos, entre muitos outros possíveis. Por seu turno, enquadram-se na área do património cultural todos os outros, designadamente instituições de educação, artes, organizações culturais sem fins lucrativos, entidades governamentais, museus, grupos religiosos e outros. Ou seja, integram o primeiro todos aqueles cuja atividade ou competência seja fundamentalmente turística, independentemente da natureza da sua administração, nomeadamente pública ou privada. Enquanto que no domínio do património cultural são todos aqueles cuja finalidade principal não são as necessidades turísticas.

Por último, procurando identificar e caracterizar no tempo quando, como e qual o interesse em torno do CPCPSC (2010-2019), procedemos à análise quantitativa e qualitativa das atividades ou serviços, identificados anteriormente. Uma análise individual e sistemática que agrega uma elevada quantidade de dados e, por isso, foi dividida em dois momentos distintos: municipal e não municipal.

A análise quantitativa permite-nos identificar e localizar no tempo quando e por quem surgiu o interesse. Na sua contabilização, como ocorreu anteriormente, é possível afirmar que existem outras atividades ou serviços, mas que não dispomos de dados suficientes para proceder à sua contabilização e posterior classificação. Como ocorre, a título de exemplo, no RA do ano 2013 da TPNP, onde se relata que «participaram e apoiaram em várias conferências e outras apresentações cujo tema principal foram os Caminhos de Santiago» (RA, 2013. p.57)<sup>38</sup>. Considerando que foram utilizados materiais de natureza distinta, foi necessário tomar algumas decisões para que a sua contagem fosse o mais assertiva possível. Nomeadamente, quando existe uma correspondência entre RA e PA ou quando se trata de documentos trimestrais e/ou mensais e se evidência uma repetição; bem como nos casos dos Planos Estratégicos, cujo período de tempo é superior a um ano. Desta forma, para evitarmos repetições, sempre que identificada uma correlação ou repetição anual de um serviço ou atividade, este foi contabilizado apenas uma vez. Algo que se verificou, por exemplo, nos casos do município de Matosinhos e da Maia. No caso dos Planos Estratégicos, para efeitos quantitativos, tivemos como referência o seu período de atuação; isto é, a atividade ou serviço identificado num PE é contabilizada durante o período de tempo a que está associado.

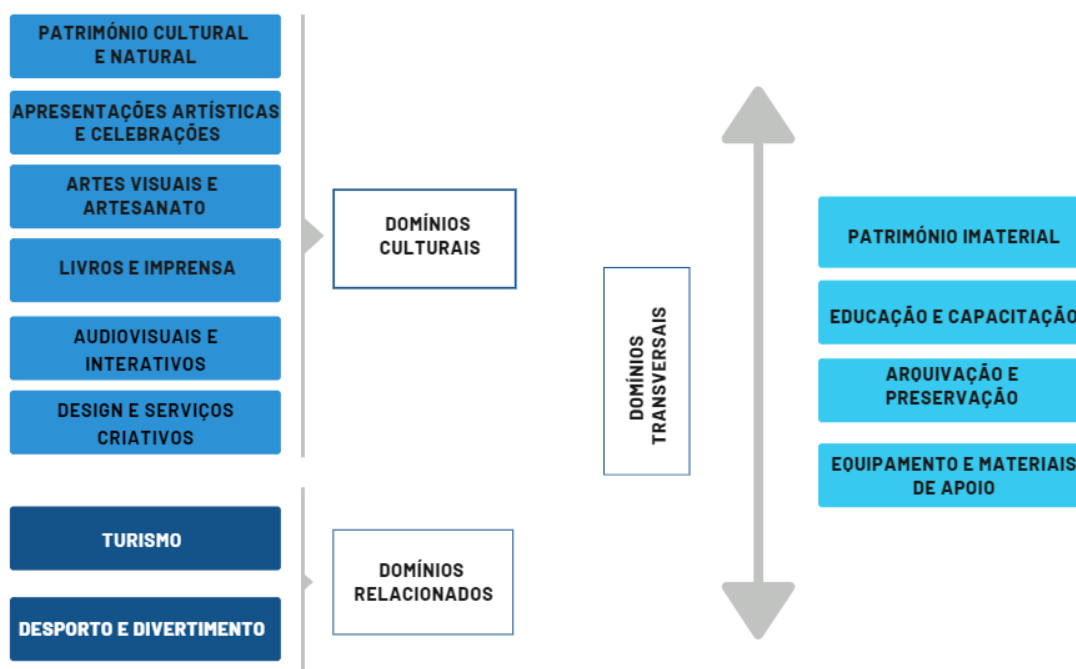
Com o intuito de compreender e identificar quais os interesses em torno da ativação patrimonial do CPCPSC, analisamos qualitativamente as atividades e serviços identificados anteriormente<sup>39</sup>. Para o efeito, recorreremos ao modelo FCS, mencionado mais acima. Este propõe uma análise qualitativa da cultura sobre uma lógica de domínios: Domínios Culturais, Domínios Relacionados e Domínios Transversais, como ilustra a figura 6. Cada domínio engloba um amplo grupo de setores formais ou informais (institucionais ou não institucionais), que procuram englobar todas as etapas do ciclo cultural, designadamente: a criação, produção, difusão, exibição e consumo da cultura. Perante a probabilidade de uma atividade, bem ou serviço se enquadrar em mais do que

---

<sup>38</sup> Vide Apêndice 1.

<sup>39</sup> Vide Apêndice 3 e 4.

um domínio, este indica que se deve priorizar o seu conteúdo e não a sua forma, evitando assim a sua duplicação.



**Figura 6 - Classificação da utilização da cultura por domínios.**

Fonte: elaboração própria com base no modelo FCS UNESCO, 2009

Consideram-se Domínios Culturais as seguintes categorias: Património Cultural e Natural, Apresentações Artísticas e Celebrações, Artes Visuais e Artesanato, Livros e Imprensa, Audiovisuais e Interativos e *Design* e Serviços Criativos.

- O Património Cultural e Natural enquadra paisagens, o património natural e cultural. Tais como: parques naturais, jardins botânicos, artefactos, monumentos, sítios de importância histórica, artística; estética; etnológica; antropológica; científica e social, e outros similares. Nesta categoria inserem-se também equipamentos culturais como museus, sítios históricos e arqueológicos; atividades e/ou serviços conectados com o património cultural, como a administração de sítios e coleções, bem como ações executadas por museus ou bibliotecas. Por este prisma e tendo em conta que o Caminho de Santiago é um bem cultural classificado, consideramos que todos os serviços ou atividades relativas ao projeto de valorização do CPCPSC, designadamente a criação de uma metodologia,

consórcio, protocolos, contratos, oficialização de parcerias e outros relacionados, quando inseridos no setor cultural ou patrimonial integram esta categoria.

- Apresentações Artísticas e Celebrações incluem todo o tipo de eventos culturais ao vivo. Nomeadamente, as artes cénicas (amadoras ou profissionais) de teatro, dança, ópera, teatro de marionetas e eventos de carácter cultural local e informal, tal como feiras, festas, festivais. A música em todas as suas formas, ou seja, apresentações e *performances* ao vivo, gravações, música digital ou instrumental também se inserem nesta categoria.
- Artes visuais e artesanato é uma categoria que abrange a área da pintura, desenho, escultura, fotografia, locais comerciais de exibição, como é o caso de galerias comerciais e naturalmente o artesanato.
- Livros e imprensa engloba produções publicadas ou digitais, como livros, revistas, jornais, bem como bibliotecas, feiras do livro e outras relacionadas. Neste campo, está prevista também o serviço de impressão, que apesar de não ser considerada uma atividade cultural, insere-se no ciclo cultural e, portanto, sempre que a sua finalidade seja estritamente cultural, deve ser inserida nesta categoria. Por outro lado, quando por exemplo, o objetivo da impressão for a impressão de catálogos comerciais, deve ser incluída no Domínio Transversal, na categoria de Equipamentos e Material de Apoio.
- Meios audiovisuais e interativos inclui transmissões de rádio, televisão, filmes, vídeos, *streaming* e outros meios interativos, como são o caso dos jogos de vídeo, redes sociais como o Facebook, *Podcasting*, youtube e outras. No entanto, ferramentas que se destinam à formação de conteúdo, como programas de *software*, devem ser inseridos no Domínio Transversal, na categoria Equipamento e Material de Apoio.
- *Design* e serviços criativos englobam atividades, bens ou serviços associados com desenho criativo, artístico e estético de objetos, edifícios e/ou paisagens; moda, desenho gráfico de interiores e paisagístico; serviços arquitetónicos e de publicidade. Ainda que o objetivo do trabalho possa ser a venda do produto, consideram que o próprio ato de elaboração do *flyer*/cartaz, constitui por si só um processo criativo e, portanto, cultural.

Os Domínios Relacionados são constituídos pelo Turismo e Deporto e Divertimento. Áreas que, apesar de não serem consideradas culturais, possuem e podem trabalhar com elementos culturais. Ou seja, as suas atividades, serviços os bens são suscetíveis de possuir um carácter cultural, apesar da sua principal componente não ser cultural.

- Turismo envolve todas as atividades, serviços ou bens relacionados com a área do turismo, alheias ao setor cultural onde os turistas são o objetivo. Nomeadamente, operadores turísticos, guias, serviços de hospedagem, entre muitos outros. Desta forma, enquadrámos nesta categoria todas as atividades que foram realizadas inseridas no setor ou âmbito turístico.
- Desporto e Divertimento incluem a prática de desporto profissional e amador. Nalgumas comunidades, o próprio desporto é um bem cultural, noutros casos, é o próprio ato de assistir a um desporto, que é encarado como um ato cultural. Com isto, englobam-se sob esta categoria o desporto (amador e profissional) os jogos de azar, os parques temáticos e entretenimento, os casinos, a venda de apostas e outras atividades de tempos livres.

Os Domínios Transversais, como o nome indica, são transversais a todos os domínios. De acordo com o modelo proposto, devem ser integrados nestes domínios, as atividades, bens ou serviços, suscetíveis de se enquadrar em mais que um domínio e suscetíveis de criar dúvida e confusão. Este domínio é constituído pelas seguintes categorias: Património Cultural Imaterial, Arquivação e Preservação, Educação e Capacitação, Equipamento e Materiais de Apoio.

- Património Cultural Imaterial: reconhecendo que não existe material sem o imaterial, esta categoria não poderia ser dissociada de nenhuma atividade, bem ou serviço. Com o intuito de alcançar uma análise uniforme e inequívoca para a sua categorização o FCS salienta que, quem possui a responsabilidade de legitimar o Património Cultural Imaterial são as comunidades, grupos ou pessoas (FCS, 2009, p.29). Com isto, constituem esta categoria tradições, expressões orais, artes cénicas, práticas sociais e outros similares, desde que estejam reconhecidos e classificados como património imaterial, pela comunidade.
- Arquivação e Preservação: engloba coleções e repositórios de expressões culturais, cuja finalidade é a preservação, reutilização e exibição; tal como a conservação, preservação e administração de propriedades culturais e naturais de interesse particular, como é o caso da preservação de edifícios históricos, arquivos sonoros, fototecas, e outros relacionados.
- Educação e Capacitação: papel imprescindível em toda a extensão do setor cultural, a educação capacita as pessoas para criar e produzir bens culturais. Contudo, esta categoria não engloba a educação no seu sentido lato. Ou seja, classifica-a como tal, quando esta é um meio de transmissão de valores ou habilidades culturais, como é o caso das escolas de arte, academias de teatro ou dança e outras análogas. Isto é, quando a educação é um meio pelo qual as pessoas aprendem a valorizar, compreender, receber e desenvolver

cultura. Sob esta ótica, consideramos também sob esta alçada a realização de conferências, na medida que constituem uma forma de comunicação sobre uma temática específica, onde se debatem e trocam opiniões entre diferentes interlocutores.

- Equipamento e Materiais de Apoio: engloba as ferramentas e materiais de apoio de serviços, bens e atividades culturais. Elementos que apesar de não serem estritamente culturais, são cruciais para a produção e implementação de um bem ou atividade cultural. Tendo isto, enquadrámos também nesta categoria todas as atividades ou serviços que digam respeito à criação de infraestruturas e sinalética do CPCPSC.

## **5. Apresentação e interpretação de dados**

### **5.1. Identificação e caracterização dos *stakeholders***

Entre as 18 entidades que constituem a nossa amostra, identificamos 11 *stakeholders*, distintos: os municípios de Esposende, Vila Nova de Cerveira, Maia, Viana do Castelo, Valença, Vila do Conde e Matosinhos e a entidade do Turismo de Portugal, a TPNP, a DGPC, a DRCN e a CIM Alto Minho, como ilustra a tabela nº6.

A nível municipal são 6 os municípios que contemplam, na documentação analisada, o CPPSC, designadamente, os municípios de Esposende; Vila Nova de Cerveira; Maia; Viana do Castelo; Vila do Conde e Matosinhos. Sendo que os municípios de Matosinhos, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, referenciam o CSPSC nos seus Planos Operacionais ou Grandes Opções de Plano (GOP), bem como nos seus Relatórios de Atividades; o Município de Esposende apenas no Plano Estratégico. Enquanto que nos municípios de Caminha, Póvoa do Varzim e Porto não identificámos qualquer tipo de referência ao CSP.

No âmbito não municipal são 5 as entidades que englobam o CSP, nomeadamente: o Turismo de Portugal, a TPNP, a DGPC, a DRCN e a CIM Alto Minho. A entidade do Turismo de Portugal, o TPNP, e a CIM do Alto Minho, possuem referências ao CPPSC em todas as tipologias de documentos analisados (PE, RA, PO ou GOP), enquanto que a DGPC e a DRCN contemplam o CPPSC apenas nos seus Relatórios de Atividades.

Identificação dos <i>Stakeholders</i> no CPCPSC				
	Entidade	PE	RA	GOP/ PO
Municipal	Porto			
	Póvoa do Varzim			
	Matosinhos		•	•
	Vila do Conde		•	•
	Valença			
	Viana do Castelo		•	•
	Caminha			
	Maia		•	•
	Vila Nova de Cerveira		•	
	Esposende	•		
Não Municipal	Turismo, I.P.,	•	•	•
	TPNP	•	•	•
	DGPC		•	
	DRCN		•	
	CCDR-N			
	CIM do Alto Minho	•	•	•
	CIM do Cávado			
	AMP			

**Tabela 6 - Identificação dos *stakeholders* de acordo com a contemplação nos documentos analisados.**

Fonte: elaboração própria

Considerando as definições e natureza dos documentos, aclaradas no capítulo anterior, a identificação permite-nos tecer algumas reflexões sobre a gestão do CPCPSC pelas entidades públicas. Constatamos que somente 4 das 10 entidades públicas auscultadas englobam o Caminho de Santiago nos seus Planos Estratégicos, nomeadamente o Turismo, I.P., o Turismo do Porto e Norte de Portugal (TPNP), a CIM do Alto Minho e o município de Esposende. Sendo que os restantes 7 apenas os inserem em planos operacionais e anuais. Posto isto, podemos afirmar que a gestão pública do CPCPSC, em Portugal é maioritariamente de curto prazo. Evidenciando-se ainda um claro antagonismo das entidades do turismo, nacionais e regionais (Turismo, I.P. e TPNP, respetivamente), para com as entidades culturais, nacionais e regionais (DGPC e DRCN, respetivamente). Na qual, as segundas, de acordo com a metodologia implementada, parecem revelar que não existe planificação na área cultural e patrimonial do Caminho, existindo apenas trabalho de execução.

Para além dos elementos que constituem a nossa amostra é possível identificar, através das parcerias traçadas, outros intervenientes. No âmbito Não Municipal, o Turismo, I.P., planeou no

ano 2014 atividades ou serviços, com o Secretariado Nacional para os Bens Nacionais da Igreja Católica (SNBCI); no ano 2015, com o Turismo da Galiza e com o Xacobeo; e, realizou atividades ou serviços no ano 2014 com a DGPC e com o Xacobeo e, no ano 2017, com a DGPC. A entidade do Turismo do Porto e Norte de Portugal traçou parcerias, no ano 2019, com a Agrupamento Europeu Territorial de Cooperação Territorial (AETC) Galiza/Norte de Portugal, a Direção Regional de Cultura do Norte e Agência de Turismo da Galicia e realizou parceria com a Município de Vigo, no ano 2013.

Por outro lado, a nível municipal o município de Vila Nova de Cerveira realizou uma parceria, no ano 2018, com a associação Clube Celtas do Minho, enquanto que o município de Matosinhos realizou parcerias com a TPNP, no ano 2010 e com os 10 municípios do projeto intermunicipal, no ano 2016; o município da Maia, traçou, no ano 2010 uma parceria com a Proteção Civil e, por último, a Câmara de Vila do Conde estabeleceu parceria com os 10 municípios do projeto intermunicipal, nomeadamente, o Porto, Matosinhos, Maia, Póvoa do Varzim, Caminha, Vila do Conde, Valença, Esposende, Vila Nova de Cerveira e Viana do Castelo, no ano 2010 e no ano 2016. Através dos dados recolhidos, ilustrados na tabela que se segue, constatamos que as parcerias são escassas.

Parcerias Identificadas			
	Entidade	PO, PE ou GOP	RA
Não Municipal	Turismo, I.P,	Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja; Xacobeo; Agência de Turismo da Galiza; TPNP	Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja; Xacobeo; DGPC.
	TPNP	Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza/ Norte de Portugal; DRCN; Agência de Turismo da Galicia.	Município de Vigo; Município de Matosinhos
Municipal	Vila Nova de Cerveira		Clube Celtas do Minho
	Matosinhos	TPNP	Município do Porto, Maia, Matosinhos, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Caminha, Esposende, Vila Nova de Cerveira, Valença e Viana do Castelo.
	Maia	Proteção Civil	
	Vila do Conde		Município do Porto, Maia, Matosinhos, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Caminha, Esposende, Vila Nova de Cerveira, Valença e Viana do Castelo.

**Tabela 7 - Identificação de *stakeholders* através das parcerias evidenciadas.**

Fonte: elaboração própria



Somente 6 dos 11 *stakeholders*, identificados anteriormente, registam parcerias. Evidencia-se uma inexistência de uma rede de trabalho articulada entre a dimensão Municipal e Não Municipal, com apenas duas exceções, entre o município de Matosinhos e a TPNP, no ano 2010. A nível interno, denota-se no âmbito Não Municipal parcerias entre o Turismo, I.P., a TPNP e a DGPC. Enquanto que a nível Municipal, contrário do que seria espectável, considerando o projeto intermunicipal, não se registam redes de trabalho internas contínuas e sistemáticas. Registam-se exceções apenas, no ano 2016, no município de Matosinhos e em Vila do Conde, no ano 2016 e 2018, nos quais há referência à parceria intermunicipal, portanto com os municípios do Porto, Maia, Matosinhos, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Caminha, Esposende, Vila Nova de Cerveira, Valença e Viana do Castelo.

Neste contexto, salienta-se a existência de mais 11 *stakeholders* no CPCPSC, designadamente: o SNBCI, o Xacobeu, o Município de Vigo, a associação Clube Celtas do Minho, a Proteção Civil, a Agência de Turismo da Galiza e a Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AETC) Galiza/Norte de Portugal e os municípios do Porto, da Póvoa do Varzim, Caminha e Valença. Para que seja possível proceder posteriormente à caracterização, procedemos antes de mais à sua definição.

O SNBCI trata-se de um órgão executivo da Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais da Igreja e Comunicações Sociais. Possui competências no estudo, investigação e canalização de informação do interesse da organização, coordenando e executando atividades, sob a orientação da Comissão episcopal ou dos Bispos responsáveis.

A Agência de Turismo da Galícia, agência pública espanhola, cujo objetivo é impulsionar, coordenar e gerir a política do turismo, em especial a promoção e coordenação do turismo da comunidade autónoma da Galiza. Nas suas competências, agrega a conservação e promoção dos Caminhos de Santiago (Art.º1, Dec-Lei 7/2011, de 27 de outubro<sup>40</sup>).

A Sociedade Anónima de Xestión do Plan Xacobeo, comumente apelidada como Xacobeo, é um organismo público que sob a tutela da Agência de Turismo da Galícia, tem como objetivo a gestão da rede pública de albergues, planificação, programação e execução de ações no âmbito dos caminhos de Santiago; nomeadamente estabelecer relação com as Associações dos Amigos

---

<sup>40</sup> Mais informações em: [https://www.xunta.gal/dog/Publicados/2012/20121009/AnuncioC3C1-041012-0003\\_es.html](https://www.xunta.gal/dog/Publicados/2012/20121009/AnuncioC3C1-041012-0003_es.html).

do Caminho de Santiago e apoiar todas as iniciativas, entidades e departamentos no desenvolvimento de iniciativas neste âmbito.

O Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) Galiza/Norte de Portugal, define-se como um dinamizador e agente de interconexão na Euro-Região, responsável por estabelecer pontes de comunicação, diálogo, investimento entre instituições, empresas e cidadãos, entre o Norte de Portugal e a Galiza. Fundada pela CCDR-N e pela Xunta da Galiza (2008) é um organismo destinado à promoção e valorização da competitividade do tecido empresarial, coesão social e institucional da Euro-região.

A associação Clube Celtas do Minho, oriunda de Vila Nova de Cerveira, dedica-se à organização de caminhadas, montanhismo, escalada, orientação e formação no território do Alto Minho, possuindo um refúgio de montanha e um espaço de apoio ao Caminho de Santiago.

A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, comumente referida apenas como Proteção Civil, é a autoridade nacional em matéria de emergência e proteção civil. Sob tutela do Ministério da Administração Interna do Estado é um serviço central da administração direta do estado.

Vigo é o município costeiro mais populoso da comunidade autónoma da Galiza. Com uma área de 109,9 km<sup>2</sup>, pertence à província de Pontevedra e possui o mais relevante porto pesqueiro marítimo da Europa. No contexto do Caminho de Santiago é um dos pontos de passagem do Caminho Português da Costa, com 17,7 km de extensão<sup>41</sup>.

Em suma, de acordo com a metodologia implementada, globalmente através da presença do CPPSC nos Planos do planeamento estratégicos e das parcerias identificadas, observamos a existência de 22 *stakeholders*, nomeadamente: Turismo, I.P, TPNP, DGPC; DRCN; CIM do Alto Minho; e s municípios de Matosinhos, Vila do Conde, Viana do Castelo, Maia, Vila Nova de Cerveira e Esposende; na qualidade de parceiros a Xunta da Galiza, SNBCI, Xacobeo, Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AETC) Galiza/Norte de Portugal, Agência de Turismo da Galiza, Clube Celtas do Minho, Proteção Civil, o Município de Vigo, Porto, Póvoa do Varzim, Caminha e Valença.

---

<sup>41</sup> Seguindo a variante reconhecida pela Xunta da Galiza, no ano 2016, como o Caminho Português da Costa. Mais informações em: <https://www.caminodesantiago.gal/pt/planifique/os-itinerarios/caminho-portugues-da-costa/etapa-vigo-redondela?vid=V1>.

Note-se que apesar de no levantamento de parcerias realizado se verificar a presença de alguns elementos que constituem a nossa amostra, à semelhança do que ocorre com os outros elementos externos, não dispomos de dados suficientes para os analisar para além da sua caracterização e tipificação.

## **5.2 Classificação dos *stakeholders***

Os 22 *stakeholders* identificados foram desvelados consoante a sua presença em documentos de natureza distinta que, de acordo com a literatura explanada anteriormente, indicam comportamentos e significados diferentes. Como tal e para que seja possível a sua compreensão procedemos à sua classificação adaptando o modelo de classificação de *stakeholders* ocultos das empresas, proposto por Mitchell, Agle, Wood (1997 *apud* Garcia e Silva 2010). Posteriormente, foram caracterizados de acordo com a sua dimensão territorial e setorial.

Divididos em *Stakeholders* Possíveis (SP), *Stakeholders* Ativos (SA) e *Stakeholders* Efetivos (SE), constituem os SP, a Agência de Turismo da Galiza a Proteção Civil, a Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AETC) Galiza/Norte de Portugal. Enquanto que os SA são constituídos pela DGPC, DRCN, Clube Celtas do Minho, pelo município Vila Nova de Cerveira, Vigo, Porto, Póvoa do Varzim, Caminha e Valença. Por último, SE é composto pelos municípios de Matosinhos, Vila do Conde, Viana do Castelo, Maia, Esposende, o SNBCI, o Xacobeo, o Turismo de Portugal, I.P, o TPNP e a CIM do Alto Minho.

## **5.3 Dimensão territorial e setorial**

Após a sua identificação e classificação, procurando conhecer cada um dos elementos identificados, procedemos à sua caracterização no âmbito territorial, setorial e domínio, como ilustra a Tabela 8.

A dimensão local é constituída pelos municípios de Matosinhos, Vila do Conde, Viana do Castelo, Maia, Vila Nova de Cerveira e Esposende, Caminha, Valença, Póvoa do Varzim e o município do Porto. A regional é constituída pela TPNP, DRCN e CIM Alto Minho e pela associação Clube Celtas do Minho. A categoria nacional é constituída pelo Turismo, I.P e pela DGPC, pelo

SNBI e Proteção Civil. Integram a categoria das entidades internacionais o Município de Vigo, a Agência de Turismo da Galícia, a AECT – Galícia e o Norte de Portugal e o Xacobeo.

Stakeholders	Dimensão Territorial			
	Local	Regional	Nacional	Internacional
Turismo, I.P			•	
TPNP		•		
DGPC			•	
DRCN		•		
CIM do Alto Minho		•		
Porto	•			
Matosinhos	•			
Maia	•			
Vila do Conde	•			
Póvoa do Varzim	•			
Esposende	•			
Viana do Castelo	•			
Caminha	•			
Vila Nova de Cerveira	•			
Valença	•			
SNBCI			•	
XACOBEO				•
AECT				•
Agencia de Turismo da Galizia				•
Clube Celtas do Minho		•		
Proteção Civil			•	
Município de Vigo				•

**Tabela 8 - Dimensão territorial dos *stakeholders*.**

Fonte: elaboração própria

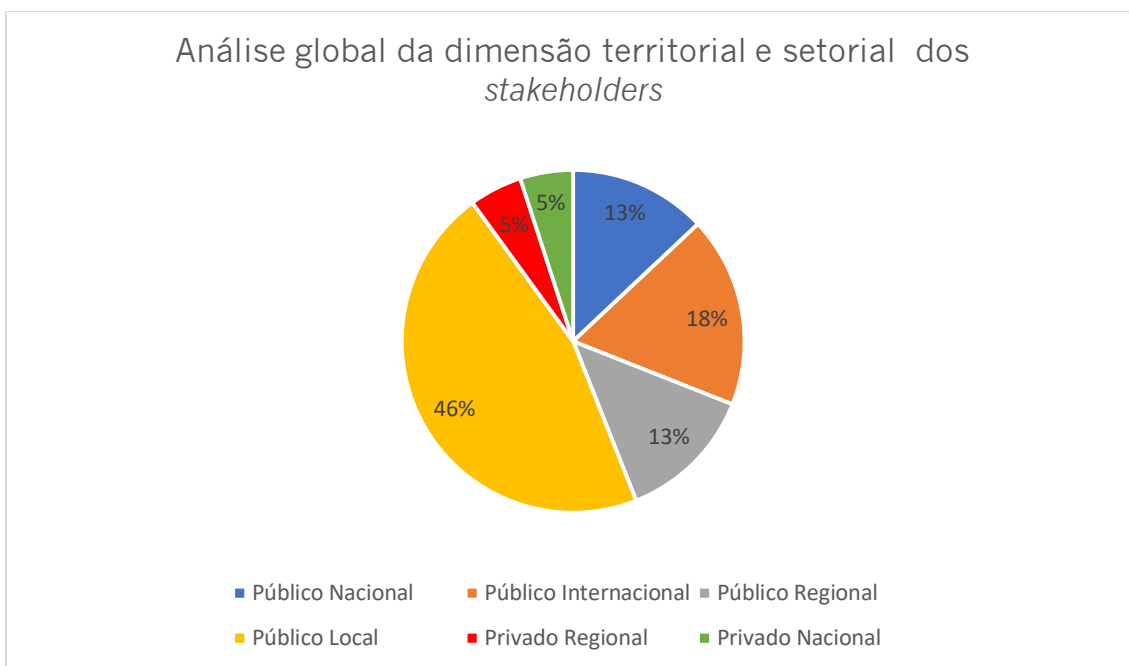
Como podemos observar na tabela que se segue, a maioria dos *stakeholders* identificados são do setor público, nomeadamente o Turismo, I.P., o TPNP, a DGPC, a CIM do Alto Minho o Xacobeo, a Agência de Turismo da Galiza, a AECT- Galiza e Norte de Portugal, a Proteção Civil, o município de Vigo e os municípios portugueses. O setor privado é constituído pelo SNBCI e pela associação Clube Celtas do Minho.

<i>Stakeholders</i>	Dimensão setorial	
	Público	Privado
Turismo, I.P	●	
TPNP	●	
DGPC	●	
DRCN	●	
CIM Alto Minho	●	
Porto	●	
Matosinhos	●	
Maia	●	
Vila do Conde	●	
Póvoa do Varzim	●	
Esposende	●	
Viana do Castelo	●	
Caminha	●	
Vila Nova de Cerveira	●	
Valença	●	
SNBCI		●
XACOBEO	●	
AECT	●	
Agencia de Turismo da Galicia	●	
Clube Celtas do Minho		●
Município de Vigo	●	
Proteção Civil	●	

**Tabela 9 - Caraterização setorial dos *stakeholders*.**

Fonte: elaboração própria

Os dados recolhidos permitem-nos tecer uma análise percentual global, relativamente às características dos *stakeholders* identificados (*vid.* Gráfico 2). Constata-se que cerca de 90% dos *stakeholders* são do domínio público, dos quais 46% são locais, 18% do âmbito internacional e com igual representatividade percentual os regionais e nacionais, com 13%, respetivamente. Os restantes 10% são privados, sendo que se distribuem de forma igualitária entre regionais, nacionais, ambos com 5%. Destaca-se a relevante presença de elementos internacionais que podem constituir um indício de um interesse e esforço externo, mais especificamente por parte da Galiza, na revitalização e promoção deste trajeto específico. Ainda neste contexto, considerando que 90 % dos *stakeholders* são do domínio público e a presença privada é residual, podemos equacionar que a ativação do CPCPSC é fundamentalmente realizada por entidades públicas e, por isso, possivelmente por fundos públicos.



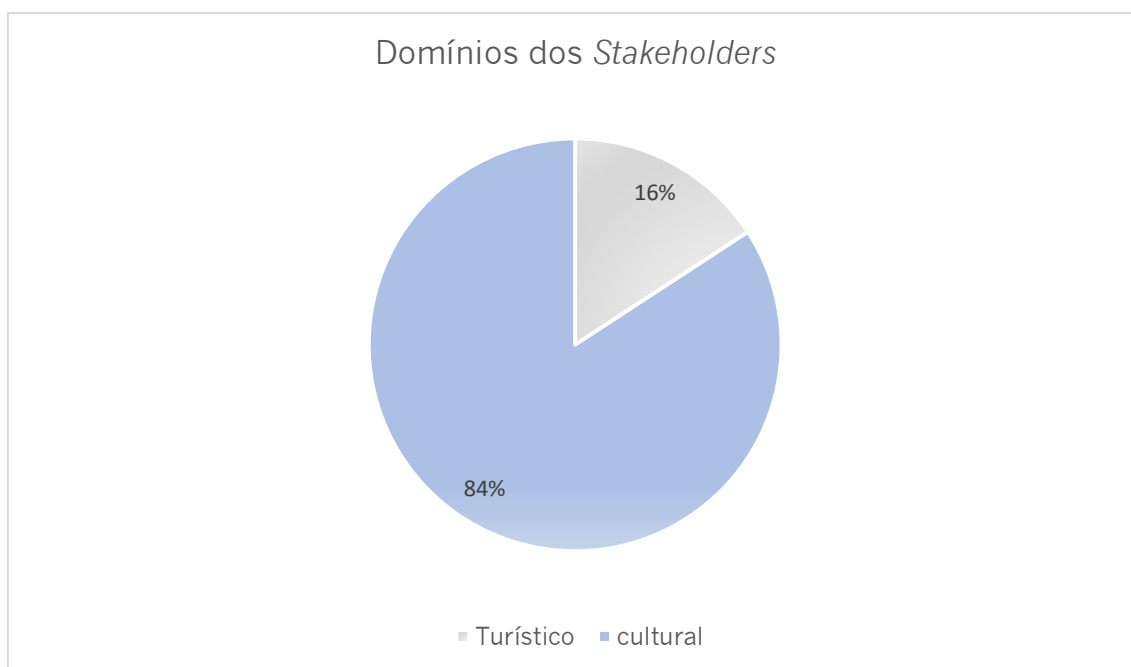
**Gráfico 2 - Análise global da dimensão territorial e setorial dos *stakeholders*.**

Fonte: elaboração própria.

#### **5.4 Domínios dos *stakeholders***

Enquadram-se no domínio do turismo os seguintes *stakeholders*: Turismo, I.P., a Entidade Regional de Turismo TPNP e a Agência de Turismo da Galicia. No domínio do património cultural inserem-se as seguintes entidades: a DGPC, DRCN, CIM Alto Minho, o SNBCI, o Xacobeo, o município de Matosinhos, Vila do Conde, Viana do Castelo, Maia, Vila Nova de Cerveira, Esposende e Vigo. Em função da metodologia delineada, inserem-se também neste domínio a AECT – Galiza e Norte de Portugal, a Proteção Civil e a associação Clube Celtas do Minho.

Em virtude do que foi mencionado, numa perspetiva global podemos constatar que 84 % dos *stakeholders* identificados pertencem ao domínio cultural e apenas 16% ao domínio turístico.



**Gráfico 3 - Classificação dos *stakeholders* por domínio.**

Fonte: elaboração própria

### **5.5. Análise quantitativa e qualitativa**

Como referimos anteriormente, a natureza deste trabalho bem como a informação que dispomos, não permite uma abordagem em profundidade dos 22 *stakeholders*. Assim sendo, de seguida analisamos de forma qualitativa e quantitativa, sucessivamente as atividades ou serviços registados nas 11 entidades, que constituem a nossa amostra.

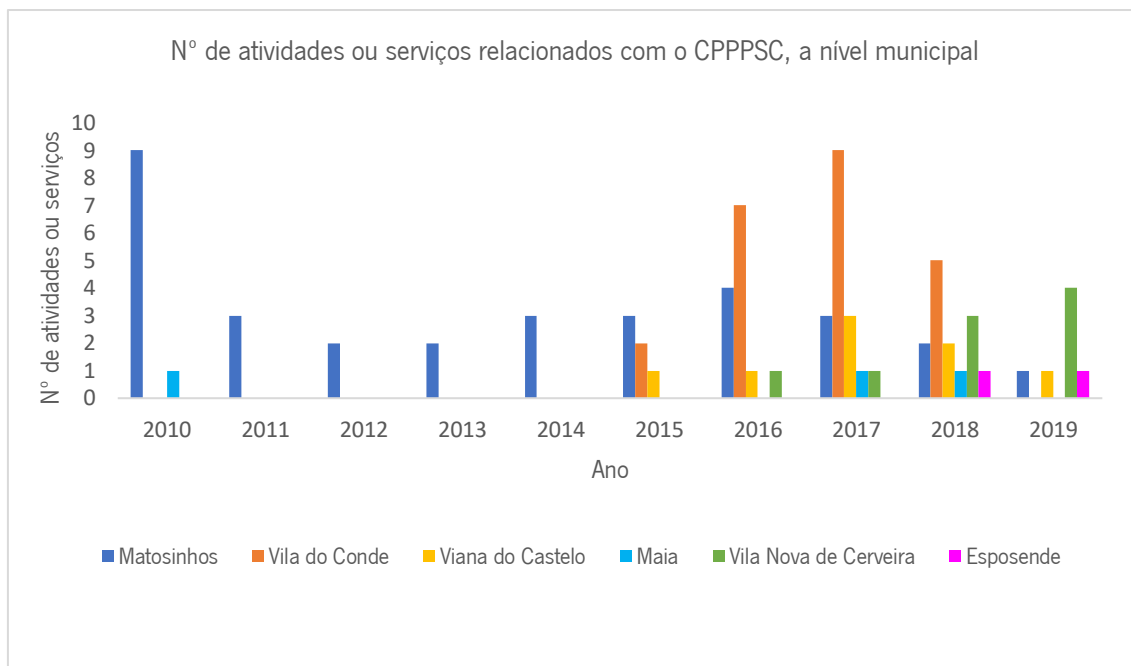
Com 144 atividades ou serviços registados ao longo dos 9 anos analisados, visto que se distribuem de forma dispar pelas 11 entidades, para uma melhor compreensão, dividimos a sua análise (qualitativa e quantitativa) em dois campos distintos: Municipal e Não Municipal.

A nível municipal, contabilizam-se 78 atividades ou serviços relacionados com o CPPSC, como podemos verificar no gráfico que se segue. Com um comportamento distinto em 7 dos 10 municípios que constituem a nossa amostra local. O município de Matosinhos, com um total de 32 atividades ou serviços, possui uma presença contínua desde o ano 2010 até o ano 2019. Ainda no mesmo ano, surge o município da Maia, que com um total de 3 atividades ou serviços relacionados com o CPPSC, possui um comportamento irregular, surgindo no ano 2010, sem continuidade até o ano 2017 e 2018. O município de Viana do Castelo, líder do projeto

Intermunicipal, surge no ano 2015 até 2018, com um total de 8 atividades ou serviços. De seguida, no ano 2016, surgem os municípios de Vila Nova de Cerveira e Vila do Conde. Este último, destaca-se por ser a segunda entidade com maior número atividades ou serviços registados durante os 9 anos analisados, com um total de 23 atividades ou serviços. Por último, com uma participação mais recente, Esposende, contabiliza um total de 2 atividades ou serviços, a partir do ano 2018.

Numa análise global dos diferentes elementos que constituem o âmbito local, observa-se que, à exceção do município de Matosinhos que se destaca pela presença ativa e contínua ao longo dos nove anos analisados, os restantes municípios fazem-se notar de forma significativa a partir do ano 2016, com um aumento exponencial do número de entidades envolvidas, bem como das atividades ou serviços registados. Porém, é no ano 2018 onde se nota a maior envolvência de entidades, agrupando as 6 entidades envolvidas. Nota-se, ainda, um decréscimo no ano 2019, que pode derivar do facto de, aquando o momento da pesquisa, não dispormos de todos os RA relativos ao ano 2019. Tendo como referência o projeto intermunicipal mencionado anteriormente, merece assinalar que, contrariamente ao que seria expectável, os registos referentes ao CPPSC surgem apenas após o ano 2016; com especial destaque a falta de envolvência de Viana do Castelo, líder do Projeto mencionado anteriormente. O que, na nossa perspetiva, demonstra que não existiu uma envolvência coesa e contínua por parte das entidades municipais, antes da aprovação do mesmo.





**Gráfico 4 - Número de atividades ou serviços relacionados com o CPPSC (2010-2019), no âmbito municipal.**

Fonte: elaboração própria

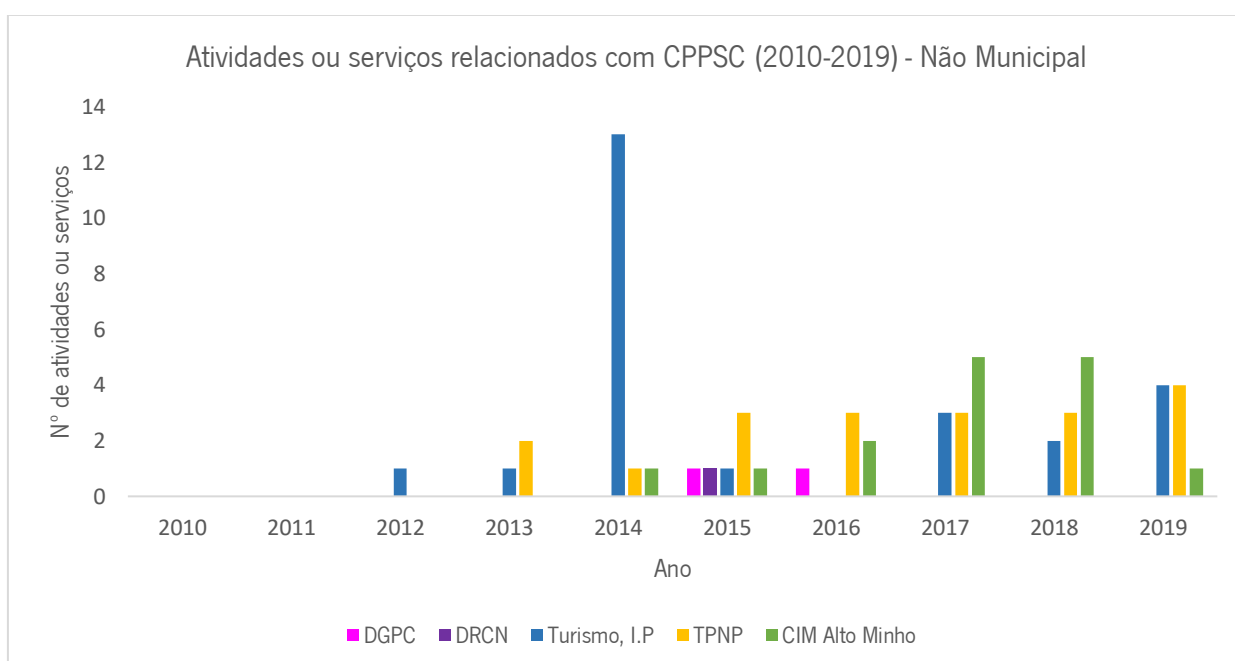
No âmbito não municipal, contabilizam-se 66 atividades ou serviços relacionados com o CPPSC (2010-2019), em cinco das oito entidades auscultadas, como representa o Gráfico 5. Estas dividem-se e comportam-se de forma distinta de entidade para entidade.

O Turismo, I.P., com um total de 25 atividades ou serviços, é a primeira entidade a registar alguma atividade ou serviço relacionado com o CPPSC, no ano 2012. Para além disso, é também a entidade onde se regista a maior expressão numérica num só ano, nomeadamente no ano 2014, com 13 atividades ou serviços contabilizados. Com uma presença ativa e praticamente constante observa-se uma interrupção apenas no ano 2016. Com início no ano 2013, segue-se a TPNP, com um total 20 atividades ou serviços e, aumento exponencial ao longo do tempo. No ano seguinte, surge a CIM Alto Minho, contabilizando entre 2014 e 2019, um conjunto de 15 atividades ou serviços. A DRCN, contabiliza apenas uma atividade no ano 2015, juntamente com a DGPC, que regista uma atividade ou serviço relacionado com o CPPSC, em dois anos consecutivos, no ano 2015 e 2016.

Face ao exposto, podemos retirar algumas ilações sobre o comportamento e até envolvimento de cada entidade. Observa-se que o Turismo, I.P., e a TPNP, *stakeholders* do domínio do Turismo, são os primeiros a registar planificação ou execução relacionada com o CPPSC, no

ano 2012 e 2013, respetivamente. Constituem também as entidades com presença mais ativa e contínua, com um maior registo de atividades ou serviços, durante os anos analisados. As restantes entidades, que por sua vez integram o domínio dos *stakeholders* culturais, contrastam com uma presença mais tardia e descontínua ao longo do tempo; nomeadamente a DGPC e a DRCN, onde se observa uma presença pontual e descontínua, apenas no ano 2015 e 2016.

Numa análise global, nota-se que existe um aumento generalizado, ao longo dos anos, no registo de atividades ou serviços, bem como das entidades envolvidas. Sendo que é no ano 2015, que se regista um maior envolvimento das diferentes entidades, agregando registos das 5 entidades, em simultâneo.



**Gráfico 5 - Número de atividades ou serviços relacionados com o CPCPSC (2010-2019), no âmbito Não Municipal.**

Fonte: elaboração própria

Numa perspetiva geral e comparativa das duas dimensões (municipal e não municipal), constata-se um aumento gradual do número de entidades envolvidas e, por conseguinte, do número de serviços ou atividades assinaladas. Sendo que, o maior nível de envolvimento no âmbito não municipal, ocorre no ano 2015, enquanto que no âmbito municipal esse registo é um pouco mais tardio, no ano 2018. Ao contrário do expectável, não existe uma envolvimento conjunta dos

municípios que estão inseridos no projeto intermunicipal ao longo do tempo, tal como não se verifica uma envolvimento relevante das entidades culturais nacionais, em particular da DGPC, entidade responsável pela gestão do Património Cultural, em Portugal. Em contraponto, importa realçar as exceções desta tendência, verificada de forma relevante no município de Matosinhos e nas entidades conectadas ao setor do turismo, nomeadamente o Turismo, I.P, e do Turismo Porto e Norte de Portugal. Estas são, de forma geral, as entidades que possuem a maior expressão, continuidade, constância e mais durabilidade ao longo do tempo. Tendo como referência o ano 2017, como o ano em que o Projeto Intermunicipal «*Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa*» foi apresentado, evidencia-se que a articulação no âmbito não municipal é antecedente à aprovação do projeto intermunicipal, no ano 2016. Por outro lado, a nível local, à exceção de Matosinhos, só se verificam indícios a partir do ano 2016. Estas evidências, permitem-nos colocar duas hipóteses: não terá sido a ativação patrimonial do CPCPSC impulsionada em primeiro lugar pelas entidades não municipais, com uma forte presença das entidades turísticas e, portanto, com lógicas turísticas? Por outro lado, visto que a envolvimento municipal se regista após o ano 2016, não terá sido esta impulsionada apenas e só pela aprovação do Projeto?

## **5.6. Classificação qualitativa das atividades e serviços**

Após identificar no tempo a envolvimento e intensidade dos diferentes *stakeholders* do CPPSC é premente analisar de forma qualitativa este universo, composto por 144 atividades e/ou serviços. Com o intuito de compreender e identificar discursos e interesses envolvidos nesta ativação patrimoniais, procedemos à sua análise qualitativa

Em termos qualitativos, as 144 atividades, tendo por base a metodologia delineada, podem-se distribuir categorias distintas e domínios distintos.

No âmbito municipal, as 78 atividades ou serviços registados, inserem-se em 9 categorias distintas, como ilustra o gráfico que se segue. A maior representatividade pertence à categorias do Turismo e à Apresentações e Representações Artísticas, ambas com 23 %. Em segundo lugar, com uma percentagem de 19 %, apresenta-se o Património Cultural e Natural, seguido da categoria Equipamento e Materiais de Apoio (17%), Desporto e Recreação (5%), Arquivação e Preservação

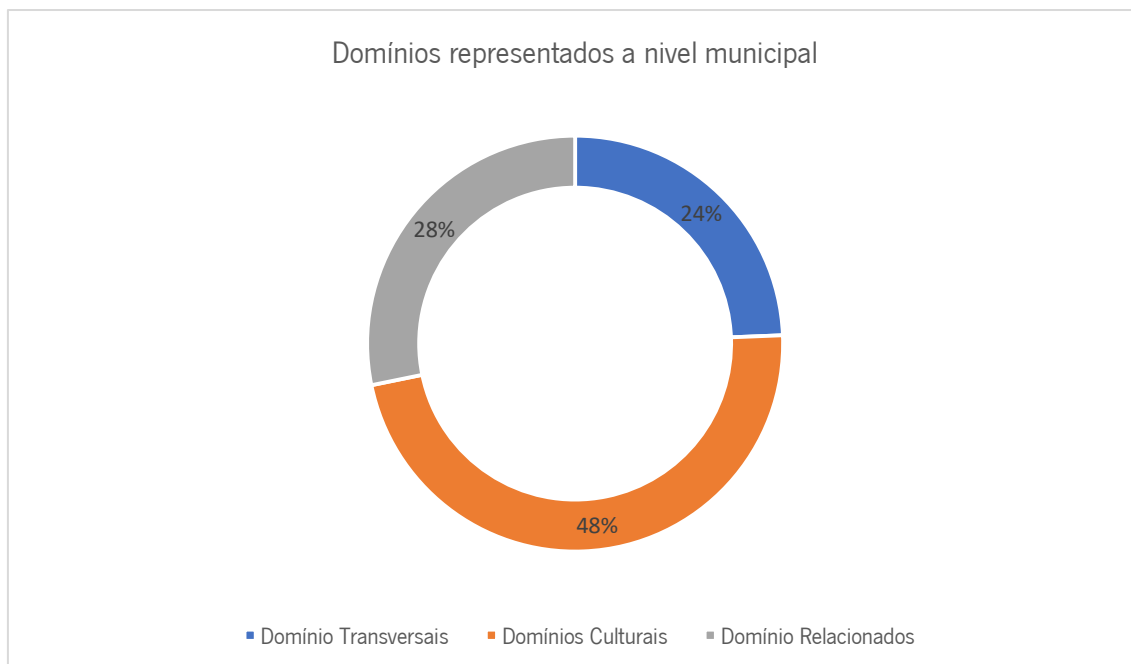
(4%), Educação e Capacitação (4%), Livros e Imprensa (3%) e por último, Artes Visuais e Artesanato, com 2%.



**Gráfico 6 - Caracterização das atividades e/ou serviços no âmbito Municipal.**

Fonte: elaboração própria aplicando e adaptando a metodologia FCS proposto pela UNESCO (2009)

Estas categorias, de acordo com o estipulado pelo FCS (2009), podem ser agrupadas em diferentes domínios. Desta forma, constatamos que as atividades e/ou serviços registados a nível local, se inserem, maioritariamente em Domínios Culturais (48%), seguido dos Domínios Relacionados (28%) e, com menor expressão nos Domínios Transversais (24%), como ilustra o gráfico seguinte.

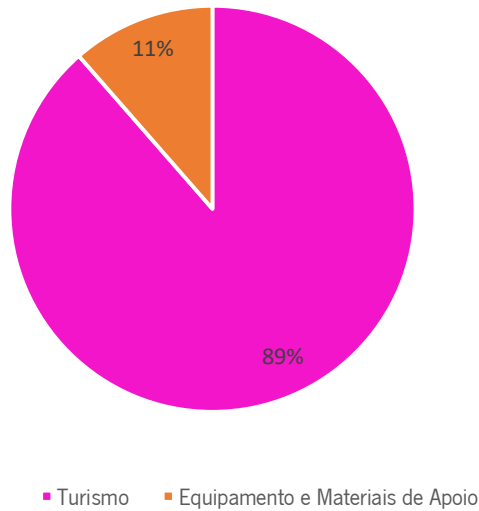


**Gráfico 7 - Domínios representados a nível Municipal.**

Fonte: elaboração própria aplicando de forma adaptada a metodologia FCS proposto pela UNESCO (2009)

No âmbito Não Municipal, as 66 atividades ou serviços registados, agrupam-se apenas em duas categorias diferentes, nomeadamente na categoria do Turismo, com uma esmagadora maioria de 89% e na categoria de Equipamento e Materiais de Apoio, com uma representatividade de 11%.

### Categorização das atividades e/ou serviços no âmbito Não Municipal

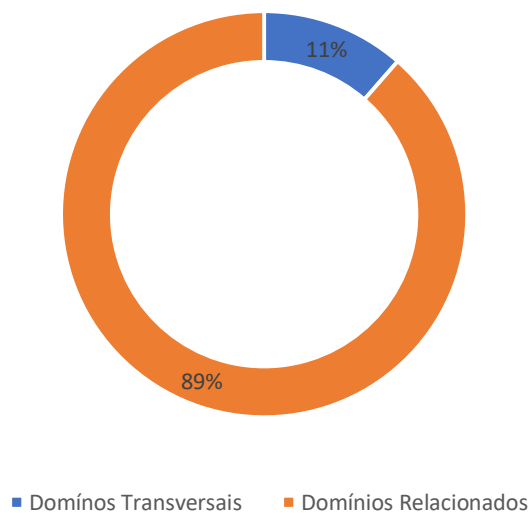


**Gráfico 8 - Categorização das atividades e/ou serviços no âmbito Não Municipal.**

Fonte: elaboração própria aplicando de forma adaptada a metodologia FCS proposta pela UNESCO (2009)

Demonstrando que 89% das atividades ou serviços registados são Domínios Relacionados e 11% são Domínios Transversais, como ilustra o gráfico seguinte.

### Domínios representados a nível não municipal



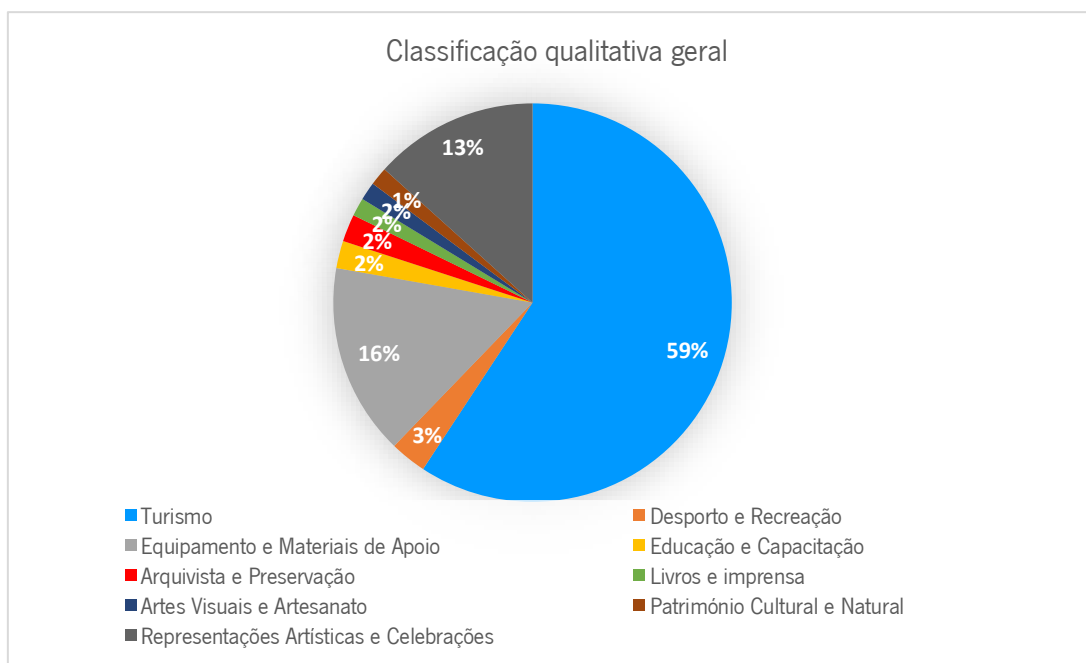
**Gráfico 9 - Domínios representados no âmbito Não Municipal.**

Fonte: elaboração própria aplicando de forma adaptada a metodologia FCS proposto pela UNESCO (2009)

Em termos comparativos, a nível municipal e não municipal, constatamos que o primeiro possui uma maior variedade de setores, dos quais maioritariamente se inserem nos Domínios Culturais. Por seu turno, no âmbito Não Municipal, não se evidenciam atividades ou serviços deste domínio. Este último, representa apenas duas categorias: turismo e Equipamento e Materiais de Apoio, que se inserem nos Domínios Relacionados e Transversal, respetivamente. Desta forma, concluímos que existe uma disparidade entre o âmbito municipal e não municipal, no qual o primeiro, ainda que de forma não tão significativa, dominam as atividades do domínio cultural e no segundo, há uma clara hegemonia no Domínio Relacionado, com uma grande afluência de atividades e serviços do setor turístico.

Para que seja possível caracterizar o fenómeno de forma global e perceber o processo em Portugal, procedemos á análise global e de forma comparativa.

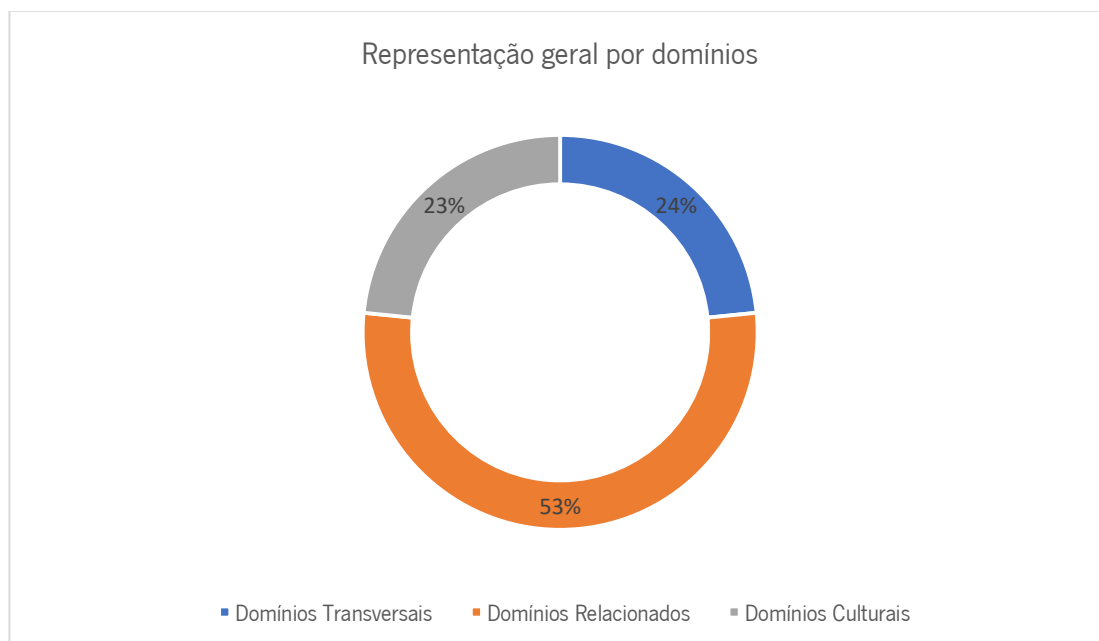
Realizando uma análise qualitativa conjunta das duas dimensões, observa-se que existe um predomínio relevante do turismo (59%), seguido da categoria Equipamento e Materiais de Apoio (16%); Representações Artísticas (13%), Desporto e Recreação (3%); Educação e capacitação (2%); Arquivista e Preservação (2%); Livros e Imprensa (2%); Artes Visuais e Artesanato (2%) e Património Cultural e Natural (1%).



**Gráfico 10 - Classificação qualitativa geral de todas as atividades e/ou serviços registados.**

Fonte: Elaboração própria através da adaptação do modelo proposto FCS proposto pela UNESCO (2009)

Com isto e em termos gerais, os domínios presentes ao longo dos 9 anos analisados são maioritariamente Domínios Relacionados (53%), seguidos pelos domínios Transversais (24%) e por último, dos Domínios Culturais (23%). Ou seja, apenas 23% das atividades planeadas ou realizadas são culturais. Ainda neste contexto e em jeito de súpula, realçamos que seria pertinente averiguar em que medida as atividades ou serviços que se inserem no domínio cultural almejam ou não objetivos turísticos. Uma análise que devido à extensão e informação disponível não foi possível realizar.



**Gráfico 11 - Classificação geral de todas as atividades e/ou serviços registados, por domínio.**

Fonte: Elaboração própria através da adaptação do modelo proposto FCS, proposto pela UNESCO (2009)



## **6. Considerações finais**

Neste último capítulo revemos, em traços gerais, as limitações encontradas durante a pesquisa, os resultados alcançados e, ainda possíveis implicações e direções para investigações futuras.

### **6.1. Limitações e dificuldades ao longo da pesquisa**

Ao longo da pesquisa foram várias e de natureza distinta, as dificuldades com que nos deparamos. Em primeiro lugar e, talvez mais evidente, é a falta de informação científica em relação ao CPCPSC, bem como a inexistência de um quadro metodológico ou de trabalhos homólogos no âmbito da identificação e caracterização das políticas culturais. Obstáculos que tornaram a investigação mais extensa e morosa, mas que ao mesmo tempo, atestam e justificam a pertinência e necessidade da realização da mesma.

Com um *corpus* documental constituído por documentos do planeamento estratégico, a sua identificação, recolha e análise, merece o nosso destaque por ter constituído uma das maiores dificuldades. Globalmente, constatamos que existe uma falta de divulgação, comunicação e disponibilização dos suprarreferidos, mesmo daqueles que são imperativos na constituição portuguesa e dos quais procedemos, sem sucesso, à sua solicitação. A estas fragilidades associa-se, uma inexistência de uma normatização no mesmo tipo de documentos, sendo possível encontrar PE, PA e RA, com conteúdos, estrutura, nomenclatura e abrangência temporal totalmente distintos. Ou seja, apesar da literatura, esplanada anteriormente, demonstrar que existe um conjunto de informação, que esta tipologia de documentos deve conter, muitas das vezes tal não se verificou. Em muitos dos casos, resultam ser de tal forma difusos, que não conseguimos identificar metas e/ou indicadores de avaliação, ações, objetivos, entre outros. Deparamo-nos com esta inconsistência não só de entidade para entidade, mas também dentro da mesma entidade; ou seja, ao longo dos nove anos analisados na mesma entidade denotam-se alterações no mesmo tipo de documento. Desta forma, não foi possível traçar um padrão comum para todos os casos. Ainda que, mais notória no âmbito municipal do que no não municipal, este obstáculo é algo transversal na maioria das entidades que compõem a nossa amostra. Um fator que nos leva a indagar se estes cumprem as exigências que se pressupõe nesta tipologia de documentos e a transparência das instituições públicas. No entanto, sendo o intuito deste trabalho compreender e caracterizar o fenómeno do CPCPSC e não o cumprimento ou avaliação destes documentos, consideramos que estas questões deverão ter lugar em investigações de outra natureza.

## 6.2. Síntese conclusiva

Os dados analisados e expostos comprovam que existe um recente envolvimento institucional em torno do CPCPSC. Não só por parte das entidades públicas portuguesas, mas também galegas. Em Portugal comprova-se em primeiro lugar pela aprovação e apresentação do Projeto Intermunicipal, no ano 2017, circunscrita ao CPCPSC e, no ano 2019 pela aprovação do diploma (Dec-Lei nº 51/2019, de 17 de abril do ano 2019) que institui a certificação e reconhecimento dos caminhos do jacobeu, em Portugal. Na região autónoma galega, evidencia-se pela oficialização e reconhecimento no ano 2016 do CPCPSC, como um itinerário oficial de peregrinação. Fatores que culminam numa disparidade e variedade de informação e, ao mesmo tempo escassez de documentação científica sobre o mesmo. Apesar da sua juvenidade os registos relativos à sua afluência, denotam um significativo e exponencial crescimento, estabelecendo-se até ao último ano de análise, como o terceiro caminho mais percorrido. Neste âmbito realçamos ainda que este desenvolvimento não se traduz num aumento significativo (na mesma proporção), no número de portugueses que caminham a Compostela. Demonstrando assim que, possivelmente este é maioritariamente procurado por estrangeiros.

Em função da metodologia implementada identificámos 22 *stakeholders*, com características e comportamentos distintos. Estes são maioritariamente compostos por entidades locais, inseridas no setor público e no domínio cultural. A relevante presença de elementos públicos (cerca de 90%), a nível nacional e internacional, permite-nos constatar que a ativação patrimonial em torno do CPCPSC é fundamentalmente executada por entidades e, conseqüentemente fundos públicos. Igualmente significativo é a expressiva existência de entidades internacionais, nomeadamente do Xacobeo, que associada ao facto de estar referenciada como entidade constituinte do Conselho Consultivo no Diploma acima mencionado, comprova que existe um envolvimento e/ou interesse externo na ativação e promoção deste itinerário costeiro.

A quase inexistência de parcerias identificadas, a nível local e/ou nacional e a inconstância das mesmas, indicam que não existe uma rede de trabalho sólida e conjunta para este caminho específico. Não se identificando também, nenhuma organização gestora a nível nacional dos caminhos de Santiago, em Portugal.

Através da análise quantitativa constatamos que apesar dos *stakeholders* serem maioritariamente do domínio cultural, as 138 atividades e/ou serviços identificados são com uma expressiva maioria (59%), inseridas na categoria do turismo. Por sua vez, a sua análise quantitativa revela um aumento gradual de entidades envolvidas, ao longo do tempo. Porém, o maior envolvimento e constância na planificação ou execução de atividades ou serviços relacionados com o CPPSC são das entidades do âmbito turístico (nacionais e regionais). Em contraponto com as entidades culturais, responsáveis por toda a gestão e produção de políticas culturais, designadamente a DGPC e a DRCN, que possuem uma presença quase residual e descontínua. O mesmo corre a nível local, onde apenas o município de Matosinhos possui uma presença e envolvimento constante e ativo, sendo que se denota uma maior envolvimento dos restantes municípios, apenas após o ano 2017, ano marcado pela aprovação e financiamento do Projeto do Norte 2020. Nesta perspetiva e tendo verificado que não existe uma rede coesa de trabalho sólida, podemos equacionar que o interesse e discursos são maioritariamente turísticos, nos quais vigoram objetivos e gestão a curto prazo.

Face ao exposto e atendendo o nosso quadro teórico, onde se evidencia que este tipo de gestão tem espoletado problemas noutros trajetos do Caminho e noutros bens patrimoniais, acreditamos que é crucial rever esta dinâmica. Conscientes de que o Caminho de Santiago é um fenómeno supranacional e transversal a múltiplas áreas disciplinares e que a problemática aqui explorada é ainda recente, esta é sem dúvida, uma tarefa complicada. Como tal, relembramos que o turismo não é, nem pode ser uma estratégia de gestão cultural e que o património, apesar de possuir valor de mercado, tem como principal objetivo valores sociais. Por isso, é necessário evitar que este seja transformado única e simplesmente num produto turístico. Para tal, na nossa ótica, é necessário, antes de mais instituir um órgão nacional para a gestão de todos os itinerários em Portugal; considerando que a instituição da certificação, estipulada pelo diploma acima mencionado, é insuficiente. Pois, continua a proporcionar uma discrepância de informação, objetivos e discursos. Face à lacuna no âmbito académico acreditamos também que é fundamental a produção de estudos científicos sistemáticos e contínuos sob a temática, em especial na área cultural e patrimonial, permitindo conhecer as suas necessidades e, assim evitar possíveis desequilíbrios.

Apesar da presente dissertação permitir analisar um âmbito territorial e temporal muito amplo, somos conscientes de que se não houver uma continuidade e multidisciplinariedade, este se torna em si mesmo redutor. Tendo isto presente, identificamos, a seguir, alguns caminhos que

podem servir para eventuais futuras investigações. Consideramos que seria pertinente, investigar o papel das instituições privadas, nomeadamente o trabalho e envolvimento associativo, de que são exemplo, a Associação Espaço Jacobeus (AEJ), a Associação Portuguesa dos Amigos do Apóstolo de Santiago (APAAS), e a Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo, identificadas no decorrer da investigação; bem como a envolvimento da Igreja católica. Igualmente relevante seria realizar uma análise comparativa entre o trabalho desenvolvido, neste trajeto, pelas instituições portuguesas e galegas, tendo em conta que identificamos indícios que apontam para iniciativas contraditórias. Nomeadamente, a promoção e reconhecimento de trajetos distintos. Visto que, a Xunta do Galiza, reconhece no ano 2016, como Caminho Português da Costa oficial, o trajeto que segue a orla costeira galega, enquanto que Portugal, financiou, aprovou e apresentou no ano 2017, um projeto que oficializa e promove o trajeto que se une ao Caminho Português Central, em Valença, rumando a Compostela, pelo interior galego.

## Referências

### Fontes primárias

#### Área Metropolitana do Porto

Área Metropolitana do Porto. (s/d). *Estratégia 2020*. Disponível em: [http://portal.amp.pt/media/documents/2015/06/11/estrategia\\_amp\\_2020.pdf](http://portal.amp.pt/media/documents/2015/06/11/estrategia_amp_2020.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

#### CIM Alto Cávado

Comunidade Intermunicipal do Cávado. (2014). *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Cávado 2014-2020*. Disponível em: [https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/EIDT\\_Cavado\\_Final\\_30dez-1.pdf](https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/EIDT_Cavado_Final_30dez-1.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Cávado. (2012). *Grandes Opções do Plano e Orçamento*. Disponível em: [https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/GOP\\_2012.pdf](https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/GOP_2012.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Cávado. (2013). *Grandes Opções do Plano e Orçamento*. Disponível em: [https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/GOP\\_2013\\_Assinada\\_PB.pdf](https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/GOP_2013_Assinada_PB.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Cávado. (2014). *Grandes Opções do Plano e Orçamento*. Disponível em: [https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/GOP\\_2014.pdf](https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/GOP_2014.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Cávado. (2015). *Grandes Opções do Plano e Orçamento*. <https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/Documentos-Previsionais-2015.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Cávado. (2016). *Grandes Opções do Plano e Orçamento*. Disponível em: [https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/Documentos\\_Previsionais\\_2016\\_AI\\_pb.pdf](https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/Documentos_Previsionais_2016_AI_pb.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Cávado. (2017). *Grandes Opções do Plano e Orçamento*. Disponível em: <https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/Documentos-Previsionais-2017.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Cávado. (2011). *Relatório de Gestão e Contas, Exercício de 2011*. Disponível em: [https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/Ponto\\_2\\_-\\_RELAT\\_RIO\\_DE\\_GEST\\_O\\_E\\_CONTAS\\_2011.pdf](https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/Ponto_2_-_RELAT_RIO_DE_GEST_O_E_CONTAS_2011.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Cávado. (2012). *Relatório de Gestão e Contas, Exercício de 2012*. Disponível em: [https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/RELAT\\_RIO\\_DE\\_GEST\\_O\\_E\\_CONTAS\\_2012\\_FINAL.pdf](https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/RELAT_RIO_DE_GEST_O_E_CONTAS_2012_FINAL.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Cávado. (2013). *Relatório de Gestão e Contas, Exercício de 2013*. Disponível em: <https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/RELAT%C3%93RIO-DE-GEST%C3%83O-E-CONTAS-2013.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Cávado. (2014). *Relatório de Gestão e Contas, Exercício de 2014*. Disponível em: <https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/RELAT%C3%93RIO-DE-GEST%C3%83O-E-CONTAS-2014-assinadaPB.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Cávado. (2015). *Relatório de Gestão e Contas, Exercício de 2015*. Disponível em: <https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2017/01/RELAT%C3%93RIO-DE-GEST%C3%83O-E-CONTAS-2015-AI-pb.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

### **CIM do Alto Minho**

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2013). *Estratégia e Plano de Ação "Alto Minho 2020"*. Disponível em: [http://www.altominho2020.com/fotos/editor2/planodesenv\\_altominho\\_2014\\_2020.pdf](http://www.altominho2020.com/fotos/editor2/planodesenv_altominho_2014_2020.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2010). *Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2010 da CIM Alto Minho*. Disponível em: <http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/gopo.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2011). *Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2011 da CIM Alto Minho*. Disponível em: [http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/gopo\\_2011.pdf](http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/gopo_2011.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2012). *Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2012 da CIM Alto Minho*. Disponível em: [http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/gopo\\_2012\\_ai.pdf](http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/gopo_2012_ai.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2013). *Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2013 da CIM Alto Minho*. Disponível em: <http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/gopo2013vf.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2014). *Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2014 da CIM Alto Minho*. Disponível em: <http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/gopo2014.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2015). *Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015 da CIM Alto Minho*. Disponível em: <http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/gopo2015.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2016). *Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2016 da CIM Alto Minho*. Disponível em: [http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/gopo2016\\_assinado.pdf](http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/gopo2016_assinado.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2018). *Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2017 da CIM Alto Minho*. Disponível em: [http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/gopo\\_2018ai.pdf](http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/gopo_2018ai.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2019). *Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019 da CIM Alto Minho*. Disponível em: [http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/gopo2019\\_ai.pdf](http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/gopo2019_ai.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2012). *Relatório de Gestão e Contas de 2012*. Disponível em: <http://www.cim-altominho.pt/gca/?id=430>. [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2013). *Relatório de Gestão e Contas de 2013*. Disponível em: <http://www.cim-altominho.pt/gca/?id=430>. [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2014). *Relatório de Gestão e Contas de 2014*. Disponível em: <http://www.cim-altominho.pt/gca/?id=430>. [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2015). *Relatório de Gestão e Contas de 2015*. Disponível em: <http://www.cim-altominho.pt/gca/?id=430>. [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2016). *Relatório de Gestão e Contas de 2016*. Disponível em: <http://www.cim-altominho.pt/gca/?id=430>. [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2017). *Relatório de Gestão e Contas de 2017*. Disponível em: [http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/relatoriogestaoecontas2017\\_completocompacto.pdf](http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/relatoriogestaoecontas2017_completocompacto.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2018). *Relatório de Gestão e Contas de 2018*. Disponível em: <http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/rgccompacto.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

### **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte**

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. (2015). *Quadro de Avaliação e Responsabilização e Plano de Atividades*. Disponível em: [https://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros\\_ccdrn/ccdr\\_n\\_-\\_quar\\_e\\_plano\\_de\\_atividades\\_2015.pdf](https://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros_ccdrn/ccdr_n_-_quar_e_plano_de_atividades_2015.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. (2016). *Quadro de Responsabilização e Plano de Atividades*. Disponível em: [https://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros\\_ccdrn/quar\\_plano\\_atividades\\_2016.pdf](https://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros_ccdrn/quar_plano_atividades_2016.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. (2014). *Plano de Atividades 2014*. Disponível em: [https://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros\\_ccdrn/ccdrn\\_planodeatividades\\_2014.pdf](https://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros_ccdrn/ccdrn_planodeatividades_2014.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. (2015). *Plano de Atividades*. Disponível em:



[https://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros\\_ccdrn/relatorio\\_atividades\\_2015\\_ccdr-n.pdf](https://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros_ccdrn/relatorio_atividades_2015_ccdr-n.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. (2011). *Relatório de Atividades 2011*. Disponível em:

[https://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros\\_ccdrn/relatorioatividades\\_2011.pdf](https://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros_ccdrn/relatorioatividades_2011.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

### **Direção-Geral do Património Cultural**

Direção-Geral do Património Cultural. (2013). *Plano de Atividades 2013*. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios\\_planos\\_de\\_atividades/pa\\_2013.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios_planos_de_atividades/pa_2013.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção-Geral do Património Cultural. (2014). *Plano de Atividades 2014*. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios\\_planos\\_de\\_atividades/pa\\_2014\\_dgpc.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios_planos_de_atividades/pa_2014_dgpc.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção-Geral do Património Cultural. (2015). *Plano de Atividades 2015*. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios\\_planos\\_de\\_atividades/pa\\_\\_dgpc\\_2015.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios_planos_de_atividades/pa__dgpc_2015.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção-Geral do Património Cultural. (2016). *Plano de Atividades 2016*. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios\\_planos\\_de\\_atividades/plano\\_de\\_atividades\\_2016.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios_planos_de_atividades/plano_de_atividades_2016.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção-Geral do Património Cultural. (2017). *Plano de Atividades 2017*. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios\\_planos\\_de\\_atividades/planodeatividadesdgpc2017.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios_planos_de_atividades/planodeatividadesdgpc2017.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção-Geral do Património Cultural. (2018). *Plano de Atividades 2018*. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios\\_planos\\_de\\_atividades/2018/planodeactividades2018aprovado1.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios_planos_de_atividades/2018/planodeactividades2018aprovado1.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção-Geral do Património Cultural. (2019). *Plano de Atividades 2019*. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios\\_planos\\_de\\_atividades/2019/plano\\_de\\_actividades\\_2019.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios_planos_de_atividades/2019/plano_de_actividades_2019.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção-Geral do Património Cultural. (2013). *Relatório de Atividades 2013*. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios\\_planos\\_de\\_atividades/r\\_a\\_2013\\_com\\_anexos.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios_planos_de_atividades/r_a_2013_com_anexos.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção-Geral do Património Cultural. (2014). *Relatório de Atividades 2014*. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios\\_planos\\_de\\_atividades/ra\\_2014.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios_planos_de_atividades/ra_2014.pdf) [Última consulta em: junho 2020].

Direção-Geral do Património Cultural. (2015). *Relatório de Atividades 2015*. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestao/\\_relatorio\\_de\\_atividades\\_2015\\_\\_dgpc.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestao/_relatorio_de_atividades_2015__dgpc.pdf) [Última consulta em: junho 2020].

Direção-Geral do Património Cultural. (2016). *Relatório de Atividades 2016*. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios\\_planos\\_de\\_atividades/2017/relatoriodeatividades2016a.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios_planos_de_atividades/2017/relatoriodeatividades2016a.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção-Geral do Património Cultural. (2017). *Relatório de Atividades 2017*. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatoriodeatividades2017\\_final.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatoriodeatividades2017_final.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção-Geral do Património Cultural. (2018). *Relatório de Atividades 2018*. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios\\_planos\\_de\\_atividades/2018/relatoriodeatividades2018.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestaonovo/relatorios_planos_de_atividades/2018/relatoriodeatividades2018.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

### **Direção Regional de Cultura do Norte**

Direção Regional de Cultura do Norte. (2015). *Plano de Atividades, Direção Regional de Cultura do Norte 2015*. Disponível em: [http://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/2\\_plano\\_atividades\\_2015.pdf](http://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/2_plano_atividades_2015.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção Regional de Cultura do Norte. (2016). *Plano de Atividades 2016*. Disponível em: [http://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/drcn\\_plano\\_atividades\\_2016.pdf](http://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/drcn_plano_atividades_2016.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção Regional de Cultura do Norte. (2017). *Plano de Atividades 2017*. Disponível em: [http://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/drcn\\_planoatividades\\_2017.pdf](http://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/drcn_planoatividades_2017.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção Regional de Cultura do Norte. (2018). *Plano de Atividades*. Disponível em: [http://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/plano\\_atividades\\_2018\\_vf2.pdf](http://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/plano_atividades_2018_vf2.pdf). [Última consulta em: junho 2020]

Direção Regional de Cultura do Norte. (2019). *Plano de Atividades*. Disponível em: <http://www.culturanorte.gov.pt/pt/drcn/gestao/instrumentos-de-gestao/>. [Última consulta em: junho 2020].

Direção Regional de Cultura do Norte. (2013). *Relatório de Atividades, Direção Regional de Cultura do Norte do ano 2013*. Disponível em: [https://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/rel\\_atividade\\_2013.pdf](https://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/rel_atividade_2013.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção Regional de Cultura do Norte. (2014). *Relatório de Atividades, Direção Regional de Cultura do Norte do ano 2014*. Disponível em: [http://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/ra\\_2014.pdf](http://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/ra_2014.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção Regional de Cultura do Norte. (2015). *Relatório de Atividades, Direção Regional de Cultura do Norte do ano 2015*. Disponível em: [https://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/relatorio\\_de\\_atividades\\_drcn\\_2015.pdf](https://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/relatorio_de_atividades_drcn_2015.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção Regional de Cultura do Norte. (2016). *Relatório de Atividades, Direção Regional de Cultura do Norte do ano 2016*. Disponível em: [https://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/relatorio\\_de\\_atividades\\_2016.pdf](https://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/relatorio_de_atividades_2016.pdf) [Última consulta em: junho 2020].

Direção Regional de Cultura do Norte. (2017). *Relatório de Atividades, Direção Regional de Cultura do Norte do ano 2017*. Disponível em: [https://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/relatorio\\_de\\_atividades\\_2017\\_final.pdf](https://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/relatorio_de_atividades_2017_final.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Direção Regional de Cultura do Norte. (2018). *Relatório de Atividades, Direção Regional de Cultura do Norte do ano 2018*. Disponível em: [https://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/relatorio\\_de\\_atividades\\_2018\\_vfinal\\_assinada.pdf](https://www.culturanorte.gov.pt/fotos/editor2/relatorio_de_atividades_2018_vfinal_assinada.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

## **Esposende**

Município de Esposende. (2018). *Programa de Ação para a Sustentabilidade, Crescimento e Competitividade do Turismo em Esposende 2018-2020*. Disponível em: <https://www.visitesposende.com/pt/explorar/downloads/brochuras>. [última consulta: junho 2020]

Município de Esposende. (s/d). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Esposende 2025*. Disponível em: <https://www.visitesposende.com/pt/explorar/downloads/brochuras>. [última consulta: junho 2020]

## **Maia**

Município da Maia (2010). *Grandes Opções do Plano. (Plano Plurianual de Investimentos e Planos de Atividades mais relevantes) e Orçamento de Receita e da despesa para o ano financeiro de 2010*. Disponível em: <https://www.cm-maia.pt/cmmaia/uploads/document/file/562/GOP-2010.pdf>. [última consulta: junho 2020].

Município da Maia (2010). *Grandes Opções do Plano. (Plano Plurianual de Investimentos e Planos de Atividades mais relevantes) e Orçamento de Receita e da despesa para o ano financeiro de 2011*. Disponível em: [https://www.cm-maia.pt/cmmaia/uploads/document/file/563/GOP\\_2011.pdf](https://www.cm-maia.pt/cmmaia/uploads/document/file/563/GOP_2011.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município da Maia (2011). *Grandes Opções do Plano. (Plano Plurianual de Investimentos e Planos de Atividades mais relevantes) e Orçamento de Receita e da despesa para o ano financeiro de 2012*. Disponível em: [https://www.cm-maia.pt/cmmaia/uploads/document/file/564/GOP\\_2012.pdf](https://www.cm-maia.pt/cmmaia/uploads/document/file/564/GOP_2012.pdf) [última consulta: junho 2020]

Município da Maia (2013). *Grandes Opções do Plano. (Plano Plurianual de Investimentos e Planos de Atividades mais relevantes) e Orçamento de Receita e da despesa para o ano financeiro de*

2013. Disponível em: [https://www.cm-maia.pt/cm-maia/uploads/document/file/565/\\_GOPS\\_e\\_Orçamento\\_2013.pdf](https://www.cm-maia.pt/cm-maia/uploads/document/file/565/_GOPS_e_Orçamento_2013.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município da Maia (2013). *Grandes Opções do Plano. (Plano Plurianual de Investimentos e Planos de Atividades mais relevantes) e Orçamento de Receita e da despesa para o ano financeiro de 2014.* Disponível em: [https://www.cm-maia.pt/cm-maia/uploads/document/file/567/GOP\\_e\\_ORC2014.pdf](https://www.cm-maia.pt/cm-maia/uploads/document/file/567/GOP_e_ORC2014.pdf) . [última consulta: junho 2020]

Município da Maia (2014). *Grandes Opções do Plano. (Plano Plurianual de Investimentos e Planos de Atividades mais relevantes) e Orçamento de Receita e da despesa para o ano financeiro de 2015.* Disponível em: [https://www.cm-maia.pt/cm-maia/uploads/document/file/659/\\_gop\\_e\\_oramento\\_2015.pdf](https://www.cm-maia.pt/cm-maia/uploads/document/file/659/_gop_e_oramento_2015.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município da Maia (2015). *Grandes Opções do Plano. (Plano Plurianual de Investimentos e Planos de Atividades mais relevantes) e Orçamento de Receita e da despesa para o ano financeiro de 2016.* Disponível em: [https://www.cm-maia.pt/cm-maia/uploads/document/file/772/gop\\_oramento\\_2016.pdf](https://www.cm-maia.pt/cm-maia/uploads/document/file/772/gop_oramento_2016.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município da Maia (2016). *Grandes Opções do Plano. (Plano Plurianual de Investimentos e Planos de Atividades mais relevantes) e Orçamento de Receita e da despesa para o ano financeiro de 2017.* Disponível em: [https://www.cm-maia.pt/cm-maia/uploads/document/file/783/gop\\_e\\_oramento\\_2017.pdf](https://www.cm-maia.pt/cm-maia/uploads/document/file/783/gop_e_oramento_2017.pdf) . [última consulta: junho 2020]

Município da Maia (2017). *Grandes Opções do Plano. (Plano Plurianual de Investimentos e Planos de Atividades mais relevantes) e Orçamento de Receita e da despesa para o ano financeiro de 2018.* Disponível em: [https://www.cm-maia.pt/cm-maia/uploads/document/file/942/\\_Gop\\_e\\_or\\_amento\\_2018.pdf](https://www.cm-maia.pt/cm-maia/uploads/document/file/942/_Gop_e_or_amento_2018.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município da Maia (2018). *Grandes Opções do Plano. (Plano Plurianual de Investimentos e Planos de Atividades mais relevantes) e Orçamento de Receita e da despesa para o ano financeiro de*

2019. Disponível: [https://www.cm-maia.pt/cm-maia/uploads/document/file/2453/gop\\_e\\_orcamento\\_2019.pdf](https://www.cm-maia.pt/cm-maia/uploads/document/file/2453/gop_e_orcamento_2019.pdf). [última consulta: junho 2020]

## **Matosinhos**

Município de Matosinhos. (2010). *Plano de Atividades e Orçamento*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos2020/uploads/document/file/6646/plano\\_de\\_atividades\\_e\\_orcamento\\_2010.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos2020/uploads/document/file/6646/plano_de_atividades_e_orcamento_2010.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Matosinhos (2011). *Plano de Atividades e Orçamento*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos2020/uploads/document/file/6647/plano\\_de\\_atividades\\_e\\_orcamento\\_2011.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos2020/uploads/document/file/6647/plano_de_atividades_e_orcamento_2011.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Matosinhos (2012). *Plano de Atividades e Orçamento 2012*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos2020/uploads/document/file/6655/plano\\_de\\_atividades\\_e\\_orcamento\\_2012.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos2020/uploads/document/file/6655/plano_de_atividades_e_orcamento_2012.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Matosinhos (2013). *Plano de Atividades e Orçamento 2013*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos2020/uploads/document/file/6651/plano\\_de\\_atividades\\_e\\_orcamento\\_2013.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos2020/uploads/document/file/6651/plano_de_atividades_e_orcamento_2013.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município Matosinhos (2014). *Plano de Atividades e Orçamento 2014*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos2020/uploads/document/file/6654/plano\\_de\\_atividades\\_e\\_orcamento\\_2014.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos2020/uploads/document/file/6654/plano_de_atividades_e_orcamento_2014.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Matosinhos (2015). *Plano de Atividades e Orçamento 2015*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos2020/uploads/document/file/6653/plano\\_de\\_atividades\\_e\\_orcamento\\_2015.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos2020/uploads/document/file/6653/plano_de_atividades_e_orcamento_2015.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Matosinhos (2016). *Plano de Atividades e Orçamento 2016*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6652/plano\\_de\\_atividades\\_e\\_orcamento\\_2016.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6652/plano_de_atividades_e_orcamento_2016.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Matosinhos (2017). *Plano de Atividades e Orçamento 2017*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6656/plano\\_de\\_atividades\\_e\\_orcamento\\_2017.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6656/plano_de_atividades_e_orcamento_2017.pdf) [última consulta: junho 2020]

Município de Matosinhos (2018). *Plano de Atividades e Orçamento 2018*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6657/plano\\_de\\_atividades\\_e\\_orcamento\\_2018.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6657/plano_de_atividades_e_orcamento_2018.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Matosinhos (2019). *Plano de Atividades e Orçamento 2019*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6658/plano\\_de\\_atividades\\_e\\_orcamento\\_2019.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6658/plano_de_atividades_e_orcamento_2019.pdf). [última consulta: junho 2020]

Matosinhos (2010). *Relatórios de Atividades e de Gestão 2010*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6662/relatorio\\_de\\_atividades\\_e\\_d\\_e\\_gestao\\_2010.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6662/relatorio_de_atividades_e_d_e_gestao_2010.pdf) . [última consulta: junho 2020]

Matosinhos (2011). *Relatórios de Atividade e de Gestão 2011*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6663/relatorio\\_de\\_atividades\\_e\\_d\\_e\\_gestao\\_2011.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6663/relatorio_de_atividades_e_d_e_gestao_2011.pdf). [última consulta: junho 2020]

Matosinhos (2012). *Relatórios de Atividade e de Gestão 2012*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6666/relatorio\\_de\\_atividades\\_e\\_d\\_e\\_gestao\\_2012.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6666/relatorio_de_atividades_e_d_e_gestao_2012.pdf). [última consulta: junho 2020]

Matosinhos (2013). *Relatórios de Atividade e de Gestão 2013*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6667/relatorio\\_de\\_atividades\\_e\\_d\\_e\\_gestao\\_2013.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6667/relatorio_de_atividades_e_d_e_gestao_2013.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Matosinhos (2014). *Relatórios de Atividade e de Gestão 2014*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6668/relatorio\\_de\\_atividades\\_e\\_d\\_e\\_gestao\\_2014.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6668/relatorio_de_atividades_e_d_e_gestao_2014.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Matosinhos (2015). *Relatório de Atividade e de Gestão 2015*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6669/relatorio\\_de\\_atividades\\_e\\_d\\_e\\_gestao\\_2015.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6669/relatorio_de_atividades_e_d_e_gestao_2015.pdf) [última consulta: junho 2020]

Município de Matosinhos (2016). *Relatório de Atividade e de Gestão 2016*. [https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6671/relatorio\\_de\\_atividades\\_e\\_d\\_e\\_gestao\\_2016.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6671/relatorio_de_atividades_e_d_e_gestao_2016.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Matosinhos (2017). *Relatório de Atividade e de Gestão 2017*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6672/relatorio\\_de\\_atividades\\_e\\_d\\_e\\_gestao\\_2017.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/6672/relatorio_de_atividades_e_d_e_gestao_2017.pdf) . [última consulta: junho 2020]

Município de Matosinhos (2018). *Relatório de Atividade e de Gestão 2018*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/7376/relatorio\\_de\\_atividades\\_e\\_d\\_e\\_gestao\\_2018\\_net.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/7376/relatorio_de_atividades_e_d_e_gestao_2018_net.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Matosinhos (2019). *Relatório de Atividade e de Gestão 2019*. Disponível em: [https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/7548/relatorio\\_de\\_atividades\\_e\\_d\\_e\\_gestao\\_2019\\_\\_site.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/7548/relatorio_de_atividades_e_d_e_gestao_2019__site.pdf) . [última consulta: junho 2020]

### **Póvoa do Varzim**

Município da Póvoa do Varzim. (2009). *Grandes Opções do Plano e Orçamento, Documentos previsionais 2009*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financieira/documentos-previsionais/a2009/>. [Última consulta em: junho 2020]



Município da Póvoa do Varzim. (2010). *Grandes Opções do Plano e Orçamento, documentos previsionais 2010*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financeira/documentos-previsionais/a2010/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2011). *Grandes Opções do Plano e Orçamento, documentos previsionais 2011*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financeira/documentos-previsionais/a2011/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2012). *Grandes Opções do Plano e Orçamento, documentos previsionais 2012*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financeira/documentos-previsionais/a2012/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2013). *Grandes Opções do Plano e Orçamento, Documentos previsionais 2013*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financeira/documentos-previsionais/a2013/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2014). *Grandes Opções do Plano e Orçamento, Documentos previsionais 2014*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financeira/documentos-previsionais/a2014/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2015). *Grandes Opções do Plano e Orçamento, documentos previsionais 2015*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financeira/documentos-previsionais/a2015/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2016). *Grandes Opções do Plano e Orçamento, documentos previsionais 2016*. <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financeira/documentos-previsionais/a2016/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2017). *Grandes Opções do Plano e Orçamento, Documentos previsionais 2017*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financeira/documentos-previsionais/a2017/>.

municipal/informacao-financieira/documentos-previsionais/a2017/. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2018). *Grandes Opções do Plano e Orçamento, Documentos previsionais 2018*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financieira/documentos-previsionais/a2018/gop-orcamento-2018-pdf/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2019). *Grandes Opções do Plano e Orçamento, Documentos previsionais 2019*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financieira/documentos-previsionais/a2019/gop-orcamento-2019-pdf/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2010). *Relatório de Gestão e de Contas 2010*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financieira/documentos-prestacao-de-contas/relatorio-gestao-e-contas-2010-pdf/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2011). *Relatório de Gestão e de Contas 2011*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financieira/documentos-prestacao-de-contas/relatorio-e-contas-2011-pdf/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2012). *Relatório de Gestão e de Contas 2012*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financieira/documentos-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-e-contas-2012-pdf/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2013). *Relatório de Gestão e de Contas 2013*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financieira/documentos-prestacao-de-contas/relatorio-e-contas-2013/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2014). *Relatório de Gestão e de Contas 2014*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financieira/documentos-prestacao-de-contas/relatorio-e-contas-2014/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2015). *Relatório de Gestão e de Contas 2015*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financieira/documentos-prestacao-de-contas/relatorio-e-contas-2015-1/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2016). *Relatório de Gestão e de Contas 2016*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financieira/documentos-prestacao-de-contas/relatorio-e-contas-2016/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2017). *Relatório de Gestão e de Contas 2017*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financieira/documentos-prestacao-de-contas/relatorio-e-contas-2017/>. [Última consulta em: junho 2020]

Município da Póvoa do Varzim. (2018). *Relatório de Gestão e de Contas 2018*. Disponível em: <https://www.cm-pvarzim.pt/municipio/camara-municipal/informacao-financieira/documentos-prestacao-de-contas/relatorio-e-contas-2018/>. [Última consulta em: junho 2020]

### **Turismo, I.P.,**

Turismo de Portugal. (2017). *Estratégia Turismo 2027*. Disponível em: [https://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Estrategia\\_Turismo\\_Portugal\\_ET27.pdf](https://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Estrategia_Turismo_Portugal_ET27.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Turismo de Portugal. (2012). *Plano de Atividades 2012*. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/Informacao-de-Gestao/2012-plano-atividades.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Turismo de Portugal. (2014). *Plano de Atividades 2014*. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/Informacao-de-Gestao/2014-plano-atividades.pdf> [Última consulta em: junho 2020].

Turismo de Portugal. (2015). *Plano de Atividades 2015*. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/Informacao-de-Gestao/2015-plano-atividades.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Turismo de Portugal. (2016). *Plano de Atividades 2016*. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/Informacao-de-Gestao/2016-plano-de-atividades.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Turismo de Portugal. (2017). *Plano de Atividades 2017*. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/Informacao-de-Gestao/2017-plano-atividades.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Turismo de Portugal. (2018). *Plano de Atividades 2018*. Disponível em:

<http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/Informacao-de-Gestao/2018-plano-de-atividades.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Turismo de Portugal. (2019). *Plano de Atividades 2019*. Disponível em:

<http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/Informacao-de-Gestao/2019-plano-atividades.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Turismo de Portugal. (2012). *Relatório de Atividades 2012*. Disponível em:

<http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/Informacao-de-Gestao/2012-relatorio-atividades.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Turismo de Portugal. (2013). *Relatório de Atividades 2013*. Disponível em:

<http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/Informacao-de-Gestao/2013-relatorio-atividades.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Turismo de Portugal. (2014). *Relatório de Atividades 2014*. Disponível em:

<http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/Informacao-de-Gestao/2014-relatorio-atividades.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Turismo de Portugal. (2015). *Relatório de Atividades 2015*. Disponível em:

<http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/Informacao-de-Gestao/2015-relatorio-atividades.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Turismo de Portugal. (2016). *Relatório de Atividades 2016*. Disponível em:

<http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/Informacao-de-Gestao/2016-relatorio-atividades.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Turismo de Portugal. (2017). *Relatório de Atividades 2017*. Disponível em:

<http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/Informacao-de-Gestao/2017-relatorio-atividades.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

Turismo de Portugal. (2018). *Relatório de Atividades 2018*. Disponível em:

<http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/Informacao-de-Gestao/2018-relatorio-atividades.pdf>. [Última consulta em: junho 2020].

## **Turismo Porto e Norte de Portugal**

Turismo Porto e Norte de Portugal (2014). *Estratégia de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal, Horizonte 2015-2020*. Disponível em :  
[http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/plano\\_estrategico\\_10327505915894b4d3a978b.pdf](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/plano_estrategico_10327505915894b4d3a978b.pdf).  
[Última consulta em: junho 2020].

Turismo Porto e Norte de Portugal (2016). *Plano de Ação PNP 2016*. Disponível em:  
[http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/pao2016\\_874701041595535259bb8c.pdf](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/pao2016_874701041595535259bb8c.pdf). [Última  
consulta em: junho 2020].

Turismo Porto e Norte de Portugal (2017). *Plano de Ação e Orçamento PNP 2017*. Disponível em:  
[http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/0-  
pnp\\_planoacao2016\\_final\\_199041297459413aaa8293d.pdf](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/0-pnp_planoacao2016_final_199041297459413aaa8293d.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Turismo Porto e Norte de Portugal (2018) *Plano de Ação e Orçamento PNP 2018*. Disponível em:  
[http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/plano\\_de\\_acao\\_e\\_orcamento\\_2018\\_46720312559d39b  
d756eeb.pdf](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/plano_de_acao_e_orcamento_2018_46720312559d39bd756eeb.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Turismo Porto e Norte de Portugal (2019). *Plano de Ação e Orçamento PNP 2019*. Disponível em:  
[http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/pao\\_2019\\_2023\\_13551678935c912483a17e3.pdf](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/pao_2019_2023_13551678935c912483a17e3.pdf).  
[Última consulta em: junho 2020].

Turismo Porto e Norte de Portugal (2013). *Relatório de Atividades 2013*. Disponível em:  
[http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/relatorio\\_e\\_contas\\_2013\\_20991385805c40c2df12fdc.p  
df](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/relatorio_e_contas_2013_20991385805c40c2df12fdc.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Turismo Porto e Norte de Portugal (2014). *Relatório de Atividades Ano 2014*. Disponível em:  
[http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/relatorio\\_e\\_contas\\_2014\\_4263180395c40c319904b7.p  
df](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/relatorio_e_contas_2014_4263180395c40c319904b7.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Turismo Porto e Norte de Portugal (2015). *Relatório de Gestão ano 2015*. Disponível em:  
[http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/relatorio\\_de\\_contas\\_20795990345900ce353b116.pdf](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/relatorio_de_contas_20795990345900ce353b116.pdf).  
[Última consulta em: junho 2020].

Turismo Porto e Norte de Portugal (2017). *Relatório de Atividades, Gestão e Contas 2016*.  
Disponível em: [http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/1-  
relatorio\\_de\\_atividades\\_gestao\\_e\\_contas\\_2016\\_908328817590b3a8751e50.pdf](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/1-relatorio_de_atividades_gestao_e_contas_2016_908328817590b3a8751e50.pdf). [Última  
consulta em: junho 2020].

Turismo Porto e Norte de Portugal (2018). *Relatório & Contas 2017*. Disponível em: [http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/relatorio\\_e\\_contas\\_2017\\_1408218675ad4d09cba7fd.pdf](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/relatorio_e_contas_2017_1408218675ad4d09cba7fd.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Turismo Porto e Norte de Portugal (2019). *Relatório & Contas 2018*. Disponível em: [http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/relatorio\\_contas\\_2018\\_tpnnp\\_assinado\\_1536065815df6b6c7a3e3e.pdf](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/relatorio_contas_2018_tpnnp_assinado_1536065815df6b6c7a3e3e.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

## **Viana do Castelo**

Município de Viana do Castelo. (2010). *Plano de Atividades e Orçamento 2010*. <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2011). *Plano de Atividades e Orçamento 2011*. <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2012). *Plano de Atividades e Orçamento 2012*. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2013). *Plano de Atividades e Orçamento 2013*. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2014). *Plano de Atividades e Orçamento 2014*. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2015). *Plano de Atividades e Orçamento 2015*. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2016). *Plano de Atividades e Orçamento 2016*. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2017). *Plano de Atividades e Orçamento 2017*. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2018). *Plano de Atividades e Orçamento 2018*. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2019). *Plano de Atividades e Orçamento 2019*. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2020). *Plano de Atividades e Orçamento 2020*. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2012). Plano Estratégico de Viana do Castelo (2010–2020). <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/plano-estrategico>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2011). Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2011. <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2012). Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2012. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2013). Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2013. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2014). Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2014. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2015). Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2015. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2016). Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2016. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2017). Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2017. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

Município de Viana do Castelo. (2018). Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2018. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/documentos-de-gestao>. [última consulta: junho 2020]

## **Vila do Conde**

Município de Vila do Conde (2014). *GOP e Orçamento-2014*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/904/F\\_1.1\\_-\\_PLANO\\_E\\_ORAMENTO\\_DE\\_2014.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/904/F_1.1_-_PLANO_E_ORAMENTO_DE_2014.pdf). [Última consulta em: junho 2020]

Município de Vila do Conde (2015). *Grandes Opções do Plano e Orçamento 2014*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/903/F\\_1.1\\_PLANO\\_E\\_ORAMENTO\\_2015.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/903/F_1.1_PLANO_E_ORAMENTO_2015.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2016). *Grandes Opções do Plano e Orçamento 2016*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1254/GRANDES\\_OP\\_\\_ES\\_DO\\_PLANO\\_E\\_ORAMENTO\\_PARA\\_2016.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1254/GRANDES_OP__ES_DO_PLANO_E_ORAMENTO_PARA_2016.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2017). *Grandes Opções do Plano e Orçamento 2017*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1931/Parte\\_1.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1931/Parte_1.pdf). [Última consulta em: junho 2020]

Município de Vila do Conde (2018). *Grandes Opções do Plano e Orçamento 2018*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/2229/Grandes\\_op\\_\\_es\\_do\\_plano\\_e\\_or\\_amento\\_2018.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/2229/Grandes_op__es_do_plano_e_or_amento_2018.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2015). *Informação da Atividade Municipal fevereiro*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1022/Informa\\_\\_o\\_da\\_atividade\\_municipal\\_fevereiro\\_2015.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1022/Informa__o_da_atividade_municipal_fevereiro_2015.pdf). [Última consulta em: junho 2020]

Município de Vila do Conde (2015). *Informação da Atividade Municipal - abril*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1034/Informa\\_\\_o\\_da\\_atividade\\_municipal\\_abril\\_2015.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1034/Informa__o_da_atividade_municipal_abril_2015.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2015). *Continuação do relatório de Informação da atividade municipal de abril 2015*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1034/Informa\\_\\_o\\_da\\_atividade\\_municipal\\_abril\\_2015.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1034/Informa__o_da_atividade_municipal_abril_2015.pdf)



viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1035/continua\_\_o\_do\_relat\_rio\_da\_inf  
orma\_\_o\_da\_atividade\_municipal\_abril\_2015.pdf. [Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2015). *Informação da Atividade Municipal - junho*. Disponível em:  
[https://www.cm-  
viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1036/Informa\\_\\_o\\_da\\_atividade\\_municipal\\_junho\\_2015.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1036/Informa__o_da_atividade_municipal_junho_2015.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2015). *Informação da Atividade Municipal-setembro*. Disponível em:  
[https://www.cm-  
viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1259/Relat\\_rio\\_AM\\_Set\\_15.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1259/Relat_rio_AM_Set_15.pdf). [Última  
consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2015). *Informação da Atividade Municipal- dezembro*. Disponível em:  
[https://www.cm-  
viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1260/Relat\\_rio\\_AM\\_Dez\\_15.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1260/Relat_rio_AM_Dez_15.pdf).  
[Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2016). *Informação da Atividade Municipal – fevereiro*. Disponível em:  
[https://www.cm-  
viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1402/Relat\\_rio\\_AM\\_Fev\\_16.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1402/Relat_rio_AM_Fev_16.pdf).  
[Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2016). *Informação da Atividade Municipal – abril*. Disponível em:  
[https://www.cm-  
viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1491/Relat\\_rio\\_AM\\_Abr\\_16.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1491/Relat_rio_AM_Abr_16.pdf).  
[Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2016). *Informação da Atividade Municipal – junho*. Disponível em:  
[https://www.cm-  
viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1503/Relat\\_rio\\_AM\\_jun\\_16.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1503/Relat_rio_AM_jun_16.pdf). [Última  
consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2016). *Informação da Atividade Municipal - setembro*. Disponível em:  
[https://www.cm-  
viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1584/Relat\\_rio\\_Atividades\\_set\\_16.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1584/Relat_rio_Atividades_set_16.pdf).  
[Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2016). *Informação da Atividade Municipal – dezembro*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1819/Relat\\_rio\\_AM\\_Dez\\_16.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/1819/Relat_rio_AM_Dez_16.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2017). *Informação da Atividade Municipal – fevereiro*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/3320/Atividade\\_municipal\\_fev\\_2017.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/3320/Atividade_municipal_fev_2017.pdf). [Última consulta em: junho 2020]

Município de Vila do Conde (2017). *Informação da Atividade Municipal – junho – parte 1*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/2174/Atividade\\_Municipal\\_jun\\_17\\_-\\_parte\\_1.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/2174/Atividade_Municipal_jun_17_-_parte_1.pdf). [Última consulta em: junho 2020]

Município de Vila do Conde (2017). *Informação da Atividade Municipal – junho – parte 2*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/2175/informa\\_\\_o\\_atividade\\_municipal\\_parte2.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/2175/informa__o_atividade_municipal_parte2.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2017). *Informação da Atividade Municipal – junho – parte 3*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/2176/informa\\_\\_o\\_atividade\\_municipal\\_parte\\_3.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/2176/informa__o_atividade_municipal_parte_3.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2017). *Informação da Atividade Municipal – dezembro*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/2972/Relat\\_rio\\_Atividades\\_Dez\\_17.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/2972/Relat_rio_Atividades_Dez_17.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2017). *Informação da Atividade Municipal – abril*. [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/2177/atividade\\_municipal\\_abril\\_17.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/2177/atividade_municipal_abril_17.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2018). *Informação da Atividade Municipal – fevereiro*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/pages/818?folders\\_list\\_22\\_folder\\_id=399](https://www.cm-viladoconde.pt/pages/818?folders_list_22_folder_id=399). [Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2018). *Informação da Atividade Municipal – abril* [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/3318/atividade\\_municipal\\_abril\\_2018.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/3318/atividade_municipal_abril_2018.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde (2017). *Plano Estratégico de Desenvolvimento e marketing turístico de Vila do Conde*. Disponível em: [http://www.visitviladoconde.pt/turismoviladoconde/uploads/writer\\_file/document/196/plano\\_estrategico\\_de\\_marketing\\_turistico\\_de\\_vila\\_do\\_conde.pdf](http://www.visitviladoconde.pt/turismoviladoconde/uploads/writer_file/document/196/plano_estrategico_de_marketing_turistico_de_vila_do_conde.pdf). [Última consulta em: junho 2020]

Município de Vila do Conde. (2018). *Relatório da atividade Municipal de junho*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/3371/atividade\\_municipal\\_junho\\_2018.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/3371/atividade_municipal_junho_2018.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde. (2018). *Relatório da Atividade Municipal. Assembleia Municipal, 27 de setembro 2018*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/3529/atividade\\_municipal\\_setembro.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/3529/atividade_municipal_setembro.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

Município de Vila do Conde. (2018). *Relatório da Atividade Municipal. Assembleia Municipal, 17 de dezembro 2018*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/3601/atividade\\_municipal\\_dez\\_2018.pdf](https://www.cm-viladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/3601/atividade_municipal_dez_2018.pdf). [Última consulta em: junho 2020].

### **Vila Nova de Cerveira**

Município de Vila Nova de Cerveira. (2013). *Informação à Assembleia Municipal da Atividade Municipal, novembro e dezembro do ano 2013*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer\\_file/document/2934/atividade\\_municipal\\_novembro\\_e\\_dezembro\\_2013.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer_file/document/2934/atividade_municipal_novembro_e_dezembro_2013.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2014). *Informação à Assembleia Municipal da Atividade Municipal, janeiro e fevereiro do ano 2014*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2929/atividade\\_municipal\\_janeiro\\_e\\_fevereiro\\_2014.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2929/atividade_municipal_janeiro_e_fevereiro_2014.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2014). *Informação à Assembleia Municipal da Atividade Municipal (fevereiro e abril do ano 2014)*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2930/atividade\\_municipal\\_fevereiro\\_a\\_abril\\_2014.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2930/atividade_municipal_fevereiro_a_abril_2014.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2014). *Informação à Assembleia Municipal da Atividade Municipal (abril e junho do ano 2014)*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2931/atividade\\_municipal\\_abril\\_a\\_junho\\_2014.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2931/atividade_municipal_abril_a_junho_2014.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2014). *Informação à Assembleia Municipal da Atividade Municipal (julho e setembro do ano 2014)*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2932/atividade\\_municipal\\_julho\\_a\\_setembro\\_2014.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2932/atividade_municipal_julho_a_setembro_2014.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2014). *Informação à Assembleia Municipal da Atividade Municipal (outubro e novembro)*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2933/atividade\\_municipal\\_outubro\\_e\\_novembro\\_2014.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2933/atividade_municipal_outubro_e_novembro_2014.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2014). *Informação à Assembleia Municipal da Atividade Municipal (dezembro de 2014 e janeiro e fevereiro do ano 2015)*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2924/atividade\\_municipal\\_dezembro\\_a\\_fevereiro\\_2015.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2924/atividade_municipal_dezembro_a_fevereiro_2015.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2015). *Informação à Assembleia Municipal da Atividade Municipal (fevereiro e abril de 2015)*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2925/atividade\\_municipal\\_fevereiro\\_a\\_abril\\_2015.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2925/atividade_municipal_fevereiro_a_abril_2015.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2015). *Informação à Assembleia Municipal da Atividade Municipal (abril a junho 2015)*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2926/atividade\\_municipal\\_abril\\_a\\_junho\\_2015.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2926/atividade_municipal_abril_a_junho_2015.pdf). [última consulta: junho 2020]

vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer\_file/document/2926/atividade\_municipal\_abril\_a\_junho\_2015.pdf. [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2015). *Informação à Assembleia Municipal da Atividade Municipal (julho a setembro de 2015)*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer\\_file/document/2927/atividade\\_municipal\\_julho\\_a\\_setembro\\_2015.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer_file/document/2927/atividade_municipal_julho_a_setembro_2015.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2015). *Informação à Assembleia Municipal da Atividade Municipal (outubro e novembro de 2015)*. Disponibilidade: [https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer\\_file/document/2928/atividade\\_municipal\\_outubro\\_e\\_novembro\\_2015.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer_file/document/2928/atividade_municipal_outubro_e_novembro_2015.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2015). *Informação do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal. (dezembro de 2015 a fevereiro de 2016)*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer\\_file/document/2918/atividade\\_municipal\\_dezembro\\_2015\\_a\\_fevereiro\\_2016.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer_file/document/2918/atividade_municipal_dezembro_2015_a_fevereiro_2016.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2016). *Informação da atividade do Executivo Municipal, (março a abril de 2016)*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer\\_file/document/2919/atividade\\_municipal\\_marco\\_a\\_abril\\_2016.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer_file/document/2919/atividade_municipal_marco_a_abril_2016.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2016). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 29 de abril de 2016 e 23 de junho de 2016. (abril e junho de 2016)*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer\\_file/document/2920/atividade\\_municipal\\_junho\\_2016.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer_file/document/2920/atividade_municipal_junho_2016.pdf). [última consulta: junho 2020].

Município de Vila Nova de Cerveira. (2016). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 24 de junho de 2016 e 31 de agosto de 2016. (junho e agosto)*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer\\_file/document/2921/atividade\\_municipal\\_junho\\_a\\_agosto\\_2016.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer_file/document/2921/atividade_municipal_junho_a_agosto_2016.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2016). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 02 de setembro e 17 de novembro de 2016. (setembro e novembro de 2016)*

Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2922/atividade\\_municipal\\_\\_\\_setembro\\_a\\_novembro\\_2016.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2922/atividade_municipal___setembro_a_novembro_2016.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2017). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 19 de novembro de 2016 e 17 de fevereiro de 2017.* (novembro 2016 a fevereiro 2017). Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2923/atividade\\_municipal\\_novembro\\_2016\\_a\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2923/atividade_municipal_novembro_2016_a_fevereiro_2017.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2017). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 18 de fevereiro de 2017 a 7 de abril de 2017.* Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2914/atividade\\_municipal\\_\\_\\_fevereiro\\_a\\_abril\\_2017.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2914/atividade_municipal___fevereiro_a_abril_2017.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2017). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 08 de abril de 2017 a 30 de junho de 2017.* Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2915/atividade\\_municipal\\_\\_\\_abril\\_a\\_junho\\_2017.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2915/atividade_municipal___abril_a_junho_2017.pdf). [última consulta: junho 2020].

Município de Vila Nova de Cerveira. (2017). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 01 de julho de 2017 a 15 de junho de 2017.* Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2916/atividade\\_municipal\\_\\_\\_julho\\_a\\_setembro\\_2017.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2916/atividade_municipal___julho_a_setembro_2017.pdf). [última consulta: junho 2020].

Município de Vila Nova de Cerveira. (2017). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 16 de setembro de 2017 e 30 de novembro de 2017. (setembro e novembro de 2017).* Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2917/atividade\\_municipal\\_\\_\\_setembro\\_a\\_novembro\\_2017.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2917/atividade_municipal___setembro_a_novembro_2017.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2017). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 01 de dezembro de 2017 e 02 de fevereiro de 2018.* Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2908/atividade\\_municipal\\_\\_\\_dezembro\\_2017\\_a\\_fevereiro\\_2018.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2908/atividade_municipal___dezembro_2017_a_fevereiro_2018.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2017). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 03 de fevereiro de 2017 e 27 de abril de 2018*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2909/atividade\\_municipal\\_\\_\\_marco\\_a\\_abril\\_2018.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2909/atividade_municipal___marco_a_abril_2018.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2018). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 28 de abril e 29 de junho de 2018*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2910/atividade\\_municipal\\_\\_\\_maio\\_a\\_junho\\_2018.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2910/atividade_municipal___maio_a_junho_2018.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2018). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 30 de junho a 14 de setembro de 2018*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2911/atividade\\_municipal\\_\\_\\_junho\\_a\\_setembro\\_2018.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2911/atividade_municipal___junho_a_setembro_2018.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2018). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 14 de setembro de 2018 a 14 de dezembro de 2018. (setembro a dezembro de 2018)*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2912/atividade\\_municipal\\_\\_\\_setembro\\_a\\_dezembro\\_2018.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2912/atividade_municipal___setembro_a_dezembro_2018.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2018). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 14 de dezembro de 2018 a 22 de fevereiro de 2019*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2905/atividade\\_municipal\\_\\_\\_janeiro\\_a\\_fevereiro\\_2019.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2905/atividade_municipal___janeiro_a_fevereiro_2019.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2019). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 23 de fevereiro e 12 de abril de 2019. (janeiro a fevereiro de 2019)*. Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer\\_file/document/2906/atividade\\_municipal\\_\\_\\_fevereiro\\_a\\_abril\\_2019.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cm-vncerveira/uploads/writer_file/document/2906/atividade_municipal___fevereiro_a_abril_2019.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2019). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 12 de abril e 27 de junho de 2019*. Disponível em: <https://www.cm->

vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer\_file/document/2907/atividade\_municipal\_\_\_abril\_a\_junho\_2019.pdf. [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2019). *Informação da atividade do Executivo Municipal. Período entre 28 de junho a 27 de setembro de 2019.* (junho a setembro de 2019). Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer\\_file/document/2950/atividade\\_municipal\\_de\\_28\\_de\\_junho\\_a\\_27\\_de\\_setembro\\_2019.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer_file/document/2950/atividade_municipal_de_28_de_junho_a_27_de_setembro_2019.pdf). [última consulta: junho 2020]

Município de Vila Nova de Cerveira. (2017). *Linhas estratégicas para um concelho com futuro no horizonte 2030.* Disponível em: [https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer\\_file/document/2315/Linhas\\_Estrat\\_gicas\\_para\\_um\\_Concelho\\_com\\_Futuro\\_no\\_Horizonte\\_2030.pdf](https://www.cm-vncerveira.pt/cmvcerveira/uploads/writer_file/document/2315/Linhas_Estrat_gicas_para_um_Concelho_com_Futuro_no_Horizonte_2030.pdf). [última consulta: junho 2020]

## **Bibliografia**

Anguerra, M.T. (1997). *Metodologia de la observacion en las ciências humanas* (6ª ed.). Madrid: Ediciones Cátedra.

Alonso-Ibáñez, M.R. (2017). La explotación turística del Camino de Santiago. In Asociación Hispania Nostra (org). *Turismo Cultural: Ventajas e inconvenientes para el Patrimonio* (pp.1-8). Málaga: 2017.

Alves, S.M.P.P. (2012). *A Antevisão do Peregrino na Iconografia de São Tiago no Caminho Português de Santiago entre Viseu e Chaves: Subsídios para a criação de uma rota turística – Volume I.* (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Portuguesa, Viseu. Consultado em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15849/1/Iconografia%20de%20S%C3%A3o%20Tiago%20no%20Caminho.vol.I.Sandra%20Alves.pdf>

Antunes. Â.I.L. (2016). *Caminhar na era tecnológica em direção a Santiago de Compostela: Estudo do uso de uma app por parte dos peregrinos.* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior Politécnico de Viseu, Viseu. Consultado em: [https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/3322/1/Projeto\\_%c3%82ngela\\_Antunes.pdf](https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/3322/1/Projeto_%c3%82ngela_Antunes.pdf)



- Bastos, S. A.F.C. (2012). *Guião interpretativo da geologia do Caminho de Santiago (Caminho Central Português: Porto – Santiago de Compostela)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga. Consultado em: [http://www.dct.uminho.pt/mest/pgg/docs/tese\\_bastos.pdf](http://www.dct.uminho.pt/mest/pgg/docs/tese_bastos.pdf)
- Campelo, Á., Rego, A., Carlos, A., Deolinda, C., Magalhães, I., & Marques, J. (2017). *Caminho Português da Costa: Estudos*. Porto, [etc.]: Câmara Municipal do Porto.
- Donaire, A.J. (2012). *Turismo Cultural. Entre la Experiencia y el ritual*. (2ª ed.). Bellcaire d'empordà: Edicions Vitel.la.
- Feijó, E.J.T. (2011). Discursos contemporâneos e práticas culturais dominantes sobre Santiago e o Caminho: a invisibilidade da cultura como hipótese. In Lourenço A. A. & Silvestre, O, M. (coords.), *Literatura, espaço, cartografias*, Coimbra, Centro de Literatura Portuguesa/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 391- 449.
- Freitas, C. & Prodanov, C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico*. [PDF]. Consultado em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>.
- Gil, A. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4ª edição). São Paulo: Atlas S.A.
- Du Cros, H. & Mckercher, B. (2015). *Cultural Tourism*. (2ª ed.). New York: Routledge.
- Duarte, A.C.F. (2016). *Caminhos de Santiago: o Caminho Português como fator de desenvolvimento turístico no concelho de Barcelos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra. Consultado em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/87059/2/165050.pdf>.
- Freitas, D.G.d. (2018). *Impactos do Caminho de Santiago em Chaves: perspetiva Cultural*. (Dissertação de Mestrado) Universidade do Minho, Braga. Consultado em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/59783/1/Deolinda%20Gon%C3%A7alves%20de%20Freitas.pdf>.
- Gomes, L.E. (2012). *Olhares sobre o património: uma etnografia do Caminho de Santiago Português*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra. Consultado em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/25954>.

Gomes, L.E. (2017). *Os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela – O Património em Processo*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Coimbra, Coimbra. Consultado em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/79392>

Gonçalves, F.J.B. (2012). *Plano de interpretação dos Caminhos de Santiago no Centro Histórico de Barcelos*. Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo. Consultado em: [http://repositorio.ipv.pt/bitstream/20.500.11960/1337/1/Francisco\\_Goncalves.pdf](http://repositorio.ipv.pt/bitstream/20.500.11960/1337/1/Francisco_Goncalves.pdf)

Howard, P. (2003). *Heritage: management, interpretation, identity*. (1<sup>st</sup> ed.). London: Continuum International Publishing.

Köhler, A. F. & Durand, J.C. (2008). Turismo Cultural: Conceituação, fontes de crescimento e tendências. *Turismo-Visão e Ação* (9),185-198. Consultado em: [https://www.researchgate.net/publication/277091129\\_Turismo\\_cultural\\_conceituacao\\_fontes\\_de\\_crescimento\\_e\\_tendencias](https://www.researchgate.net/publication/277091129_Turismo_cultural_conceituacao_fontes_de_crescimento_e_tendencias).

Kripta, R.M.L., Scheller, M. & Bonotto, D.d.L. (2015). Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa/Documentary Research: consideration of concepts and features on Qualitative Research. In Costa, A.P., Porto, C. Tuzzo, S. & Linhares R.N. (eds). *Atas - Investigação Qualitativa nas Ciências Sociais* (pp.243-247). Aracaju: Universidade Tirantes.

Leal, B.D. (2015). *O Planeamento Estratégico na Administração Pública – A importância da sua implementação*. (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Gestão, Lisboa. Consultado em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22011/1/Dissertacao\\_Beatriz%20Leal.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22011/1/Dissertacao_Beatriz%20Leal.pdf).

Lester, B. (2015). *La (re)imaginación de una ruta milenaria: El Camino de Santiago en el modelaje de una espiritualidade moderna*. Colby College, Watterville. (Dissertação de mestrado). Consultado em: <https://digitalcommons.colby.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1785&context=honorstheses>.

López,L.C. (2005). *Planificación Estratégica. Guía para entidades sin ánimo de lucro que prestan servicios de inserción sociolaboral*. [pdf]. Consultado em: [http://www.kalidadea.org/kompartiendo/kompartedocumentos/calidad/3.planificacion\\_estrategica%20CIDEAL.pdf](http://www.kalidadea.org/kompartiendo/kompartedocumentos/calidad/3.planificacion_estrategica%20CIDEAL.pdf).

Marques, J. (2006). Os santos dos caminhos portugueses. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, (7), pp. 243-262. Consultado em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/3772/3527>.

Martinho, A.P. (2014). *Turismo Cultural e religioso: o Caminho de Santiago no concelho de Vouzela. (Relatório de Estágio)*. Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra. Consultado em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/16625/2/TESE.pdf>.

Martin-Duque, C. (2017). Los impactos del turismo en el Camino de Santiago Francés: una aproximación cualitativa. *Methados. Revista de Ciencias Sociales*, 5 (1): pp. 62-73. Consultado em: <http://dx.doi.org/10.17502/m.rcs.v5i1.155>.

Martins, O. (2020). *Património Cultural-Realidade viva*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Marujo, N. (2015). O Estudo Académico do turismo cultural. *Revista Turismo y Desarrollo Local* (8), pp.1-18. Consultado em: [https://www.researchgate.net/publication/290997938\\_O\\_ESTUDO\\_ACADEMICO\\_DO\\_TURISMO\\_CULTURAL](https://www.researchgate.net/publication/290997938_O_ESTUDO_ACADEMICO_DO_TURISMO_CULTURAL).

Mendes, A.C. (2009). *Peregrinos a Santiago de Compostela. Uma etnografia do Caminho Português*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa, Lisboa. Consultado em: <https://core.ac.uk/reader/12420674>.

Moreno, H. (1986). Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*,(3), pp.77-89. Consultado em: <file:///C:/Users/aines/Downloads/5824-18846-1-PB.pdf>.

Nadais, C.D.F. (2010). *O turismo e os territórios da Espiritualidade. Os caminhos de Santiago em Portugal*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra. Disponível em: [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15370/1/Disserta%20mestrado\\_Catarina%20Nadais.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15370/1/Disserta%20mestrado_Catarina%20Nadais.pdf).

Pazos-Justo, C., Del Río, M. & Samartim, R. (2018). Reinventio e unanimidade. Impacto das políticas culturais e turísticas na Comunidade local de Santiago de Compostela. *SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades*, (30), pp. 233-256. Consultado em: <http://hdl.handle.net/1822/57465>.

Pereiro, X., & Fernandes, F. (2018). *Antropologia e Turismo: Teorias, métodos e prazis*. Tenerife: R. PASOS Ed.

Pérez, X.P. (2001). Patrimonialização e Transformação das Identidades Culturais. In Portela, J. E Caldas, C.C (org.). I Congresso de Estudos Rurais. (pp.231-247). Vila Real: Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.

Richards, G. (2018). Cultural Tourism: A review of recent research and trends. In *Journal of Hospitality and Tourism Management, volume, (36)*, (pp.12-21). Consultado em: [https://www.researchgate.net/publication/326247209\\_Cultural\\_Tourism\\_A\\_review\\_of\\_recent\\_research\\_and\\_trends](https://www.researchgate.net/publication/326247209_Cultural_Tourism_A_review_of_recent_research_and_trends).

Richards, G. (2003). What is Cultural Tourism?. In van Maaren, A. (ed.), *Erfgoed voor Toerisme, Weesp: Nationaal Contact Monumenten*. (1-15). Consultado em: [https://www.researchgate.net/publication/324031354\\_What\\_is\\_Cultural\\_Tourism](https://www.researchgate.net/publication/324031354_What_is_Cultural_Tourism).

Silva, J.F.M. (2017). Caminho de Santiago: Perspetivas sobre a gestão e valorização patrimonial – do Porto a Valença do Minho. (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. Consultado em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15547/1/joana\\_martins\\_silva\\_diss\\_mestrado.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15547/1/joana_martins_silva_diss_mestrado.pdf).

Silva, J.A. d. (2004). Caminhos de Santiago: Uma Europa peregrina. *Theologica, Volume,,(39)*, pp. 331-357. Consultado em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12690/1/silva.pdf>

Solla, X.M.S. (2006). El camino de Santiago: turistas y peregrinos hacia Compostela. *Cuadernos de turismo, Volume, (18)*, (pp.135-150). Consultado em: <https://revistas.um.es/turismo/article/view/17791/17171>.

Sousa, B., Casais, B., Malheiro, A., & Simões, C. (2017). A experiência e o marketing turístico em contextos religiosos e de peregrinação: o caso ilustrativo dos Caminhos de Santiago. *Revista Turismo & Desenvolvimento, N.º (27/28)*. pp. 789 - 800.

Timothy, D.J & Nyaupane, G.P. (Eds.). (2009). *Cultural heritage and tourism in the developing world: A regional perspective*. Abingdon: Routledge.

## **Webgrafia**

Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial – Galiza/Norte de Portugal. Consultado em:

<https://www.gnpaect.eu/portal-transfronterizo/views/gnpaect/contentsManagement.xhtml?menu=ORG>. [última Consulta: 01/04/2020].

Área Metropolitana do Porto. Atribuições. Consultado em: [http://portal.amp.pt/pt/1/ampa/5#FOCO\\_1](http://portal.amp.pt/pt/1/ampa/5#FOCO_1). [última consulta: 18/02/2020].

Câmara de Viana do Castelo (2017). Município apresentou projeto de valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa [Notícia]. Consultado em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/noticias/camara-municipal-apresentou-projeto-de-valorizacao-dos-caminhos-de-santiago-caminho-portugues-da-costa>. [última consulta: junho 2020].

Câmara de Vila Nova de Cerveira. Clube Celtas do Minho. Consultado em: <https://www.cmvncerveira.pt/pages/224>. [última Consulta: 01/04/2020].

Council of Europe. (2020). Members of the Enlarged Partial Agreement on Cultural Routes. Consultado em: <https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/epa-member-states>. [última consulta: junho 2020].

Caminhos de Santiago: Caminho Português da Costa. Consultado em: <http://www.caminhoportuguesdacosta.com/pt/peregrinos/roteiro/criar/667934749>. [última consulta: junho 2020].

Comissão de Coordenação Direção Regional do Norte. Missão. Consultado em: <https://www.ccdr-n.pt/institucional/apresentacao/missao> [última consulta em: 17/02/2020]

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. Consultado em: <http://www.cim-altominho.pt/gca/?id=343>. [última consulta: 18/02/2020].

Comissão Nacional da UNESCO. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Consultado em: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/>. [última Consulta: julho 2020].

DGAEP. Organização da administração do Estado. Consultado em: <https://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=a5de6f93-bfb3-4bfc-87a2-4a7292719839&men=i>. [última consulta: junho 2020].

Diário da República, 2ª série – N° 175 – 11 de setembro de 2014. Parte H. Consultado em: <http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/2371423719.pdf>. [última consulta em:18/02/2020].

Direção-Geral do Património Cultural. Consultado em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/quem-somos/>. [última consulta: 02/05/2020].

Direção Regional da Cultura do Norte. Apresentação. Consultado em: <http://culturanorte.gov.pt/pt/drcn/apresentacao/>. [última consulta: 02/05/2020].

Durand,J.(2005). Patrimónios/Patrimônios. Consultado em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5367>. [última consulta: junho 2020].

Fraternidad Internacional del Camino de Santiago. Consultado em:

<https://www.ficscaminodesantiago.com/>. [última consulta: 16/05/2020].

Hidria (2015). *Estudo do Traçado do Caminho Português*. Consultado em: <https://www.eixoatlantico.com/pt/servico-publico/biblioteca>. [última consulta: julho 2020].

ICOMOS. Consultado em: <https://www.icomos.org/en>. [última Consulta: 01/04/2020].

ICOM-Portugal. Consultado em: <https://icom-portugal.org/icom-portugal-quem-somos/icom-internacional/> [última Consulta: 01/04/2020].

Naturbarroso (2015). *Estudo de caracterização e justificação histórica do traçado do Caminho de Santiago na região transmontana e das necessidades de investimento dos Caminhos de Santiago no Norte de Portugal*. Consultado em: <https://www.eixoatlantico.com/pt/servico-publico/biblioteca>. [última consulta: julho 2020].

Norte 2020. Apresentação do Programa Operacional do Norte. Consultado em:

<https://norte2020.pt/programa/apresentacao>. [última consulta: junho 2020].

Silva, A. & Garcia, R. *Teoria dos Stakeholders e responsabilidade social: algumas considerações para organizações contemporâneas*. Consultado em: [http://acslogos.dominiotemporario.com/doc/TEORIA\\_DOS\\_STAKEHOLDERS\\_E\\_RESPONSABILIDADE\\_SOCIAL.pdf](http://acslogos.dominiotemporario.com/doc/TEORIA_DOS_STAKEHOLDERS_E_RESPONSABILIDADE_SOCIAL.pdf). [última consulta: junho 2020].

Oficina de Acogida al Peregrino. *Estadísticas*. Consultado em: <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas2/>. [última consulta: junho 2020].

Pombo, A. (2016). *Proposal to expand the minimum distance required for awarding of the Compostela to 300 kilometers*. Consultado em: <https://www.ficscaminodesantiago.com/>. [última Consulta: 01/04/2020].

Pordata, Base de dados de Portugal Contemporâneo. Consultado em: <https://www.pordata.pt/Municipios> [última consulta: 02/05/2020].

UNESCO. (2009). *The 2009 UNESCO Framework For Cultural Statistics (FCS)*. Consultado em: [http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/unesco-framework-for-cultural-statistics-2009-en\\_0.pdf](http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/unesco-framework-for-cultural-statistics-2009-en_0.pdf). [última consulta: 02/05/2020].

Santos, M.O.G.d. (2011). *Noções Introdutórias sobre o processo de Planeamento*. Consultado em: [http://home.uevora.pt/~mosantos/download/PlaneamEstrateg\\_TextoApoio\\_11Jul08.pdf](http://home.uevora.pt/~mosantos/download/PlaneamEstrateg_TextoApoio_11Jul08.pdf). [última Consulta: julho 2020].

Santos, M.O.G.d. (2011). *Texto de Apoio sobre planeamento estratégico Aplicado às Organizações sem fins lucrativos*. Consultado em: [http://home.uevora.pt/~mosantos/download/PlaneamEstrategONGS\\_28Jul11.pdf](http://home.uevora.pt/~mosantos/download/PlaneamEstrategONGS_28Jul11.pdf). [última Consulta: julho 2020].

Secretariado Nacional para os Bens da Igreja. Consultado em: <https://www.bensculturais.com/secretariado-nacional/estrutura>. [última consulta: 18/02/2020].

Turismo, I.P. Missão e visão. Consultado em: [http://www.turismodeportugal.pt/pt/quem\\_somos/Organizacao/Missao\\_Visao/Paginas/default.aspx](http://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/Organizacao/Missao_Visao/Paginas/default.aspx) [última consulta em:17/02/2020].

UNWTO. Tourism and Culture. Consultado em: <https://www.unwto.org/es/tourism-and-culture?fbclid=IwAR1bwrHko6k3rOLbqjyvCqskhyLgIRJ190MbPiITeROnE4e1fqWGrzVTub0>. [última consulta: junho 2020].

Xunta de Galicia. *O Camiño Portugués da Costa*. Consultado em: <https://www.caminodesantiago.gal/gl/planifica/as-rutas/camino-portugues-da-costa>. [última consulta: junho 2020].

Xunta da Galiza. *Plan Diretor y Estratégico del Camino de Santiago en Galicia 2015-2021*. Consultado em:

[https://www.turismo.gal/osdam/filestore/1/6/1/9/7\\_ea6b4c1cd5c2132/16197\\_f55ecb4c0306bdd.pdf](https://www.turismo.gal/osdam/filestore/1/6/1/9/7_ea6b4c1cd5c2132/16197_f55ecb4c0306bdd.pdf). [última consulta: junho 2020].

Xunta de Galicia. O presidente no Estatuto de Autonomia. Consultado em: <https://www.xunta.gal/a-presidencia/o-presidente-no-estatuto-de-autonomia> [última consulta: 18/02/2020].

Xunta de Galicia. S.A. de Xestión do Plan Xacobeo. Consultado em: <https://www.turismo.gal/espazo-institucional/xacobeo>. [última consulta: 18/02/2020].

### **Legislação Internacional**

Europe, Council of (2010)53. Establishing an Enlarged Partial Agreement on Cultural Routes.

Europe, Council of (1987). The Santiago de Compostela Declaration.

Galícia, Xunta de (2012). Decreto-Lei nº 196/2012, de 27 de setembro de 2012.

ICOMOS (1976). Charter of Cultural Tourism.

ICOMOS (1999). International Cultural Tourism Charter.

ICOMOS (2008). Carta dos Itinerários Culturais.

### **Legislação Nacional**

Decreto-Lei nº 183/96 de 27 de setembro de 1996.

Decreto-Lei nº 114/2012 de 25 de maio de 2012.

Decreto-lei nº 115/2012 de 25 de maio de 2012.

Decreto-Lei nº 120/2012 de 22 de junho de 2012.

Decreto-Lei nº 128 de 5 de julho de 2013.

Decreto-Lei nº 75/2013 de 3 de setembro de 2013.

Decreto-Lei nº 76/2019 de 17 de abril de 2019.



## Anexos

### Anexo 1 - Compostela



Figura 7 - Compostela conferida à autora da presente dissertação, aquando a realização do CPCPSC, em setembro do ano 2018.

## Apêndices

### Apêndice 1 - Recolha de dados Municipais

Entidade	Documento	Atividade ou serviço	Setor	objetivo	Parcerias
Vila Nova de Cerveira	RA 2016*	Adesão ao Protocolo e Projeto Intermunicipal "valorização dos Caminhos de Santiago - Caminho Português da Costa", para apresentação conjunta a fundos comunitários (...) e posterior candidatura a património mundial da UNESCO." (p.3)	Área Administrativa e Financeira	N/I	N/I
Vila Nova de Cerveira	RA 2017*	Marcação dos 14,4 Km do CPCPSC que passam no concelho (p.6).	Área Administrativa e Financeira	N/I	N/I
Vila Nova de Cerveira	RA 2018*	"De Vila Nova de Cerveira a Santiago de Compostela, a pé e por etapas" (1ª edição). Entre 11 de março a 9 de setembro, o município promoveu a realização do caminho até Santiago de Compostela em 6 etapas, assegurando transporte da partida e regresso (p.8).	Área Social e Desportiva	N/I	N/I
Vila Nova de Cerveira	RA 2018*	"Santiago de Compostela, a pé e por etapas" (2ª edição). «Devido à grande adesão na 1ª edição (...) o Município (...) em parceria com Clube Celtas do Minho, decidiu apresentar a 2ª edição, a decorrer entre agosto a setembro.» (p.9)	Área Social e Desportiva	N/I	Clube Celtas do Minho
Vila Nova de Cerveira	RA 2018*	Festa da História "Rainha Santa Isabel, Rainha Peregrina Jacobeia" (feira medieval) (p.9).	Área Social e Desportiva	N/I	N/I
Vila Nova de Cerveira	RA 2019*	"Sons do Caminho" (ciclo de 7 concertos integrados no Projeto "Valorização dos Caminhos de Santiago - Caminho Português da Costa" (p.3).	Área Social e Desportiva	N/I	N/I

Vila Nova de Cerveira	RA 2019*	Inauguração da exposição fotográfica "Caminho Português da Costa - Em cada passo um sentido" (p.16).	Área Social e Desportiva	N/I	N/I
Vila Nova de Cerveira	RA 2019*	"Santiago de Compostela, a pé e por etapas" (1ª edição anual) (p.15).	Área Social e Desportiva	N/I	N/I
Vila Nova de Cerveira	RA 2019*	"Santiago de Compostela, a pé e por etapas" (1ª edição anual) (p.15).	Área Social e Desportiva	N/I	N/I
Esposende	Programa de Ação para a Sustentabilidade, crescimento e competitividade do Turismo em Esposende (2018-2022)	Aposta nos Caminhos de Santiago, em especial o Caminho Português da Costa. Ações (...) projeto de criação de gastronomia do caminho de Santiago;	Turismo	N/I	N/I
Maia	GOP 2010	"Maia apoia o peregrino" (prestar auxílios aos peregrinos dos caminhos marianos e de santiago em parceria com a Proteção Civil) (s/p).	Saúde Pública	N/I	Proteção Civil
Maia	GOP 2018	Projeto "Valorização dos Caminhos de Santiago: Caminho Português da Costa" (p.168).	Turismo	N/I	N/I
Maia	GOP 2019	Projeto "Valorização dos Caminhos de Santiago: Caminho Português da Costa" (p.175).	Turismo	N/I	N/I
Maia	Relatórios de Gestão 2017	Projeto "Valorização dos Caminhos de Santiago: Caminho Português da Costa" (p.121)	Turismo	N/I	N/I
Maia	Relatórios de Gestão 2018	Projeto "Valorização dos Caminhos de Santiago: Caminho Português da Costa" (p.121)	Turismo	Dinamização do comércio e turismo	N/I
Vila do Conde	GOP 2016	Criação de um albergue de peregrinos no centro da cidade (p.8)	Turismo	N/I	N/I

Vila do Conde	GOP 2017	Beneficiações das rotas do Caminho de Santiago, nomeadamente Colocação de sinalética e construção de um centro de cidade (p.8)	Turismo	N/I	N/I
Vila do Conde	RA 2015*	Marcação institucional do Caminho Português da Costa (p.6)	Gabinete de Arqueologia	N/I	N/I
Vila do Conde	RA 2015*	Promoção na Agrossemana com vários filmes e materiais promocionais, entre os quais o caminho de Santiago (p.25)	Serviços de Turismo	N/I	N/I
Vila do Conde	RA 2016	Abertura do Albergue de Santa Clara (p.23)	Gabinete de Arqueologia	N/I	N/I
Vila do Conde	RA 2016	Preparação e entrega da candidatura ao aviso Norte 14-2016-03, candidatura em rede que irá trabalhar no desenvolvimento do Caminho da Costa (p.22)	Gabinete de Arqueologia	Desenvolvimento do CPCPSC	10 municípios que integram o projeto intermunicipal
Vila do Conde	RA 2016	Presença na Agrossemana, promoção do Caminho de Santiago com vídeos e outros materiais promocionais (p.26)	Turismo	N/I	N/I
Vila do Conde	RA 2016	Exposição de Pintura "Caminhos de Santiago" de António Carvalho, no Auditório Municipal (p.12)	Auditório Municipal	N/I	N/I
Vila do Conde	RA 2016	Celebração dos 500 anos do Foral Novo de Vila do Conde com representação teatral da passagem de D. Manuel I a caminho de Santiago de Compostela (p.12)	N/I	N/I	N/I
Vila do Conde	RA 2016	Obtenção do apoio Comunitário do projeto Valorização dos Caminhos de Santiago - Caminho Português da Costa (p.13)	Gabinete de Arqueologia	N/I	10 municípios que integram o projeto intermunicipal
Vila do Conde	RA 2017*	Lançamento do concurso público para a marcação do CPCPSC (p.17).	Serviço de Arqueologia	Melhoria da oferta para peregrinos.	N/I

Vila do Conde	RA 2017*	Apresentação de algumas ações conjuntas dos municípios relativas ao CPCPSC, como o <i>site</i> , aplicação interativa, folhetos, publicações, entre outros (p.9).	Serviço de Arqueologia	N/I	N/I
Vila do Conde	RA 2017*	Apresentação do livro " <i>Caminhos Portugueses de Peregrinação - O Caminho Português do Litoral</i> " por Carlos Brochado de Almeida e Pedro Brochado de Almeida (p.12).	Biblioteca Municipal	N/I	N/I
Vila do Conde	RA 2017*	Presença e promoção na Agrossemana de Vila do Conde, entre os quais o CS (p.25)	Turismo	N/I	N/I
Vila do Conde	RA 2018*	Melhoramento das condições no Albergue de Santa Clara (p.15).	Serviço de Arqueologia	N/I	N/I
Vila do Conde	RA 2018*	Disponibilização de material e ferramentas de informação sobre o Caminho Português da Costa, tais como sites, folhetos e outros (p.67).	Serviço de Arqueologia	N/I	N/I
Vila do Conde	RA 2018*	Lançamento do livro " <i>Caminho Português da Costa. Estudos</i> " em Vila Nova de Cerveira (p.35)	Serviço de Arqueologia	N/I	10 municípios do projeto intermunicipal
Vila do Conde	RA 2018*	Congresso Internacional Caminhos de Santiago e o seu impacto no Turismo do Norte de Portugal e da Galiza, no fórum da Maia (p.36).	Serviço de Arqueologia	N/I	N/I
Matosinhos	PA 2010	Recriação histórica "Os Hospitalários no Caminho de Santiago" (p.48)	Cultura	Animação cultural e promoção dos CS	N/I
Matosinhos	PA 2010	Promoção e apresentação em vários certames: BTL; Essência do Vinho; IMOBITUR; SIL; Expogalaecia; Vida Natura, entre eles as tradicionais peregrinações (p.21)	Turismo	N/I	N/I
Matosinhos	PA 2011	Sinalização de alguns monumentos e imóveis, bem como os troços relacionados com o Caminho de Santiago (p.29)	Cultura e Animação	Divulgação patrimonial e turística dos reemergentes CS	N/I

Matosinhos	PA 2011	"Os hospitalários no Caminho de Santiago" (Feira medieval) (p.29)	Cultura e Animação	Divulgação patrimonial e turística dos reemergentes CS	N/I
Matosinhos	PA 2012	"Os hospitalários no Caminho de Santiago" (Feira medieval) (p.29)	Cultura e Animação	Divulgação patrimonial e turística dos reemergentes CS	N/I
Matosinhos	PA 2013	"Os hospitalários no Caminho de Santiago" (Feira medieval) (p.29)	Cultura e Animação	Divulgação patrimonial e turística dos reemergentes CS	N/I
Matosinhos	PA 2013	Lenda <i>Cayo Carpo</i> (encenação histórica sobre lenda que justifica a relação da vieira e devoção a Santiago na região)	Cultura e Animação	N/I	N/I
Matosinhos	PA 2014	Encenação da Lenda de <i>Cayo Carpo</i> (p.48).	Cultura e Animação	N/I	N/I
Matosinhos	PA 2014	Recriação histórica "Os Hospitalários no Caminho de Santiago" (p.48)	Cultura e Animação	N/I	N/I
Matosinhos	PA 2015	Encenação da Lenda de <i>Cayo Carpo</i> (p.25).	Cultura e Animação	N/I	N/I
Matosinhos	PA 2015	Recriação histórica "Os Hospitalários no Caminho de Santiago" (p.48)	Cultura e Animação	N/I	N/I
Matosinhos	PA 2016	Encenação da Lenda de <i>Cayo Carpo</i> (p.49)	Cultura e Animação	N/I	N/I
Matosinhos	PA 2016	Recriação histórica "Os Hospitalários no Caminho de Santiago" (p.48)	Cultura e Animação	N/I	N/I
Matosinhos	PA 2017	Encenação da Lenda de <i>Cayo Carpo</i> (p.35).	Cultura e Animação	N/I	N/I
Matosinhos	PA 2017	Recriação histórica "Os Hospitalários no Caminho de Santiago" (p.48)	Cultura e Animação	N/I	N/I
Matosinhos	PA 2018	Produção de materiais e suportes promocionais relacionados com o Caminho de Santiago (p.16).	Turismo	Desenvolver e rentabilizar os produtos turísticos	N/I
Matosinhos	PA 2018	Recriação histórica "Os Hospitalários no Caminho de Santiago" (p.28)	Cultura e Animação	Aumentar a oferta cultural	N/I

Matosinhos	PA 2019	Recriação histórica "Os Hospitalários no Caminho de Santiago" (p.28)	Cultura e Animação	Aumentar a oferta cultural	N/I
Matosinhos	RA 2010	Promoção da BTL dos vários produtos, entre eles o Caminho de Santiago (p.83)	Turismo	N/I	TPNP
Matosinhos	RA 2010	V Edição dos "Hospitalários do Caminho de Santiago" (pp.87 e 88).	Cultura e Animação	N/I	N/I
Matosinhos	RA 2010	Promoção no Clip Colégio Luso Internacional do Porto com material promocional, entre eles a recriação "Os hospitalários do Caminho de Santiago"(p.86).	Turismo	N/I	N/I
Matosinhos	RA 2010	Conferência sobre os CS (p.89)	Turismo	N/I	N/I
Matosinhos	RA 2011	Encontro Internacional sobre os CS (p.41)	Cultura	Divulgação do património e memória	N/I
Matosinhos	RA 2011	VI Edição d'Os Hospitalários do Caminho de Santiago" (p.42)	Animação Cultural	Promoção dos CS no concelho de Matosinhos	N/I
Matosinhos	RA 2012	Participação em comissões municipais e intermunicipais, nomeadamente no grupo intermunicipal do Caminho de CS (p.57)	Gabinete Municipal de Arqueologia e História	Divulgação do património e da memória histórica.	N/I
Matosinhos	RA 2012	Recriação histórica "Os Hospitalários no Caminho de Santiago" (p.63))	Gabinete Municipal de Arqueologia e História	Divulgação do património e da memória histórica	N/I
Matosinhos	RA 2013	"Os hospitalários no Caminho de Santiago" (p.94)	Gabinete Municipal de Arqueologia e História	Divulgação e desenvolvimento dos CS	N/I
Matosinhos	RA 2013	1ª edição da recreação da lenda de <i>Cayo Carpo</i> (p.95)		N/I	N/I
Matosinhos	RA 2014	Os Hospitalários do Caminho de Santiago (p.95).	Gabinete Municipal de Arqueologia e História	N/I	N/I
Matosinhos	RA 2014	2º recreação da lenda do <i>Cayo Carpo</i> (p.92).	Gabinete Municipal de Arqueologia e História	N/I	N/I

Matosinhos	RA 2014	Participação num grupo Intermunicipal do Caminho de CS (p.88).	Gabinete Municipal de Arqueologia e História	N/I	N/I
Matosinhos	RA 2015	Evento "Os Hospitalários no Caminho de Santiago" (p.74).	Gabinete Municipal de Arqueologia e História	N/I	N/I
Matosinhos	RA 2015	Encenação histórica da lenda do Cayo Carpo (p.74).	Gabinete Municipal de Arqueologia e História	N/I	N/I
Matosinhos	RA 2015	Participação em comissões municipais e intermunicipais, nomeadamente no grupo intermunicipal do CS (p.57).	N/I	N/I	N/I
Matosinhos	RA 2016	Parceria no Projeto "Valorização dos Caminhos de Santiago - Caminho Português da Costa" (p.40)	Departamento de Projetos especiais	N/I	N/I
Matosinhos	RA 2016	Encenação histórica da lenda do <i>Cayo Carpo</i> (p.74).	Departamento da cultura e animação	N/I	N/I
Matosinhos	RA 2016	Os Hospitalários do Caminho de Santiago (p.74).	Departamento da cultura e animação	N/I	N/I
Matosinhos	RA 2016	Participação na candidatura intermunicipal ao Norte 2020, envolvendo 10 municípios para a valorização do Caminho de Santiago de Compostela (p.75)	Gabinete Municipal de Arqueologia e História	N/I	10 municípios do projeto intermunicipal
Matosinhos	RA 2017	Encenação histórica da lenda do Cayo Carpo (p.36).	Cultura e Animação	N/I	N/I
Matosinhos	RA 2017	Recriação histórica "Os Hospitalários no Caminho de Santiago" (p.48)	Cultura e Animação	N/I	N/I
Matosinhos	RA 2017	Participação no grupo intermunicipal do CS. (p.37)	Gabinete Municipal de Arqueologia e História	N/I	N/I
Viana do Castelo	PA 2015	Incentivo dos parceiros regionais e locais na valorização e identificação do Caminho de Santiago pela Costa (p.8).	N/I	Colocar Viana do Castelo na rota dos fluxos turísticos do Norte de Portugal e destinos turísticos de excelência.	N/I



Viana do Castelo	PA 2016	"A valorização do Caminho de Santiago pela Costa será reforçada com a Galiza e outros municípios vizinhos, desempenhando um papel relevante no Turismo Cultural e religioso" (p.8)	N/I	N/I	N/I
Viana do Castelo	PA 2017	"Após aprovação, Viana do Castelo vai liderar o programa de intervenções do projeto cultural, financiado e aprovado pelo Norte 2020, o Caminho da Costa" (p.8).	Cultura e Património	N/I	N/I
Viana do Castelo	PA 2018	Projeto Caminho de Santiago pela Costa (p.7)	Cultura e Património	N/I	N/I
Viana do Castelo	PA 2019	Valorização e proteção do litoral vianense, nomeadamente a continuação e afirmação dos CS pela Costa (p.6).	Cultura e Património	N/I	N/I
Viana do Castelo	RA 2015	Intervenções arqueológicas: trabalhos para o Caminho de Santiago (p.11)	Serviços de Gabinete de Arqueologia	N/I	N/I
Viana do Castelo	RA 2017	Implementação do Projeto de Valorização do Caminho Português da Costa (p.31).	Serviços de Gabinete de Arqueologia	N/I	N/I
Viana do Castelo	RA 2017	Tratamento de 6 413 elementos materiais e respetiva inventariação, no âmbito do projeto de Valorização do Caminho Português da Costa (p.31).	Serviços de Gabinete de Arqueologia	N/I	N/I
Viana do Castelo	RA 2018	Preparação de conteúdos para o Centro de Interpretação do Caminho Português da Costa (p.34).	Serviços de Gabinete de Arqueologia	N/I	N/I

\*Relatórios Trimestrais. Para evitar duplicação de atividades ou serviços, sempre que identificadas só foram contabilizadas uma vez.

N/I: Não Identificado

**Tabela 10 - Recolha de dados municipais**

Fonte: elaboração própria.

## Apêndice 2 - Recolha de dados Não Municipais

Entidade	Documento	Atividade, projeto ou serviço	Objetivo	Parcerias
DGPC	RA 2015	«Participação de um técnico superior não prevista na Planos de atividades no grupo de trabalho informal relativo ao Caminho de Santiago» (p.60)	N/I	N/I
DGPC	RA 2016	«apoio técnico à candidatura Caminhos de Santiago» (p.97)	N/I	N/I
Turismo, I.P	RA 2012	I Encontro Internacional de Turismo Religioso (Com 1 vertente de seminário e outra de criação de contatos) (p.59)	Reforçar a competitividade dos destinos, dos produtos, das empresas de turismo; afirmar a identidade do Turismo de Portugal como organização modelador da Administração pública, centrado no cliente e no progresso.	N/I
Turismo, I.P	RA 2013	II Encontro Internacional de Turismo Religioso, onde se abordaram os Caminhos de Santiago e Marianos; (Com 1 vertente de seminário e outra de criação de contatos). (p.59)	Afirmar a identidade do Turismo de Portugal como organização modelador da Administração pública, centrado no cliente e no progresso	N/I
Turismo, I.P	PA 2014	Roteiros Turísticos: Caminhos de Santiago, celebração de Acordo de Coedição em conferência Episcopal (p.30).	N/I	N/I
Turismo, I.P	PA 2014	«Caminho Português de Santiago - Concertação da metodologia para a definição do Caminho de Santiago Português para definição do Caminho, itinerário e formas de comunicação» (p.59)	Criar e desenvolver produtos que atraiam e respondam à procura dos clientes; Contribuir para a prossecução dos objetivos do PENT.	Agentes do Turismo; Secretário Nacional dos Bens da Igreja Católica (SNBIC); ERT's e agentes turísticos.
Turismo, I.P	RA 2014	Tradução dos Roteiros Turísticos do Caminho de Santiago (p.23)		N/I

Turismo, I.P	RA 2014	Celebração do Acordo de Coedição para a produção dos roteiros turísticos <i>Caminhos de Fé</i> , no qual consta o Caminho de Santiago (p.23)	Criar e desenvolver produtos que atraiam e respondam à procura dos clientes; contribuir para a prossecução dos objetivos do PENT	SNBCI
Turismo, I.P	RA 2014	6 reuniões no âmbito dos Caminho de Santiago com parceiros regionais para acompanhamento de projetos em curso (p.23)		N/I
Turismo, I.P	RA 2014	2 reuniões com o Xacobeo - Xunta da Galiza, para 1 desenvolvimento de parceria na valorização cultural e turística do Caminho (p.23)		Xacobeo
Turismo, I.P	RA 2014	1 reunião com a DGPC para tentar uma articulação nos âmbitos dos itinerários do Conselho da Europa (p,23)		DGPC
Turismo, I.P	PA2015	«Desenvolvimento do Projeto valorização turística do Caminho Português de Santiago.» (p.29).	Contribuir para a prossecução dos objetivos do PENT; desenvolver destinos turísticos acessíveis e sustentáveis.	Turismo da Galiza; Xacobeo; ERT'S Norte, Centro e Lisboa.
Turismo, I.P	PA 2017	«Desenvolvimento de uma oferta turística associada à espiritualidade, nomeadamente do Caminho Português de Santiago e os Caminhos Marianos.» (p.25)	N/I	N/I
Turismo, I.P	RA 2017	Participação no grupo de trabalho com a DGPC para elaboração de 1 proposta de Decreto-lei, para a criação de uma marca certificada para os itinerários do Caminho Português de Santiago.	N/I	DGPC
Turismo, I.P	PA 2018	Desenvolvimento de uma oferta turística associada à espiritualidade, nomeadamente do Caminho Português de Santiago e os Caminhos Marianos (p.26).	N/I	N/I
Turismo, I.P	PA 2019	Projeto Caminhos da Fé: conclusão do carregamento de conteúdos no <i>website</i> , capacitação de empresas e implementação da certificação do Caminho Português de Santiago em Portugal (s/p).	valorização do território; Operacionalização: estruturação da oferta turística, baseado em roteiros temários com forte vocação turística de âmbito histórico-cultural e/ou natural, através de vários projetos prioritários, como é o caso do CS	N/I

Turismo, I.P	PE Estratégia Turismo 2027 (2017-2027)	Ações de estruturação da oferta turística em torno de roteiros/Itinerários temáticos com forte vocação turística, de âmbito histórico-cultural e/ou natural, tendo subjacente os ativos turísticos estratégicos nacionais, nomeadamente através da implementação de vários projetos, entre eles o Caminho de Santiago (p.55).	Valorizar o território; (pp.51)	N/I
DRCN	RA 2015	" <i>Turismo 2020 - Caminhos de Santiago</i> ", elaboração de proposta de contrato de consórcio para gestão (p.56)	N/I	N/I
TPNP	RA 2013	Organizaram a " <i>IV Rota Marítima do Cavaleiro das conchas</i> " (Orla Marítima para Santiago de Compostela (p.57).	N/I	Diversos municípios portugueses; confrarias galegas e o município de Vigo com 40 embarcações.
TPNP	RA 2013	Participaram e apoiaram diversos seminários, conferências e outras apresentações cujo tema principal foram os CS (p.57).	N/I	N/I
TPNP	RA 2013	Apoiou a organização d' <i>Hospitalários de Matosinhos</i> (p.57)	N/I	N/I
TPNP	RA 2014	Promoção da " <i>V Rota Marítima do Cavaleiro de Conchas</i> " (p.30)	N/I	N/I
TPNP	PA 2016	Estruturação e dinamização da oferta associada aos Caminhos de Santiago, para que seja possível a criação de novos projetos e que potenciem a procura deste importante produto (p.46)	Melhorar o desempenho dos setores do turismo; melhorar e enriquecer a qualidade da experiência turística do visitante; promover um ambiente de colaboração entre agentes	N/I
TPNP	PA 2018	Organização e estruturação da Oferta Turística: Caminho de Santiago (p.27).	N/I	N/I
TPNP	PA 2019	Projeto " <i>Fazendo Caminho</i> "- projeto liderado pelo TPNP para a dinamização das rotas do Caminho de Santiago na Euro - Galiza Norte de Portugal (ERGNP) (p.27).	Contribuir para a proteção e valorização do património cultural e natural como base económica; fortalecer a identidade transfronteiriça ligada aos CS;	DRCN; Agrupación Territorial Galicia Norte de Portugal; Agencia de

				Turismo de Galicia.
TPNP	PE de Marketing (2015-2020)	«Recuperação, promoção e gestão articulada do CS» (p.47).	N/I	N/I
CIM ALTO MINHO	RA 2017	Projeto CultuRing - Cultural Routes as a Investment for Growth and Jobs". i) Início da elaboração do Plano de Ação relativo aos Caminhos de Santiago que cruzam o Alto Minho; ii) organização da primeira reunião de <i>stakeholders</i> regionais; presença e participação europeia (p.12)	Analisar a promoção e valorização dos investimentos em rotas culturais europeias	N/I
CIM ALTO MINHO	GOP 2017	Execução do projeto "CultuRing - Cultural Routes as Investment for Growth and Jobs"(p.20)	N/I	N/I
CIM ALTO MINHO	GOP 2018	Valorização Cultural e Turística do Caminho de Santiago " Projeto <i>CultuRING'</i> (p.23)	Valorização turística do Alto Minho	N/I
CIM ALTO MINHO	RA 2018	Participação no projeto " <i>Culturing - Cultural Routes as Investment for Growth and jobs'</i> "; Elaboração e submissão do Plano de Ação sobre o CS na região do Alto Minho; realização de 1 <i>teaser</i> de 30" sobre o CS; (p.15)	Analisar a promoção e valorização dos investimentos em rotas culturais europeias.	N/I
CIM ALTO MINHO	GOP 2019	valorização Cultural e Turística do Caminho de Santiago - Projeto " <i>CultuRING'</i> (p.21)	Valorização turística do Alto Minho	N/I
CIM ALTO MINHO	"Alto Minho 2020" (2014-2020)	Definição do modelo operativo da rede de rotas de património, das quais consta o Caminho Português de Santiago. (p.142)	N/I	N/I
N/I: Não Identificado				

**Tabela 11 - Recolha de dados Não Municipais**

Fonte: elaboração própria.

### Apêndice 3 - Classificação das atividades e/ou serviços Municipais

Entidade	Ano	Atividade ou Serviço	Setor	Nº	Domínio (FCS, 2009)
Vila Nova de Cerveira	2016	Adesão ao protocolo do projeto Intermunicipal "Valorização dos Caminhos de Santiago - Caminho Português da Costa"	Área Administrativa e Financeira	1	Património Cultural e Natural
Vila Nova de Cerveira	2017	Marcação dos 14,4km do CPCPSC que passam no concelho	Área Administrativa e Financeira	1	Equipamento e Materiais de Apoio
Vila Nova de Cerveira	2018 (1ª e 2ª edição)	<i>"Vila Nova de Cerveira a Santiago de Compostela, a pé e por etapas"</i>	Área Social e Desportiva	2	Desporto e Recreação
Vila Nova de Cerveira	2018	Festa da História - Rainha Santa Isabel, Rainha Peregrina Jacobeia	Área Social e Desportiva	1	Representação Artística e Celebrações
Vila Nova de Cerveira	2019 (3ª e 4ª edição)	Vila Nova de Cerveira a Santiago de Compostela, a pé e por etapas	Área Social e Desportiva	2	Desporto e divertimento
Vila Nova de Cerveira	2019	Exposição fotográfica <i>"Caminho Português da Costa - Em cada passo um sentido"</i>	Área Social e Desportiva	1	Artes Visuais e Artesanato
Vila Nova de Cerveira	2019	"Sons no Caminho", concerto nas paróquias.	Cultura	1	Representação Artística e Celebrações
Esposende	(2018 e 2019)	Projeto Gastronomia do CS.	Turismo	2	Turismo
Maia	2010	"Maia apoia o Peregrino" (durante o mês de maio prestou auxílio aos peregrinos de Santiago).	Saúde Pública	1	Equipamento e Materiais de Apoio
Maia	2017	Projeto "Valorização dos Caminhos de Santiago: Caminho Português da Costa"	Turismo	1	Turismo
Maia	2018	Projeto "Valorização dos Caminhos de Santiago: Caminho Português da Costa"	Turismo	1	Turismo
Maia	2019	Projeto "Valorização dos Caminhos de Santiago: Caminho Português da Costa"	Turismo	1	Turismo

Vila do Conde	2015	Marcação institucional do CPCPSC	Gabinete de Arqueologia	1	Equipamento e Materiais de Apoio
Vila do Conde	2015; 2016; 2017; 2018	Promoção na Agrossemana do CS	Serviços de Turismo	4	Turismo
Vila do Conde	2016	Criação de um albergue de peregrinos no centro da cidade	Turismo	1	Turismo
Vila do Conde	2017	Beneficiação das rotas do CS: Colocação de sinalética	Turismo	1	Turismo
Vila do Conde	2017	Beneficiação das rotas do CS: Construção de um centro de cidade	Turismo	1	Turismo
Vila do Conde	2016	Abertura do Albergue de Santa Clara	Gabinete de Arqueologia	1	Equipamento e Materiais de Apoio
Vila do Conde	2016	Entrega da candidatura ao Norte 14-2016-03, para o desenvolvimento do Caminho da Costa	Gabinete de Arqueologia	1	Património Cultural e Natural
Vila do Conde	2016	Exposição de pintura "Caminhos de Santiago" de António Carvalho	Indefinido	1	Artes Visuais e Artesanato
Vila do Conde	2016	Representação teatral da passagem de D. Manuel por Vila do Conde, a caminho de Santiago	Indefinido	1	Representação Artística e Celebrações
Vila do Conde	2016	Obtenção do apoio comunitário com o Projeto Valorização dos Caminhos de Santiago - Caminho Português da Costa"	Gabinete de Arqueologia	1	Património Cultural e Natural
Vila do Conde	2017	Lançamento do Concurso Público para a marcação do CPCPSC	Gabinete de Arqueologia	1	Património Cultural e Natural
Vila do Conde	2017	Apresentação do <i>s/ite</i> relativo ao CPCPSC	Gabinete de Arqueologia	1	Equipamento e Materiais de Apoio
Vila do Conde	2017	Apresentação da aplicação interativa relativa ao CPCPSC	Gabinete de Arqueologia	1	Equipamento e Materiais de Apoio

Vila do Conde	2017	Apresentação de folhetos relativos ao CPCPSC	Gabinete de Arqueologia	1	Equipamento e Materiais de Apoio
Vila do Conde	2017	Apresentação de publicações relativas ao CPPSC	Gabinete de Arqueologia	1	Equipamento e Materiais de Apoio
Vila do Conde	2017	Apresentação do livro " <i>Caminhos Portugueses de Peregrinação - O Caminho Português do Litoral</i> ", de Carlos Broachado de Almeida e Pedro Broachado de Almeida.	Biblioteca Municipal	1	Livros e Imprensa
Vila do Conde	2018	Melhoramento das condições no Albergue de Santa Clara	Gabinete de Arqueologia	1	Equipamento e Materiais de Apoio
Vila do Conde	2018	Disponibilização de informação sobre o Caminho Português da Costa	Gabinete de Arqueologia	1	Equipamento e Materiais de Apoio
Vila do Conde	2018	Lançamento do livro " <i>Caminho Português da Costa: Estudos</i> "	Gabinete de Arqueologia	1	Livros e Imprensa
Vila do Conde	2018	Congresso Internacional Caminhos de Santiago e o seu Impacto no Turismo do Norte de Portugal e da Galiza	Gabinete de Arqueologia	1	Educação e Capacitação
Matosinhos	2010;2011;2012; 2013; 2014; 2015;2016;2017;2018 e 2019	Recriação Histórica "Os hospitalários no Caminho de Santiago"	Cultura e animação	10	Representação Artística e Celebrações
Matosinhos	2010	Promoção das peregrinações na BTL	Turismo	1	Turismo
Matosinhos	2010	Promoção das peregrinações na Essência dos Vinho	Turismo	1	Turismo
Matosinhos	2010	Promoção das peregrinações na Imobitur	Turismo	1	Turismo
Matosinhos	2010	Promoção das peregrinações na SIL	Turismo	1	Turismo
Matosinhos	2010	Promoção das peregrinações na Expogalaecia	Turismo	1	Turismo



Matosinhos	2010	Promoção das peregrinações na Vida Natura	Turismo	1	Turismo
Matosinhos	2011	Sinalização dos troços relacionados com o CS	Cultura e animação	1	Equipamento e Materiais de Apoio
Matosinhos	2013; 2014; 2015; 2016; 2017	Recriação histórica da Lenda do <i>Cayo Carpo</i>	Cultura e animação	5	Representação Artística e Celebrações
Matosinhos	2018	Produção de materiais promocionais relacionados com o CS	Turismo	1	Equipamento e Materiais de Apoio
Matosinhos	2010	V Edição do Hospitalários do CS	Turismo	1	Turismo
Matosinhos	2010	Conferência sobre os CS	Cultura	1	Educação e Capacitação
Matosinhos	2011	Encontro Internacional sobre os CS	Cultura	1	Educação e Capacitação
Matosinhos	2013	Participação no grupo Intermunicipal do CS	Gabinete de Arqueologia	4	Património Cultural e Natural
Matosinhos	2016	Projeto "Valorização dos Caminhos de Santiago: Caminho Português da Costa"	Indefinido	1	Património Cultural e Natural
Matosinhos	2016	Participação na Candidatura Intermunicipal ao Norte 2020 para valorização e divulgação do Caminho de Santiago da Costa	Gabinete de Arqueologia	1	Património Cultural e Natural
Viana do Castelo	2016	Valorização do Caminho de Santiago pela Costa, com a Galiza e outros municípios vizinhos	Indefinido	1	Património Cultural e Natural
Viana do Castelo	2017	liderar o programa de projeto Cultural, financiado e aprovado pelo Norte 2020, o Caminho da Costa	Cultura e Património	1	Património Cultural e Natural
Viana do Castelo	2018	Projeto Caminho da Costa	Cultura e Património	1	Património Cultural e Natural
Viana do Castelo	2019	Proteção do litoral Vianense para a continuidade de afirmação dos Caminhos de Santiago pela Costa.	Cultura e Património	1	Património Cultural e Natural

Viana do Castelo	2015	Intervenções arqueológica no âmbito do CS	Serviços de Gabinete de Arqueologia	1	Arquivação e Preservação
Viana do Castelo	2017	Implementação do Projeto de Valorização do CS	Serviço de Gabinete de Arqueologia	1	Património Cultural e Natural
Viana do Castelo	2017	Tratamento e inventariação de 6 413 elementos materiais referentes ao CPCPSC	Serviço de Gabinete de Arqueologia	1	Arquivação e Preservação
Viana do Castelo	2018	Preparação de conteúdos para o centro de Interpretação do Caminho Português da Costa	Serviço de Gabinete de Arqueologia	1	Arquivação e Preservação
Total =				78	

**Tabela 12 - Classificação das atividades e/ou atividades Municipais**

Fonte: elaboração própria baseado no modelo proposto pelo FCS (2009)

#### Apêndice 4 - Classificação das atividades e/ou serviços Não Municipais

Entidade	Ano	Atividade ou Serviço	Setor	Nº	Domínio FCS (2009)
DGPC	2015	Participação de 1 técnico superior no grupo informal relativo ao CS	Cultura	1	Equipamento e Materiais de Apoio
DGPC	2016	Apoio técnico à candidatura CS	Cultura	1	Equipamento e Materiais de Apoio
DRCN	2015	Elaboração de proposta de contrato de consórcio para gestão do «Turismo 2020-Caminhos de Santiago».	Turismo	1	Turismo
Turismo, I.P.	2012; 2013	Encontro Internacional de Turismo Religioso.	Turismo	2	Turismo
Turismo, I.P.	2014	Concertação de metodologia para definição do CS Português.	Turismo	1	Turismo
Turismo, I.P.	2015	Criação de roteiros turísticos do CS Português.	Turismo	1	Turismo
Turismo, I.P.	2014	Tradução de roteiros turísticos do CS.	Turismo	1	Turismo
Turismo, I.P.	2014	Celebração do Acordo de Coedição para a produção de roteiros turísticos <i>Caminhos de Fé</i> , do qual faz parte o CS Português.	Turismo	1	Turismo
Turismo, I.P.	2014	6 reuniões no âmbito dos CS com parceiros regionais para o acompanhamento de projetos em curso	Turismo	6	Turismo
Turismo, I.P.	2014	2 reuniões com o Xacobeo - Xunta da Galiza, para valorização turística do CS Português.	Turismo	2	Turismo
Turismo, I.P.	2014	1 reunião com a DGPC com intuito de criar articulação no âmbito dos Itinerários do Conselho Europa.	Turismo	1	Turismo
Turismo, I.P.	2015	Projeto <i>Valorização Turística do Caminho Português de Santiago</i> .	Turismo	1	Turismo
Turismo, I.P.	2017	Desenvolvimento de uma oferta turística associada à espiritualidade, nomeadamente do Caminho Português de Santiago.	Turismo	2	Turismo

Turismo, I.P.	2017	Elaboração de proposta de Decreto-Lei para criação de uma marca certificada para os itinerários do Caminho Português de Santiago.	Turismo	1	Turismo
Turismo, I.P.	2019	Projeto <i>Caminhos de Fé</i> (consolidação);	Turismo	1	Turismo
Turismo, I.P.	2019	Carregamento de conteúdos no <i>website Caminhos de Fé</i> .	Turismo	1	Turismo
Turismo, I.P.	2019	Implementação da certificação do Caminho Português de Santiago em Portugal.	Turismo	1	Turismo
Turismo, I.P.	2017; 2018; 2019	Estruturação da oferta turística em torno de roteiros/itinerários temáticos com forte vocação turística, através da implementação do projeto do Caminho de Santiago.	Turismo	3	Turismo
TPNP	2013	Organização da <i>IV Rota Marítima do Cavaleiro das Conchas</i> .	Turismo	2	Turismo
TPNP	2013	Apoiaram a organização d'" <i>Hospitalários de Matosinhos</i> ".	Turismo	1	Turismo
TPNP	2018	Estruturação da oferta turística associada ao CS.	Turismo	2	Turismo
TPNP	2018	Dinamização da oferta turística associada aos CS.	Turismo	2	Turismo
TPNP	2015;2016;2017;2018;2019	Recuperação dos CS.	Turismo	5	Turismo
TPNP	2015;2016;2017;2018;2019	Gestão articulada do CS.	Turismo	5	Turismo
TPNP	2015;2016;2017;2018;2019	Promoção do CS.	Turismo	5	Turismo
TPNP	2019	Projeto "Fazendo Caminho"	Turismo	1	Turismo
CIM Alto Minho	2016	Valorização Cultural e Turística do CS com o Projeto <i>CultuRing - Cultural Routes as Investment for Growth and Jobs</i> .	Turismo	4	Turismo
CIM Alto Minho	2017	Organização da primeira reunião com os <i>stakeholders</i> , no âmbito do Projeto CultuRing.	Turismo	1	Turismo

CIM Alto Minho	2017	Operacionalização das Candidaturas para desenvolvimento turístico-cultural do Alto Minho com o projeto CultuRing - Cultural Routes as Investment for Growth and Jobs.	Turismo	1	Turismo
CIM Alto Minho	2018	Elaboração de um plano de ação relativo aos CS que cruzam o Alto Minho, no âmbito do Projeto CultuRing	Turismo	2	Turismo
CIM Alto Minho	2018	Realização de 1 <i>teaser</i> de 30" sobre o CS, no âmbito do Projeto CultuRing.	Turismo	1	Turismo
CIM Alto Minho	2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019	Definição do modelo operativo da rede de rotas do Património, das quais consta o CS.	indefinido	6	Equipamento e Materiais de Apoio
			Total =		66

**Tabela 13 - Classificação das atividades e/ou serviços Não Municipais**

Fonte: elaboração própria baseado no modelo proposto pelo FCS (2009)